

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

JACKSON BOUERES DAMASCENO JÚNIOR

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA E RENDA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROCESSOS AUTÓCTONES DE
ORDENAMENTO AGRÁRIO E DE PRODUÇÃO**

Porto Alegre

2017

JACKSON BOUERES DAMASCENO JÚNIOR

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA E RENDA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROCESSOS AUTÓCTONES DE
ORDENAMENTO AGRÁRIO E DE PRODUÇÃO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Rumi Regina Kubo

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Damasceno Júnior, Jackson Boueres
Estrutura fundiária e renda : uma análise a
partir dos processos autóctones de ordenamento
agrário e de produção / Jackson Boueres Damasceno
Júnior. -- 2017.
183 f.

Orientador: Rumi Regina Kubo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Desenvolvimento rural. 2. Estrutura fundiária.
3. Renda monetária. 4. Renda simbólica. 5. Organização
produtiva. I. Kubo, Rumi Regina, orient. II. Título.

JACKSON BOUERES DAMASCENO JÚNIOR

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA E RENDA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROCESSOS AUTÓCTONES DE
ORDENAMENTO AGRÁRIO E DE PRODUÇÃO**

Esta tese foi analisada e julgada adequada para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Rumi Regina Kubo – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos
UEMA

Prof. Dr. Marivanis Leonor Souza Furtado
UEMA

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen
UFRGS

Prof. Dra. Daniela Garcez Wives
UFRGS

A todo ser que respira, assim possuindo uma função determinada no universo.

Dedico este trabalho a todos que, por meio da sua vivência diária contribuíram para a construção de ideias e desconstrução de conceitos genéricos sobre a vida do campesinato.

RESUMO

Este trabalho traz como eixo central o entendimento das diferentes formas de intervenção do Estado por meio de políticas públicas de reordenamento agrário e sua influência no processo de obtenção e utilização da renda agrícola. Desta forma, entendendo até quando as políticas públicas, especificamente aquelas destinadas ao reordenamento agrário, devem observar a ordem local, visto que esta ordem é construída de maneira a atender as necessidades destas sociedades, trazendo como hipótese de encaminhamento e solução a diferenciação das políticas atendendo as peculiaridades sociais. Tem como objetivo geral compreender como as diferentes políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, especificamente as políticas de reordenamento agrário tem influenciado o processo de geração de renda (agrícola e de autoconsumo) em contextos culturais e de organização produtiva diversificada em três comunidades rurais do município de Presidente Juscelino/MA, sendo elas: Boa Vista dos Pinhos, Juçaral dos Pretos e Folhal. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi inicialmente o levantamento histórico dos sistemas agrários, visando a compreensão da estrutura agrária e social em questão, posteriormente em outro momento do trabalho foram aplicados questionários semiestruturados com o objetivo de obter dados quanti qualitativos sobre o processo de geração da renda monetária, auto consumo, sendo encontrado nesse momento uma nova forma de ganhos conseguidos por meio da organização e da manutenção da estrutura social. Levando-se em conta referenciais antropológicos efetuou-se uma leitura do processo por meio da produção de farinha como eixo norteador e gerador das condições necessárias para produzir desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Formação dos sistemas agrários. Sistemas agrícolas diferenciados.

ABSTRACT

This work has as central axis to understanding the different forms of State intervention, through public policies of agrarian reordering and its influence in the process of obtaining and using agricultural income. In this way, understanding even when public policies, specifically those aimed at agrarian reordering, must obey the local order. Since this order is constructed in such way as to meet the needs of these societies, bringing as a hypothesis of routing and solution the differentiation of the Policies taking into account social peculiarities. With the general objective of understanding how the different public policies aimed at rural development, specifically agrarian reordering policies, have influenced the process of income generation (agricultural and self-consumption) in cultural contexts and of diverse productive organization in three rural communities of the municipality of Presidente Juscelino/MA, being Boa Vista dos Pinhos, Juçaral dos Pretos and Folhal. The methodology used to carry out this work was initially the historical survey of the agrarian systems, with a view to understanding the agrarian and social structure in question, Later in another moment of the work, semistructured questionnaires were applied with the objective to obtaining qualitative and quantitative data on the process of generating monetary income. Self consumption, being found in this moment a new form of gains obtained through the organization and maintenance of the formal structure. Taking into account anthropological references was made reading of the process through the production of flour as a guiding axis and generator of the necessary conditions to generate development.

Keywords: Rural development. Formation of agrarian systems. Differentiated agricultural systems.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Mapa de frentes de ocupação do Maranhão.....	57
Quadro 1	Comunidades quilombolas existentes no Território dos Lençóis Maranhenses/Munim.....	69
Figura 2	– Distribuição da produção de alimentos no estado do Maranhão.....	71
Figura 3	– Distribuição dos eixos econômico do Maranhão.....	73
Figura 4	– Localização do município Presidente Juscelino/MA.....	77
Quadro 2	– Comunidades rurais de Presidente Juscelino/MA.....	80
Quadro 3	– Itinerário técnico da roça de inverno.....	82
Quadro 4	– Itinerário técnico da roça de verão.....	83
Figura 5	– Produtividade das principais culturas entre 1970 e 1995 em Presidente Juscelino/MA.....	85
Figura 6	– Estrutura Fundiária do estado do Maranhão.....	89
Figura 7	– Produção de Hortaliças no Povoado Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	96
Figura 8	– Criação de frangos de corte no Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	96
Figura 9	– Unidade de Processamento de Juçara em uma residência do Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	97
Figura 10	– Unidade de Beneficiamento de Farinha na Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	100
Figura 11	– Raízes de Mandioca em Fermentação em pubeiros na Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	101
Figura 12	– Catitú: equipamento utilizado para trituração da Mandioca na comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	101
	
Figura 13	– Forno de Ferro: Utilizado para torrar a mandioca na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	102
	

Figura 14	– Criação de galinha caipira na Comunidade Quilombola Juçaral dos Pretos, no município de Presidente Juscelino/MA.....	103
Figura 15	– Porcos criados nos Quintais da Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	104
Figura 16	– Igarapé onde as famílias retiram água para as necessidades básicas da casa, banho e alimentação no Assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA.....	108
Figura 17	– Produção de Abacaxi no Assentamento Folhal, Município de Presidente Juscelino/MA.....	115
Figura 18	– Renda final no Povoado Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	122
Figura 19	– Renda final da comunidade de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	124
Figura 20	– Renda final no Assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA.....	125
Figura 21	– Comparativo das rendas finais entre os três recortes estudados.....	127
Figura 22	– Agricultores do Quilombo Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA, em momento de planejamento das atividades para o ano agrícola 2016/2017.....	136
Figura 23	– Família quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino, MA, evidenciando a divisão de tarefas dentro da unidade de produção e troca de diárias.....	136
Figura 24	– Projeto produtivo mecanizado financiado com recurso do PRONAF no Assentamento Folhal.....	142
Figura 25	– Madeira extraída do local onde foi aberta a área para a instalação do campo agrícola mecanizado.....	142
Figura 26	– Reservatório Construído para armazenar água para o consumo das famílias no assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA.....	146
Figura 27	– Igarapé existente na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos responsável pelas necessidades básicas das famílias.....	147
Figura 28	– Palhas de Palmeiras secando para serem transformadas em vassouras na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Mudança na área colhida (ha) e produção (t) das principais lavouras temporárias no município de Presidente Juscelino/MA entre 1970 e 1995.....	84
Tabela 2	– Produtos produzidos e consumidos na comunidade de Boa Vista dos Pinhos, município de Presidente Juscelino/MA.....	111
Tabela 3	Produtos produzidos e consumidos na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos, Município de Presidente Juscelino/MA.....	113
Tabela 4	– Produtos produzidos e consumidos no assentamento Folhal, município de Presidente Juscelino/MA.....	117
Tabela 5	– Venda de força de trabalho e renda não agrícolas.....	119
Tabela 6	– Venda de força de trabalho e renda não agrícolas.....	120
Tabela 7	– Venda de Força de Trabalho e Rendas não agrícolas obtidas por assentados de Reforma Agrária em Folhal, Presidente Juscelino/MA..	121
Tabela 8	– Renda final no povoado Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	122
Tabela 9	– Renda final da comunidade de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	123
Tabela 10	– Renda final no Assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA.....	125
Tabela 11	– Comparativo entre as receitas totais desenvolvidas nas três áreas da Pesquisa- todas localizadas no um município de Presidente Juscelino/MA.....	127
Tabela 12	– Venda da força de trabalho e rendas não agrícolas no Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	144
Tabela 13	– Venda da força de trabalho e rendas não agrícolas na Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	145
Tabela 14	– Benefícios e transferências sociais pagos pelo Governo Federal aos agricultores da comunidade de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	149
Tabela 15	– Benefícios e transferências sociais pagos pelo governo Federal aos	

	quilombolas de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	150
Tabela 16	– Benefícios e transferências sociais pagos pelo governo Federal aos Assentados de Folhal, Presidente Juscelino/MA.....	150
Tabela 17	– Rendas não agrícolas diversas obtidas pelos Agricultores do Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	152
Tabela 18	– Rendas não agrícolas diversas observadas na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA.....	153
Tabela 18	– Rendas não agrícolas diversas observadas na comunidade no Assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA.....	153

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
APA	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
FES	Formação Econômica e Social
LABMET	Laboratório de Meteorologia
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUGEO	Núcleo Geoambiental
PNDPCT	Plano Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais
PNDRSS	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
STTR	Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo
TODA	Títulos de Dívida Agrária

APRESENTAÇÃO

O processo de “desenvolvimento” do Brasil desde a sua gênese, baseou-se em práticas de exploração e isto fez com que notadamente houvesse um profundo desrespeito aos ambientes físicos, e as populações que ainda não tem inserção direta no processo de produção e acumulação de riquezas. Estes fatos se evidenciam até o dia de hoje, principalmente em localidades rurais do norte e nordeste do País.

Nos últimos 50 anos, dois foram os momentos durante os quais a noção de “desenvolvimento” se alçou a um campo de singularidade histórica introduzindo-se como uma daquelas ideias-força que atraem generalizado interesse, intensamente discutida, orientando programas governamentais, instigando sofisticados debates intelectuais e, em especial motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças associadas a esta noção predominante (NAVARRO, 2001).

Nesses momentos, inscrito nas agendas sociais, o tema do “desenvolvimento” adentrou o campo da política e, assim, passou a permear e a determinar as expectativas e o jogo das disputas sociais (NAVARRO, 2001), hegemonizando ideias em contextos sociais completamente diferentes sob a ótica de pontos de vista diversos.

Neste sentido, Navarro (2001) destaca momentos específicos e distintos adotados pelo Estado Brasileiro na formulação de políticas públicas objetivando necessariamente o desenvolvimento rural, sendo estes influenciados por estratégias e políticas macroeconômicas cujos impactos foram sentidos no interior das sociedades rurais. Estes impactos, em sua grande maioria negativos, foram gerados pelo completo desconhecimento das rotinas produtivas e práticas culturais associadas a produção, inserindo abruptamente mecanismos de geração de renda em contextos de práticas não capitalistas.

Uma análise mais contemporânea impõe novos elementos a esta discussão, capazes de garantir a afirmação da existência de um terceiro momento, contemporaneamente vivido, marcado pelo protagonismo de uma parcela das sociedades rurais que ainda não haviam sido observadas pelo Estado durante o desenrolar do processo de desenvolvimento rural.

Este momento possui características distintas dos dois anteriores, descrito por Navarro (2001), pois se fundamenta por observar as especificidades sociais e características do meio físico local, e principalmente por elementos antropológicos marcados pela associação de características sociais e ambientais, caracterizando meios de vidas típicos de populações existentes no ambiente rural e capazes de gerar espaços de vida distintos que possibilitam o desenvolvimento de diferentes práticas econômicas.

Conceitos novos surgem e clamam por sua inclusão no contexto adotado pelo Estado Brasileiro para o desenvolvimento, validando e insistindo em processos consolidados por meio de práticas organizativas capazes de garantir a reprodução social de grupamentos específicos que possuem modelos próprios de tecnologias de produção, beneficiamento, comercialização, construídas com objetivos de produzir a renda (monetária ou não) necessária apenas ao bem viver, dissociadas completamente de padrões culturalmente adversos e uniformizantes de sociedades ditas desenvolvidas, prevalecendo uma lógica diferente das atividades econômicas das sociedades modernas.

Conforme as literaturas específicas citadas e trabalhadas no corpo do texto, nota-se que no Brasil, desde o início da chegada dos portugueses, a opção central foi de inclusão das terras recém-descobertas em um cenário já traçado e dimensionado internacionalmente, não permitindo às outras sociedades (que já existiam ou que estavam se formando) a opção de manterem seus modos de vida baseados em sua cultura e tradição, tendo como objetivo central a uniformização das práticas produtivas e principalmente a criação de um padrão produtivo e ou de consumo único.

Inicialmente, discutiremos aspectos ligados a desconstruções dos padrões tradicionais, motivados por processos ligados a especulação e apropriação dos recursos naturais e meios de produção existentes no território brasileiro e em particular o território maranhense, questão que permeará o debate apresentado.

Neste trabalho, composto de quatro momentos específicos, divididos em sete capítulos, tentar-se-á reconstruir as etapas que caracterizaram e definiram a ocupação dos territórios e os estilos de agricultura existentes no município de Presidente Juscelino/MA.

Paralelamente, buscaremos entender de quem estamos falando, pois, é fundamental conhecer o sujeito da ação para que o processo de transformação venha ser bem sucedido, por isso é buscar-se-á reavivar uma discussão que já era tida como superada e tratar os personagens dos contextos estudados como camponeses.

Posteriormente, serão inseridas discussões referentes aos processos (ou a falta deles), destinadas ao “desenvolvimento rural”, mais especificamente voltada para o reordenamento agrário, impactaram (ou não) o processo de obtenção da renda das famílias de camponeses e como as famílias de agricultores se portam diante daquilo que é vivenciado cotidianamente pelas sociedades de camponeses.

No primeiro momento, representado pelo Capítulo I do trabalho elaborou-se a apresentação dos objetivos, métodos e contextualização. No Capítulo II realizou-se revisão da literatura sobre os temas: processos de desenvolvimentos no Século XX, políticas fundiárias e

desenvolvimento rural. Para tanto, serão visitados clássicos da história, da literatura econômica, manuais de implementação de programas governamentais além de documentos oficiais que influenciaram e permitiram a caracterização do processo em curso, revisão orientada no sentido de observar as formas planejadas pelo Estado Brasileiro para desencadear o desenvolvimento, observando também algumas consequências do modelo desenvolvido para a sociedade global em detrimento as sociedades locais que não participaram do processo.

Abordaremos fatos conjunturais de cunho histórico, que conseqüentemente influenciaram a postura do “Projeto de Estado”, ainda na condição de subserviência a nação portuguesa na que nortearam a proposição e conseqüente implementação de modelos destinadas à inserção do Brasil no cenário econômico mundial, objetivo principal dos portugueses que aportaram nas terras do Sul.

Neste momento, o trabalho buscará entender na esfera global alguns movimentos do Estado Brasileiro, adequando-se aos ventos que sopram internacionalmente e como estes interstícios foram revertidos em intervenções públicas, por meio de criação de legislação específica, mais uma vez, desconsiderando o protagonismo e o processo de (re)construção local (des)orientando toda forma de organização social autóctone tecida por indígenas, negros e outras sociedades camponesas ou não, que foram formadas pelo processo de exploração das terras e dos recursos existentes durante a história brasileira que começaram a ser revistos a partir do ano de 1988 com a promulgação da nova constituição federal.

Um aspecto que deverá ser observado no terceiro Capítulo é a formação de uma sociedade própria. Esta sociedade, se forma a partir do momento em que é colocada frente às medidas destinadas à expropriação do patrimônio ambiental público, e a cobrança para que sejam observadas as demandas da população por meio da privatização destes bens ambientais, que se diferencia e se organiza de forma peculiar.

Apresentaremos os movimentos políticos do Brasil Colônia, Brasil Império e da formação do Estado (in)dependente no caso específico do Brasil República, observando, sobretudo, as dinâmicas que o capital internacional imprimia ao processo de formação da “sociedade brasileira”.

O quarto Capítulo trata especificamente do processo de formação do sistema agrário da região onde o estudo foi efetivado, buscando respaldo na história para identificar as práticas agrícolas, estrutura fundiária e também elementos culturais e sociais característicos das sociedades camponesas que habitam o município de Presidente Juscelino, local de realização da pesquisa de campo.

Os fatos históricos referem-se ao processo de ocupação do território, expulsão, escravidão e destruição de etnias indígenas por parte dos colonizadores portugueses, com a finalidade única de implantação de uma colônia de exploração, visando atender interesses políticos e econômicos internacionais, característico da conjuntura da época. Nesta primeira parte, também será possível observar as características do meio físico, decisivo na forma de apropriação do meio conquistado e proporcionar análises estruturais da forma como estas sociedades camponesas vivem hoje.

Apresentaremos a inserção da segunda matriz de colonização do território maranhense, que consistiu na introdução da mão de obra escrava, desta vez originada do continente africano, e que também trouxe contribuições singulares à formação atual do sistema de utilização do ambiente físico e pela formação do meio de vida destas sociedades que ainda é preservado pelas famílias de camponeses.

Paulatinamente, serão apresentados processos de integração das distintas matrizes culturais (indígena e africana) que deram origem a formas específicas de plantar, comer, transformar produtos, dançar e se organizar, influenciando aspectos religiosos vigentes, enfim, uma forma própria de ser e estar no mundo conforme este modo específico de viver, transformado pela conjuntura política da época.

Nesse aspecto, buscaram reconfigurar esse modo específico de viver, forjando em padrões culturais diversos, em um ambiente físico desconhecido para as partes, processo este que remonta a uma verdadeira desconstrução de distintas sociedades (as africanas), para reconstrução de um processo de mudança cultural, originando assim, uma nova sociedade, a “maranhense”.

No terceiro momento do trabalho, apresentado a partir do sexto Capítulo, discutiremos e calcularemos o processo de obtenção da renda de comunidades rurais no Maranhão, especificamente comunidades de diferentes formas de ordenamento agrário, localizada no município de Presidente Juscelino/MA. Neste momento, apresentaremos o modelo econômico local, desenvolvido por padrões tradicionais, processo este que foge completamente dos padrões estabelecidos e tidos como hegemônicos, e determina característica própria de uma economia que privilegia a natureza como a grande provedora da fartura e principal alicerce da reprodução social do campesinato.

Com praticamente 80% da população maranhense formada por negros, índios e seus descendentes diretos, estes processos surgem de maneira a caracterizar e construir uma dinâmica econômica própria, imprimindo referenciais sociais que se expressam inclusive na forma em que os produtos e mercadorias que são gerados pela diferenciação oportunizada

pelos processos narrados.

Esta economia será apresentada e discutida no quarto momento deste trabalho, onde serão caracterizadas as técnicas de uso da terra, utilização da força de trabalho e comercialização dos produtos originados pelos processos econômicos autóctones, observando aí a natureza monetária ou não destas atividades econômicas e quais as suas implicações para o fortalecimento social das sociedades camponesas.

Neste momento do trabalho, discutiremos a forma como essas sociedades observam a produção e a destinação dos produtos que não são nem comercializados e nem consumidos, verificando princípios que a economia (neo)clássica ainda não foi capaz de perceber, mas que fazem parte do dia a dia destas sociedades camponesas.

Observou-se uma discussão teórica durante a interpretação dos dados, onde o principal objetivo foi a caracterização de um sistema econômico próprio, que ainda não se orienta pelo capital e tem características distintas das verificadas por outras formas sociais autóctones e com estruturas econômicas próprias.

Na conclusão do trabalho, na forma de considerações finais verificou-se, que por meio de uma caracterização da economia, torna-se possível evidenciar a influência das relações sociais vivenciadas cotidianamente nas comunidades rurais estudadas e as diferentes estratégias adotadas pelas distintas sociedades pesquisadas para manter ou não o seu meio de vida tradicional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	PROBLEMA DA PESQUISA.....	26
1.2	HIPÓTESES DO ESTUDO.....	27
1.3	OBJETIVOS DO ESTUDO	27
1.3.1	Objetivo Geral	27
1.3.2	Objetivos Específicos	28
1.4	METODOLOGIA.....	28
1.4.1	Descrição do processo de organização da estrutura fundiária brasileira, relacionados ao Estado e sociedade civil.	28
1.4.2	Elucidação da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Território dos Lençóis Munim-MA.	29
1.4.3	O processo de geração de renda e como essas rendas contribuem para o desenvolvimento da reprodução social e resistência das comunidades nas áreas atualmente ocupadas	30
1.5	LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	31
2	AFINAL, DE QUEM ESTAMOS FALANDO? CAMPONÊS OU AGRICULTOR FAMILIAR?	35
2.1	AS TEORIAS CENTRAIS NO ENTENDIMENTO DAS QUESTÕES APRESENTADAS	35
2.2	OCUPANDO OS ESPAÇOS OCUPADOS.....	45
3	EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DA REGIÃO DOS LENÇÓIS MUNIM-MA	51
3.1	COMPREENDENDO A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGRÁRIOS	51
3.2	FORMAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DA REGIÃO DOS LENÇÓIS MUNIM	52
3.2.1	Conjuntura Política Mundial e Ocupação Territorial do Maranhão	53
3.2.2	Frentes de Ocupação do Território Maranhense	55
3.3	AMBIENTE E ESPAÇO FÍSICO: CARACTERÍSTICAS E CONFORMAÇÕES	60
3.3.1	Clima e pluviometria	61
3.3.2	Hidrografia	61

3.3.3	Geologia e Geomorfologia	62
3.3.4	Solos	62
3.3.5	Vegetação	62
3.3.6	Um ambiente frágil.....	63
3.4	OS SISTEMAS AGRÁRIOS DO MARANHÃO	63
3.4.1	Sistema Agrário Indígena	64
3.4.2	Sistema Colonial	65
3.4.3	Sistema Agrário Atual	67
3.5	TUDO COMEÇA POR AQUI..	72
3.5.1	A escravidão indígena	74
3.5.2	A Escravidão negra	75
3.5.3	Bem-vindos a Presidente Juscelino/MA	76
4	A RENDA DESENVOLVIDA SOBRE PADRÕES TRADICIONAIS: UMA NECESSÁRIA EPISTEMOLOGIA	85
4.1	O MODERNO E O TRADICIONAL, QUAIS AS INFLUÊNCIAS NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS RURALIDADES?.....	88
4.2	A AGRICULTURA TRADICIONAL	90
4.2.1	A Tecnologia de Roça e Queima	91
4.3	A PRODUÇÃO COMERCIALIZADA	93
4.3.1	Recorte 1 – Povoado de Boa Vista dos Pinhos	93
4.3.2	Recorte 2 – Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos.....	97
4.3.3	Recorte 3 – Assentamento de Reforma Agrária – Estadual Folhal.....	103
4.4	PRODUÇÃO DESTINADA AO AUTOCONSUMO	107
4.4.1	Área de posse localizada na Comunidade de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA	108
4.4.2	Recorte 2 – Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA	110
4.4.3	Assentamento de Reforma Agrária Folhal, município de Presidente Juscelino/MA	113
4.5	RENDA MONETÁRIA.....	116
4.5.1	Área de Posse: Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA.....	117
4.5.2	Área Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA	118

4.5.3	Assentamento de Reforma Agrária Folhal: Município de Presidente Juscelino/MA	119
4.6	FORMAÇÃO DA RENDA FINAL	120
4.6.1	Renda Final em Área de Possesiros sem a Titulação da Terra	121
4.6.2	Renda Final Entre Famílias de Quilombolas, tendo a Área Reconhecida como Quilombo, mas não homologada a terra	122
4.6.3	Renda Final entre os assentados de Folhal, Presidente Juscelino/MA.....	123
4.6.4	Comparação entre a Formação da Renda Final entre os Três Recortes Estudados	124
5	RENDA E TRADIÇÃO: UMA LEITURA EPISTEMOLÓGICA	128
5.1	A TRADICIONALIDADE DA PRODUÇÃO OBSERVADA SOBRE A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL	129
5.2	FORMAS AUTÓCTONES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO PARA FINS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	131
5.2.1	A troca de diárias	131
5.2.2	A organização das festas religiosos e festejos culturais	132
5.2.3	A limpeza e manutenção dos recursos naturais existentes	132
5.3	PRODUTOS DE IDENTIDADE: VALOR E PRODUÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO MEIO RURAL	135
5.4	GERAÇÃO DE RENDA POR MEIO DO TRABALHO NÃO AGRÍCOLA	142
5.5	AS MUDANÇAS NO AMBIENTE FÍSICO E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE GERAÇÃO DE RENDA.....	144
5.6	FORMAÇÃO DA RENDA NÃO AGRÍCOLA.....	146
5.6.1	Transferências Sociais.....	147
5.7	OUTRAS FORMAS DE OBTENÇÃO DE RENDA.....	150
5.8	A REALIDADE OBSERVADA	153
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS.....	165
	APÊNDICE A – PLANILHA DE CÁLCULOS DE INDICADORES ECONÔMICOS PARA A AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	173

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, todo o processo de desenvolvimento traçado pelos colonizadores portugueses durante o início do sec. XVI, foi pensado no sentido de hegemonização das práticas econômicas, em função da expansão comercial europeia que buscava abrir novos mercados consumidores.

Este processo, capitaneada pelos colonizadores buscavam a uniformização da produção e consumo como forma de garantia de abertura de novos mercados consumidores, e formação de potenciais parcerias comerciais com outras nações. Assim, o parque fabril inglês alcançaria níveis de desenvolvimento nunca antes observados e também garantiria condições de manter-se nesse patamar por longo período de tempo.

Este desenvolvimento gerou conflitos que culminaram com a destruição de sociedades inteiras, principalmente por tornar os membros destas sociedades escravos que seriam utilizados em processos de ocupação de novos territórios. Além disso, o principal objetivo era impor padrões culturais e dominação territorial e dos recursos naturais, garantindo assim, a utilização da mão de obra dominada, fato observado em muitas comunidades indígenas que habitavam as áreas ocupadas pelos portugueses durante a colonização e, posteriormente, com a ocupação do continente africano, este fato também foi notado com várias nações africanas que tiveram como destino a América do Sul, mais especificamente o Brasil.

A necessidade de domínio de algumas civilizações sobre povos ditos “sub desenvolvidos”, ou seja, de matriz cultural diversa da europeia, foi a tônica que motivou algumas insurgências caracterizadas como rebeliões que tinham o principal caráter de não aceitar a dominação portuguesa e a escravidão dos indígenas como no caso a revolta de Beckmam. Este fato e tem gerado graves problemas motivados por práticas econômicas antropofágicas e desumanas capazes de romper com os princípios básicos da dignidade humana.

Esta lógica foi responsável por desencadear um processo erosivo que não se reporta apenas a bens materiais, mas também a destruição de modelos organizativos e de estruturas sociais autóctones, secularmente construídas, iniciando o processo de uniformização e criação de um modelo único de sociedade global, onde imperam valores econômicos em detrimento a dignidade humana.

As sociedades de camponeses, no primeiro momento, não fizeram parte deste projeto, por isso foram excluídas dos processos produtivos generalizantes, cabendo a elas, naquele momento histórico, exclusivamente a produção destinada ao abastecimento interno das

unidades familiares de produção, sem haver qualquer iniciativa de inclusão dessa categoria ao mercado de comercialização de alimentos ou o desenvolvimento de estratégias para vincular estes produtos a processos de trocas agrícolas de produtos por renda financeira, assim, prevalecendo outras estruturas econômicas.

Assim, as sociedades rurais viveram momentos de que apenas consumiam, trocavam ou doavam sua produção considerada pelo contexto insuficiente para garantir o acesso aos mercados formais, passando assim por um longo período de ostracismo.

Diante disso, as sociedades geograficamente mais próximas às sociedades camponesas observando isso, não disponibilizavam valor monetário aos produtos advindos do meio rural local, utilizando como argumento o fato de que eles “não precisariam de dinheiro para viver”, e na maioria das vezes nem buscavam formas de aquisição destes produtos, trazendo mais dificuldade para a inserção das sociedades camponesas nos mercados agrícolas.

Um desses períodos de domínio nasceria nos anos seguintes à Segunda Guerra mundial, especialmente a partir da década de 50, estendendo-se até o final dos anos 70. Nesse momento instigado pela polarização da Guerra Fria e seus opostos modelos de sociedade e, particularmente, sob o impacto do notável crescimento econômico da época, que materializou um padrão civilizatório dominante, revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais (NAVARRO, 2001), sendo responsável pela consolidação de um projeto de sociedade, baseado em padrões modernos.

É relevante indicar que neste mesmo período, após lenta acumulação de inovações anteriores, constituiu-se uma nova e acabada “compreensão de agricultura” que gradualmente se tornou hegemônica em todo o mundo, não apenas no plano científico, mas nos diferentes sistemas agrícolas dos países que a ela aderiram.

Alicerçada no que foi genericamente intitulado de “revolução verde”¹. A “modernização” materializou-se de fato sob um padrão tecnológico diferente dos antes adotados, rompendo radicalmente com o passado por integrar fortemente algumas famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva.

Assim, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento e seletivo processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado, ficando restrito, no caso brasileiro, ao eixo Centro-Oeste, Sudeste e Sul, ficando o resto do país fora dessa nova ordem econômica que se impunha.

¹ O termo revolução verde refere-se ao conjunto de técnicas que tem como objetivo o aumento da produtividade das lavouras e a diminuição dos impactos dos processos naturais nas lavouras comerciais. Este processo visa substituir os processos autóctones pelos artificiais de produção.

Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de “moderno”, o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a se subordinar, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados nos diferentes países.

Esse período, que coincide com a impressionante expansão capitalista dos “anos dourados” (1950-1975), é assim um divisor de águas também para as atividades agrícolas, e o mundo rural (re)nasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações tornaram-se completos (NAVARRO, 2001).

A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, certamente foi moldada pelo “espírito da época”, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em seu nome (NAVARRO, 2001).

No Brasil, por exemplo, nos anos 70, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da “modernização agrícola”).

Em tal contexto, a transformação social e econômica e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres – foi entendida como o resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, “desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001).

Graziano (1982), por outro lado, fundamentado em literatura marxista a sua análise, citando alguns fatos que possibilitaram o surgimento de dúvidas e inquietações sobre o modelo proposto, uma delas seria a manutenção do exército de reserva de mão de obra que originalmente o campo agrupa, com vista, principalmente, a continuidade de expansão do sistema econômico capitalista explicando aí o Estatuto da Terra e o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, pois coincidente mente no mesmo período estava sendo formado o complexo industrial do sudeste brasileiro.

Esta leitura justificada também pela pressão popular por abertura política, oportunizava a sociedade civil se organizar e alçar outras bandeiras de luta como no caso “a reforma agrária”, movimento que frutificou e fortaleceu muito alguns passos seguintes nesse processo histórico e dialético.

O Estatuto da Terra, em vigor até os dias atuais, sob a Lei nº 4.504 de 1964, representa

um conjunto de normas que regula os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais, especificamente para execução da reforma e promoção da política agrária. (BRASIL, 1964), sendo elaborado em um governo civil e promulgado em um governo militar, o que fez com que não houvesse a possibilidade de implementação.

Nesse mesmo período as condições políticas mudaram, maior liberdade foi concedida e as discussões ganharam respaldo mais modernos e contemplavam alguns anseios da sociedade organizada por meio de suas representações parlamentares, assim, trazendo um clima maior de segurança institucional.

Dentro do contexto acima apresentado é formulado o Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1985) cujo objetivo seria atingir as metas definidas pelo Estatuto da Terra observados nos preceitos constitucionais, buscando principalmente garantir o cumprimento da função social da terra e garantia de políticas agrárias específicas.

No ano de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, a discussão ganhou outra conotação, pois, este documento de forma explícita criava mecanismos de realização de ações efetivas de reordenamento agrário e reconhecimento dos territórios étnicos de indígenas e quilombolas.

Diante do exposto, ações concretas foram firmadas e criados uma quantidade significativas de assentamentos de reforma agrária e criação de homologação de territórios indígenas e quilombolas, mas por outro lado, as políticas de desenvolvimento para estes territórios não foram efetivadas.

Assim, para Navarro (2001) o segundo momento sob o qual o tema ressurgiu é muito recente: vencida esta transição, que deixou os debates sobre o desenvolvimento na penumbra, este novo momento provavelmente foi demarcado a partir de meados da década de 90. Nos anos recentes, as motivações para o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento (e o desenvolvimento rural) modificaram-se radicalmente, caracterizando-se muito mais, ao contrário do primeiro período, por uma percepção acerca da aparente impossibilidade do desenvolvimento ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização.

Aliás, pode-se ousadamente afirmar que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento (NAVARRO, 2001) em função principalmente da falência das matrizes fornecedoras de recursos naturais.

Para Sabourin (2009) um complexo conjunto de novos processos sociais e econômicos – associados usualmente à expressão “globalização” veio a lume, alterando radicalmente a estruturação societária da maior parte dos países e seus modelos convencionais de

interpretação e, por conseguinte, as propostas de ação, governamentais ou aquelas oriundas da sociedade civil. Criou-se, como se sabe, um período de incertezas e riscos, talvez sem precedentes. Neste quadro de mudanças rápidas, profundas e inéditas, o tema desenvolvimento – e desenvolvimento rural – gradualmente reapareceu no teatro dos debates e das disputas sociais, agora em escala global. Tal processo foi descrito por Veiga (2004), onde dois caminhos são apresentados, o desaparecimento completo do meio rural e de todas as sociedades que nele se reproduzem e o debate renascimento das sociedades rurais e suas implicações para garantirem o seu desenvolvimento.

Dessa forma, Sabourin (2009), observando os processos sociais em curso motivados pelas dinâmicas locais apropriadas ou rejeitadas durante o processo dialético, emergem discussões de readequação das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural para que as especificidades e identidades culturais venham ser preservadas durante as etapas de reprodução social, constituindo em um novo paradigma a ser implementado.

Estes movimentos caracterizam uma nova ordem social rural e introduzem uma nova abordagem a ser contemplada pelas políticas públicas de desenvolvimento rural e que tendem a categorizar-se e transformar em um novo paradigma a ser vencido.

Discutiu-se anteriormente que pelo fato da modernização das técnicas produtivas não terem chegado a alguns estados do norte e nordeste a relação existente com o mercado eram relações pouco visíveis, nesse momento, em que se implementa a discussão trazida no parágrafo anterior também não pode ser efetivada de forma integral, pois ela carece de uma vinculação entre sociedade e mercado, um fato não observado nas realidades apresentadas por esta pesquisa.

Construir a capacidade do Estado de entender o fato narrado anteriormente é atender as necessidades das sociedades rurais diversas fazendo com que este cumpra o seu dever constitucional, sem, contudo, hegemonizar e imprimir processos civilizatórios, devendo ser prioridade dos governos por meio de ações e projetos.

Uma discussão que avançou e conseqüentemente contribuiu para o fortalecimento da compreensão da conformação das políticas de desenvolvimento rural se refere especificamente ao significado do termo “questão agrária”, que usualmente é utilizado para caracterizar processos de reordenamento agrário.

Para Mielitz Neto (2010) o termo em questão tal qual foi construído e reconstruído, passou a abarcar de forma sistemática as questões agrícolas e fundiárias, incorporado definitivamente pelas instituições responsáveis pela construção e implementação de políticas públicas para o meio rural.

Nesse contexto, outras discussões transversais aos temas da globalização hegemônica e do desenvolvimento endógeno ganharam destaque e importância, sendo incorporadas às políticas específicas e inclusive transformadas em políticas próprias, para tratar das questões ambientais, que atendessem as populações tradicionais.

Um caso específico que caracteriza o relato anterior pode ser observado na discussão de políticas de reordenamento agrário e de regularização fundiária com a introdução de formas diferenciadas de concepção e execução das mesmas, garantidas pela constituição federal de 1988 que traz nos aspectos culturais um elemento importante a ser considerado durante a efetivação do reordenamento agrário, os aspectos referentes a manter os meios de vida e a preservação de padrões culturais.

Os assentamentos de reforma agrária continuaram a ser feitos (PALMEIRA; LEITE, 1998) como forma de continuidade do processo, mas, além disso, aumentou a pressão para a titulação de territórios quilombolas (ALMEIDA, 1989) criação de reservas extrativistas, demarcação de terras indígenas e outras demandas de grupos sociais específicos e que dependem da natureza para se reproduzirem socialmente.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004), criado pelo Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, foi readequado com a criação de linhas de crédito específicas para mulheres, jovens, agricultores agroecológicos, dentre outros, observando demandas da sociedade civil organizada para atender essas novas tendências, passando da discussão do tamanho da propriedade e da capacidade produtiva relacionada ao número de membros das famílias de agricultores para linhas de crédito que contemplasse a diversidade socioambiental e os sistemas de produção local e tradicional das sociedades rurais, assim avançando da intervenção apenas na questão agrícola para questões que intervissem diretamente no processo de desenvolvimento das sociedades rurais.

Assim, as bases teóricas e conceituais foram alteradas, a discussão do social e das sociedades ganhou complexidade sendo representadas por outras matrizes de desenvolvimento, resignificando o termo “desenvolvimento rural” e suas principais formas de intervenção por parte da sociedade e do Estado.

A sustentabilidade do processo não é mais vista como conceito universal e representadas pelos cinco elementos (social, ambiental, econômico, cultural e político apresentados na Conferência Mundial realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972). A este conceito foi associado uma série de novos elementos considerados intangíveis mais que fazem grande diferença na hora da interpretação.

Este fato é observado, principalmente, pela polissemia da expressão, visto que atores em posições opostas no processo de disputa econômica e de projeto de sociedade se utilizam das mesmas referências para justificar as suas posições sobre o tema “desenvolvimento”, mas a essência da discussão muda à medida que é trazida para a realidade das sociedades pesquisadas.

Assim, novos modelos teóricos têm surgido impulsionados principalmente pelo protagonismo e organização social de segmentos étnicos específicos e grupos organizativos antes classificados como invisíveis e minoritários também impulsionados pela necessidade de cumprimento de acordos internacionais ao qual o Brasil é signatário. Uma importante matriz que vem sendo trabalhada é a desenvolvida por Chambers (1983).

Tal teoria trata os agricultores como agentes do processo e não somente como receptores de política. Para Chambers (1983), propostas de intervenção e participação dos beneficiários das políticas devem ser construídas de forma participativa, colocando leituras típicas de suas culturas e necessidades.

Outras matrizes teóricas emergem, como o etnodesenvolvimento que, segundo Stavenhagen (1985) tem duas grandes acepções:

- a) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e
- b) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social. Assim, apontando diretamente para práticas econômicas desenvolvidas por sociedades rurais específicas. (LITTLE, 2002).

A renda agrícola originada das formas autóctones aparece como fator determinante do processo de empoderamento, pois, além de tudo configura-se, dentro do conceito de autoridade filosófica descrita por Nunes, Spinel e Castro (2009) se referindo ao fato de liberdade de pensamento e viabilização das ideias construídas como elemento identitário central no processo de reprodução social e resistência cultural.

No caso específico do estado do Maranhão, cuja ocupação territorial foi estabelecida a partir do processo da fuga de escravos das fazendas de algodão, a ampla maioria da população possui características étnicas, de negros e indígenas, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), aproximadamente 80% do efetivo populacional se auto-identifica dentro destes padrões. Outro elemento que é de extrema importância nesta análise é o significativo percentual da população rural, onde segundo o IBGE (2011) é de 36,9 % do efetivo populacional.

Esta população possui economia baseada também em padrões tradicionais de agricultura e distribuição da produção, muitas vezes entendidas como irracionais sobre a

lógica hegemônica, permitindo interpretações equivocada sobre as sociedades que as praticam.

A agricultura tradicional desenvolvida por diferentes sociedades rurais, embora apresente uma matriz tecnológica comum, possui uma grande quantidade de elementos que a diferencia uma das outras, sendo responsáveis pela variação de padrões de cada produto, condicionados pelo ambiente físico onde são produzidos.

Para esta análise, a unidade de estudo será o município de Presidente Juscelino, localizado na região do Munim, Nordeste, com população representada por segmentos étnicos e sociais específicos, economia predominantemente agrícola baseada, sobretudo, na cultura da mandioca (*Manihot esculenta*), utilizada principalmente para a produção de farinha, base da alimentação, com características que representam grande parte da população do Maranhão.

Neste trabalho, buscou-se entender como o processo de geração e em parte utilização da renda agrícola foi impactado por políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural e de certa forma, identificar incongruências entre normas e determinantes das políticas agrárias e agrícolas destinadas especificamente a diferentes grupos sociais localizados na mesma esfera municipal.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Um dos principais elementos identificados como determinantes do desenvolvimento é a renda, no caso específico nas sociedades camponesas do Maranhão, está ainda é obtida por modelos tradicionais, ou seja, grupamentos sociais que preservam características culturais provenientes de sua organização primária.

Estas sociedades rurais sofrem processo de pressão para se inserirem nos mercados, desta forma buscaremos entender como a terra, como fator de produção, interfere nesse processo, visto que serão avaliadas comunidades que passaram e outras não por processos de reordenamento agrário, que objetivam o desenvolvimento rural.

Diferentes programas e projetos têm sido implantados, buscando a resolução de problemas fundiários, como a criação de assentamentos de reforma agrária e identificação de terras quilombolas, além de programas de crédito agrícola destinados ao incremento da produção agrícola.

Assim, o problema em questão se refere especificamente entender como diferentes formas de intervenção do Estado (ou a falta dela), por meio de processos de reordenamento agrário, influenciam o processo de obtenção e utilização da renda agrícola, e como a renda

ainda é utilizada como elemento da coesão social utilizando como unidade de análise as comunidades rurais do município de Presidente Juscelino- MA.

1.2 HIPÓTESES DO ESTUDO

As diferentes formas de ordenamento agrário, que servem como alicerce para o desenvolvimento rural, são concebidas observando um único padrão sociológico, de forma a não perceber as diferenciações na estrutura social das distintas sociedades, por isso não conseguem contemplar as especificidades das sociedades locais, não atingindo o objetivo a que se propõe. Desta forma, até quando as intervenções estatais destinadas ao reordenamento agrário devem observar a ordem local? Uma vez que, esta ordem é construída de maneira a atender as necessidades destas sociedades.

Dessa forma, a hipótese apresentada é construída no momento em que se observa a uniformidade dos processos de reordenamento agrário em contraponto a diversidade social, pois, apresenta a necessidade de diferenciação das matrizes de formulação das formas de intervenção, atendendo as características sociais específicas, fazendo com que as sociedades rurais desencadeiem processo de desenvolvimento já iniciados de maneira autóctone.

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

Para que entendamos o processo de geração de renda em sociedades que se organizaram diferentemente em aspectos agrários diversos, este trabalho possui um objetivo geral e três objetivos específicos abaixo identificados.

Desta forma, buscar-se-á desenvolver o trabalho no tocante a responder os questionamentos apresentados em cada objetivo citado, assim dando origem ao conteúdo apresentado neste trabalho.

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender como as diferentes formas de reordenamento agrário, tem influenciado o processo de geração de renda (agrícola e de autoconsumo) em contextos culturais e de organização produtiva diversificada em três comunidades rurais do município de Presidente Juscelino/MA, sendo elas Boa Vista dos Pinhos, Juçaral dos Pretos e Folhal.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) reconstituir a trajetória histórica do processo de apropriação das terras do território brasileiro, observando as formas de intervenção do estado destinadas ao reordenamento agrário, bem como, os movimentos da sociedade civil e de agentes do estado no contexto específico deste trabalho;
- b) entender o processo atual de obtenção de renda (agrícola e de autoconsumo), em diferentes contextos de intervenção fundiárias destinadas;
- c) caracterizar o processo econômico em diferentes contextos de intervenção de ordenamentos agrários destinados ao reordenamento agrário, observando distintos padrões de consumo e comercialização.

1.4 METODOLOGIA

A realização do presente trabalho consiste em três etapas:

1.4.1 Descrição do processo de organização da estrutura fundiária brasileira, relacionados ao Estado e sociedade civil.

Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica, identificando as diversas etapas e processos que nortearam o reordenamento agrário, desenvolvidas pelo Estado brasileiro e das ações de ocupação dos territórios rurais;

Nesta etapa, pesquisaram-se documentos oficiais, anuários, manuais operacionais de programas oficiais, relatórios técnicos, documentos históricos do acervo públicos do estado do Maranhão, como também, documentos referentes a doações de terras do governo brasileiro que regulamentam e explicam como se efetivou a lei de terras de 1850 e sua consequência para o Estado brasileiro.

Pesquisas adicionais foram realizadas, através da consulta a artigos científicos que constam nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, repositórios da USP, UNESP, UFRRJ e UFRGS, onde estão dispostas monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, sobre o processo de ocupação do território brasileiro e do território maranhense. As palavras-chave utilizadas nesta busca foram: “Reforma agrária”, “Reordenamento agrário” e “Regularização fundiária”.

A partir desses dados foram utilizados alguns mapas temáticos e confeccionados outros como a distribuição espacial da produção agrícola do estado do Maranhão e distribuição da produção pecuária nas distintas regiões maranhenses. Estes mapas foram obtidos junto ao Núcleo Geo Ambiental da Universidade Estadual do Maranhão. A função dos mapas neste trabalho é promover o entendimento dos assuntos discutidos, e tornar mais didáticas as questões apresentadas.

1.4.2 Elucidação da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Território dos Lencóis Munim-MA.

A abordagem dos sistemas agrários foi baseada na metodologia desenvolvida por Mazoyer e Roudart (2009, p. 77). Estes descrevem que “[...] a leitura dos sistemas agrários é um instrumento intelectual que nos permite apreender toda a complexidade de toda a forma de agricultura real através da análise metódica da sua organização e do seu funcionamento”. Neste sentido, ainda de acordo com estes autores podemos observar que:

[...] um sistema agrário não pode ser, portanto, analisado independente das atividades inerentes que lhe fornecem meios de produção; também não pode ser analisada independentemente das atividades a montante e pelos consumidores, nem independentemente dos outros sistemas agrários que concorrem, também eles, para a satisfação das necessidades da sociedade. (MAZOYER; ROUDART, 2009, p. 77).

Essas relações e inter-relações nos possibilitam verificar que os estudos dos sistemas agrários dão conta de inúmeras variáveis como: o meio cultivado, instrumentos de produção, modo de artificialização do meio, divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria, os excedentes agrícolas e as relações de troca entre atores sociais, as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo, o conjunto de ideias e instituições que permitem assegurar a reprodução social (MIGUEL; MAZOYER; ROUDART, 2009) e como essas relações traçadas impactaram e influenciaram o atual modelo adotado, observando seus pontos de estrangulamento e o surgimento de outras formas de fazer agricultura, pressionado pelos gargalos apresentados pelos processos externos aos territórios rurais ultrapassando em muitos casos as fronteiras municipais, estaduais e até mesmo nacionais.

Nesta perspectiva, efetuaram-se buscas em documentos históricos, consultando jornais da época e cartas de estudiosos, que informavam a situação local para pessoas distantes, além de textos oficiais como relatos históricos e relatórios existentes no arquivo público do Estado

do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão; textos acadêmicos sobre o ordenamento fundiário e econômico, buscando entender quais os sistemas produtivos existentes em cada época e, principalmente a transformação nas formas de utilização do meio físico e as estruturas sociais, que se conformaram posteriormente no ambiente construído.

Por meio da utilização de dados secundários referentes às características ambientais, buscou a conexão dos eventos socioeconômicos aos ambientais, no processo de conformação do território, observando assim, como hábitos culturais foram formados e fixados pelas distintas sociedades.

Inicialmente, elencamos as atividades desenvolvidas no início do processo de ocupação, com um apanhado geral do meio de vida das nações indígenas, e como estas foram impactadas com a chegada dos europeus e seus desdobramentos.

Posteriormente, uma leitura da implantação do sistema de *plantation* e seus impactos para o Brasil e o Maranhão, e como isso se refletia internamente na região em estudo. Este sistema baseia-se na grande propriedade, latifúndio, trabalho escravo africano, monocultura e produção voltada para o mercado externo, sem, contudo preocupar-se com o seu entorno e com a sociedade a sua volta.

A lavoura de algodão, também fez parte do levantamento de dados. A chegada dos escravos, a fuga e formação dos quilombos, o contato com os índios, a troca de saberes e o surgimento de novas práticas alimentares, como no caso específico da farinha de mandioca, e a formação de uma identidade regional foi observada durante estas leituras.

Através da composição dos dados acima apresentados, foi possível evidenciar alguns momentos da história onde sistemas agrários específicos prevaleceram sobre outros, e também como ocorreu a transição entre eles.

1.4.3 O processo de geração de renda e como essas rendas contribuem para o desenvolvimento da reprodução social e resistência das comunidades nas áreas atualmente ocupadas

Esta etapa abarcou um estudo de campo junto às comunidades rurais, através da observação de ordenamento agrário diferenciado e organização social distinta. Este momento iniciou com uma visita ao STTR (Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) do Município de Presidente Juscelino, esclarecendo os objetivos. O objetivo dessa fase foi coletar informações de acesso e contatos de lideranças das comunidades.

Na primeira visita, as lideranças das comunidades, foram contatadas nos locais indicados pelo representante do STTR (Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) do Município de Presidente Juscelino, no intuito de esclarecer os objetivos do projeto e consultá-los sobre a disponibilidade em participar.

A necessidade da pesquisa indicava que os contextos onde desenvolveríamos as atividades da pesquisa de campo, deveriam contemplar realidades agrárias diferentes, por isso, tomamos a decisão de escolher um assentamento de reforma agrária, uma área de posse, onde está fixada uma comunidade que desenvolve atividades agrícolas, e uma comunidade quilombola. Posteriormente, foram identificadas as três comunidades a serem pesquisadas que possuíam as características necessárias. Após concordância das mesmas em participar da pesquisa, iniciou-se as atividades.

1.5 LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Comunidade de Boa Vista dos Pinhos: esta comunidade compreende agricultores posseiros sem a titulação da terra, que ocupam uma área denominada povoado Boa Vista dos Pinhos, no município de Presidente Juscelino/MA. Este povoado é formado por 62 (sessenta e duas) famílias de agricultores tradicionais que desenvolvem atividades agrícolas sob o regime de corte e queima e pousio, e que tem na farinha de mandioca e na juçara (*Euterpe olerace*) a sua principal atividade econômicas.

Em função da falência do sistema de corte e queima, fruto principalmente do aumento da densidade demográfica, o sistema tradicional de produção não atende às reais necessidades das sociedades rurais, proporcionado pela baixa produtividade ocasionada pelo cultivo, onde não ocorreu o processo de recuperação da fertilidade natural, por isso, foi observado pelos agricultores a necessidade de mudança dessa matriz, fato que é influenciado pela demanda de maior produtividade para o abastecimento dos mercados locais. Neste recorte, foram aplicados 8 questionários entre as famílias de agricultores.

Quilombo de Juçaral dos Pretos: esta comunidade compreende quilombolas que tiveram a terra obtida por doação do antigo proprietário para os negros nascidos e que vivem na área, não podendo ser vendida. A comunidade é formada por 48 (quarenta e oito) famílias de quilombolas que desenvolvem atividades econômicas baseadas na agricultura de corte, queima e pousio de forma tradicional, satisfazendo suas necessidades. Em nenhum momento da pesquisa, os quilombolas manifestaram o desejo de mudança na matriz tecnológica adotada, focando na perspectiva da “roça”. Neste recorte, foram aplicados 10 questionários

entre as famílias de agricultores quilombolas.

Assentamento Folhal: esta comunidade compreende quilombolas que tiveram a sua área de ocupação tradicional regularizada por uma política de reforma agrária do Instituto de Terras do Maranhão, órgão vinculado ao governo do estado do Maranhão, transformando a área quilombola em Assentamento de Reforma Agrária, aportando algumas estruturas sociais como casas de alvenaria e um poço comunitário para o abastecimento da área. As famílias cadastradas neste assentamento totalizam 56, sendo que a infraestrutura disponível (casas de alvenaria e abastecimento de água) satisfaz apenas 38. Neste recorte foram aplicados 10 questionários entre as famílias de agricultores.

Depois de caracterizadas e eleitas às comunidades que seriam pesquisadas, iniciamos as atividades de aplicação dos questionários, previamente adaptados da realidade do Sul do Brasil para atender as realidades das famílias, do ambiente físico e das comunidades pesquisadas no continente do Maranhão.

A atividade inicial da pesquisa *in loco*, iniciou com aplicação de questionário semiestruturado para um total de 28 agricultores, todos representantes das famílias de agricultores. As famílias que participaram da pesquisa foram indicadas pelos próprios agricultores, onde o principal critério foi a atividade agrícola como centro no processo de geração de renda.

Em cinco visitas posteriores, buscaram-se observar as unidades de produção (roças), unidades de beneficiamento (casas de farinha), áreas de pousio, áreas queimadas. Efetuamos esta observação na companhia dos próprios agricultores, que ajudaram muito na compreensão da realidade e dos fatos sociais apresentados.

O questionário (APÊNDICE A) objetivou coletar dois tipos específicos de informações, qualitativas e quantitativas:

- a) informações quantitativas referentes às quantidades de diárias vendidas (valor monetário pago por oito horas de trabalho local, na época da pesquisa, correspondendo a R\$ 40,00). Refere-se também, ao valor monetário, e corresponde ao valor pago aos produtos produzidos para o consumo humano, garantindo a segurança alimentar e comercialização (segurança financeira) contribuindo no processo de obtenção de renda. Particularmente, a renda gerada por esse processo é acrescida pelas diárias vendidas para fora das comunidades, além de outras atividades desenvolvidas, baseadas, por exemplo, no extrativismo vegetal, desenvolvido pelos agricultores pesquisados, nos três diferentes contextos

evidenciando quais e como estas atividades são realizadas e sua importância no processo de formação da renda final dos camponeses.

- b) informações qualitativas referem a dados que permitam compreender a importância e o significado das diárias na vida dos agricultores, e em quais contextos são efetivadas, observando, sobretudo, a importância deste processo na manutenção da cultura local e da sobrevivência das famílias de agricultores.

Elaboramos caderno de campo, que foi utilizado para o registro das informações e ao mesmo tempo efetuados os registros fotográficos, que ilustram o trabalho. Realizamos, observações sobre a realidade local, e sobre a forma com que os mesmos produziam, comercializavam e destinavam a produção, e quais os principais entraves encontrados para a realização de suas atividades, assim como, discussões sobre a mão de obra, local, venda da mão de obra, troca de diárias e o processo de utilização de forma coletiva, para eventos culturais e esportivos. Sobre outras formas de obtenção de renda, durante as entrevistas, buscou-se captar junto aos agricultores, o entendimento sobre os benefícios sociais pensões e aposentadorias, programas sociais como bolsa escola, e seguros-defesos comunitários.

As informações qualitativas foram coletadas por meio das falas durante as entrevistas, transcritas no caderno de campo, bem como, em um campo disponível no questionário de coleta de dados.

Os dados, constantes nos questionários, foram coletados com o auxílio de dois estudantes de graduação, do curso de agronomia da Universidade Estadual do Maranhão. Realizaram-se três reuniões para preparação dos mesmos, enfocando informações sobre referencial conceitual e metodológico.

As informações foram quantificadas durante as entrevistas, utilizando as unidades de medida, de peso, agrárias, dentre outras, adotadas pelos agricultores como forma de manter uma maior fidelidade ao cálculo da renda, e o entendimento da forma como os agricultores organizam a sua produção, chegando aos resultados apresentados por este trabalho e, posteriormente, padronizadas para possibilitar a comparação.

Estes dados deram origem a três conjuntos de informações relacionadas a renda:

- a) **renda comercializada**: calculada a partir do que é produzido e disponibilizado ao mercado, ou seja, o que é vendido pelos agricultores. Os dados são referentes à comercialização direta entre as famílias das localidades, das famílias da localidade com outros povoados, e das famílias

com os atravessadores que compram a produção. Por meio dos questionários, as informações referentes às quantidades, os produtos produzidos e os valores da venda, foram levantados e posteriormente tabulados. Alguns valores foram aproximados, sendo esta aproximação efetuada pelos agricultores durante as entrevistas, e registradas nos questionários;

- b) **renda destinada ao autoconsumo:** refere-se à renda destinada à alimentação das famílias, a qual os agricultores informavam qual percentual da produção era destinada ao consumo da família. Seguidamente, de posse dos valores monetários informados pelos agricultores, no item anterior, calculou-se o valor consumido de cada produto específico. A soma dos valores individuais dos produtos originou o valor total dos produtos consumidos, determinando a renda de autoconsumo;
- c) **renda monetária:** corresponde ao somatório da renda gerada pelos produtos comercializados, pelo cálculo monetário da produção de autoconsumo (renda de autoconsumo) e por outras fontes de renda. Estas outras fontes de renda são compostas pelas rendas da força de trabalho, pelas transferências sociais, e por rendas diversas. Estas rendas diversas correspondem a atividades comunitárias e culturais, que consomem dias de trabalho, contabilizados na forma de dias de trabalho. Estes dias foram transformados em valores monetários, configurando como o somatório de todas os processos de geração de renda monetária, sem considerar a renda de segurança alimentar das famílias;
- d) **formação da renda final:** é uma renda composta, sendo originada do somatório da renda da comercialização dos produtos, a renda dos produtos consumidos e a renda das atividades não agrícolas. Esta base é construída, tomando como referência os dados obtidos anteriormente, mediante informações do questionário, configurando como síntese de todas as rendas obtidas.

2 AFINAL, DE QUEM ESTAMOS FALANDO? CAMPONÊS OU AGRICULTOR FAMILIAR?

O classicismo da discussão sobre a organização social das sociedades rurais tem passado por profundas mudanças, pois, como a sociedade é muito dinâmica em sua reestruturação, espaços e mercados que antes não eram ocupados por camponeses apareceram como alternativa de desenvolvimento econômico, logo, buscou-se na substituição da categoria social representativa das sociedades rurais.

Assim, toda a diversidade de organizações sociais construídas unicamente com o interlace entre homem e natureza perdeu seu significado e passou epistemologicamente a ser classificada como agricultura familiar, formatando assim um verdadeiro emaranhado conceitual que não consegue por se só ser desvendado, portanto sendo passivo de críticas e ressignificações.

Neste aspecto, os indígenas passaram a ser considerados agricultores familiares, os quilombolas são agricultores familiares, as quebradeiras de coco são agricultoras familiares e o camponês clássico deixou de existir apenas pelo tocar da varinha mágica de alguns sociólogos.

Neste capítulo buscaremos desenvolver um debate conceitual que a organização interna das unidades de produção e o acesso aos mercados direcionados por políticas públicas específicas não pode ser considerado como fator de ressignificação social, portanto não dando origem a novas categorias sociais muito menos desestruturando conceitualmente categorias já existentes.

2.1 AS TEORIAS CENTRAIS NO ENTENDIMENTO DAS QUESTÕES APRESENTADAS

As transformações nas relações de produção, ocorridas no Brasil, e mais particularmente, no estado do Maranhão, proporcionaram à ocorrência de inúmeras mudanças, que necessitam de uma (re)leitura e interpretação da realidade local no sentido de formulação de conceitos e teorias, visando orientar as leituras que influenciam o combate à pobreza generalizada e consequente desenvolvimento no meio rural.

Estas mudanças, na maioria das vezes, estão atreladas a uma nova forma de disposição e apropriação dos meios de produção capitalistas, sendo comparadas às transformações vividas no Brasil pós-guerra, que priorizou uma nova matriz de desenvolvimento, trazendo no

contexto situações singulares como, por exemplo, a criação de um padrão de renda monetária capaz de interferir na (trans)formação das relações sociais em curso.

Este processo resultou em dois modelos de produção agrícolas adotados no Brasil, de um lado, uma “agricultura moderna” voltada para os padrões exigidos pelos mercados formais, e de outro uma “agricultura tradicional” com relação a práticas de manejo, com produtos utilizados para a satisfação das necessidades básicas das famílias de agricultores, sem vínculos e aporte do Estado brasileiro e, principalmente, sem capacidade de competir com o modelo agroexportador.

Esta dicotomia contraditória serve para nortear teoricamente a discussão em curso, pois, do ponto de vista macroeconômico Estado brasileiro se sustenta pelas exportações de *commodities* e a produção camponesa, nessa lógica, apenas traz despesa para o mesmo Estado que apresenta obrigações constitucionais junto a estas sociedades.

Necessariamente, o a aporte estatal por meio das políticas é efetuado para atender necessidades outras dos camponeses. Estas necessidades vão desde a terra para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, e a autonomia social para manter os seus modelos de produção agrícolas constituídos tradicionalmente.

Segundo Wanderley (2011), o capitalismo que se reproduz no Brasil tem características que decorrem de sua condição colonial original, da significação estrutural do sistema de escravidão e da importância histórica da concentração da terra, como elemento central de controle dos recursos produtivos e do poder político. Neste contexto, as relações econômicas são construídas e destruídas, dependendo da necessidade dos possuidores do capital.

Wanderley (2011) afirma que essa dependência se traduz, antes de tudo, na transformação da economia agrária em uma fonte produtora de excedentes pelos setores urbanos hegemônicos. Assim, os modelos autóctones de economia perdem espaço e passam a ser encarados como atrasados, não podendo ser implementados em virtude, principalmente, da inexistência de uma escala de produção.

Uma consequência direta deste modelo é a substituição dos hábitos alimentares e dos produtos utilizados nos cardápios cotidianos dos agricultores. Cálculos econômicos demonstram que comprar arroz no mercado é mais barato que produzir, assim, se destroem hábitos e cultura, tudo em nome da modernidade e da escalada do capital financeiro.

Portanto, podemos contemplar formas diferenciadas de desenvolvimento, a teoria da modernização e a teoria neomarxista, que por mais que se coloquem em ambientes ideológicos opostos, apresentam semelhanças estruturais capazes de responder as questões

apresentadas acima.

A teoria da modernização concebe o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo em direção a formas tecnológicas e institucionalmente mais complexas e integradas à sociedade moderna (LONG; PLOEG, 2011), processo que se evidencia nas sociedades rurais como um todo.

Por outro lado, as teorias neomarxistas acentuam a natureza espoliativa desses processos, atribuindo-os à tendência expansionista inerente ao capitalismo mundial e a sua constante necessidade de abrir novos mercados, aumentar o nível de obtenção de excedentes e de acumular capital. (LONG; PLOEG, 2011).

A disputa se dá entre aumentar a produção de alimentos mediante a adoção de novos modelos tecnológicos, ou buscar acesso a diferenciados mercados para produtos tradicionais para que estes possam gerar renda e desenvolvimento, tal movimento contempla atores diferenciados e espaço de poder e decisão distintos, carecendo, desta fora da ação do Estado para garantir um equilíbrio de forças entre os atores envolvidos.

Nesse contexto, aparecem modelos antagônicos de agricultura: grande agricultura, produtora de *commodities*, e a agricultura familiar, que engloba parte significativa das agriculturas que fogem do padrão econômico hegemônico, dentre elas a agricultura camponesa, sendo que a agricultura de grande escala sempre recebeu uma atenção muito especial do governo brasileiro, principalmente por representar interesses de grupos empresariais e interferir positivamente na balança comercial.

O Estado tem apresentado propostas para contribuir com uma nova dinâmica implementada, um exemplo disso é que, após 1995, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), algumas questões começaram a obter destaque, dentre elas, a proposição de políticas creditícias e de assistência técnica e a abertura de mercados institucionais voltados para a agricultura camponesa, mesmo assim, com capacidade reduzida de intervenção positiva na melhoria das condições de vida das populações rurais formadas por pequenos agricultores. (GUANZIROLI, 2007; CARNEIRO, 2008; ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Este aspecto traz novidades, algumas positivas, pois, viabiliza o aparecimento de crédito para o financiamento público, mas, por outro lado gera problemas com uma centralidade voltada para a descaracterização dos processos produtivos e gerenciais das atividades desenvolvidas por pequenos agricultores.

Ellis (2000) traduz esta diversidade através do entendimento de suas formas de se relacionar com as outras sociedades e o meio em questão, enquanto outros autores buscam a

simplificação da identidade sociológica e a simplificação das formas de vidas diferenciadas no meio rural (NIEDERLE; GRISA, 2011), atribuindo a todas elas uma nova e única identidade. Este episódio, em nome da universalização de uma política pública genérica, transformou toda a diversidade social existente no campo em agricultores familiares, que neste contexto específico impõe também a adoção de meios “modernos” de gestão e práticas agrícolas.

Para Gehlen (2004), dois aspectos emergem desse processo de substituição com clareza: as tendências que apontam para transformações profundas do rural, o dinamismo social expresso nas lutas por interesses específicos e pela construção de referências novas, junto e para a sociedade local, nacional e mesmo globais.

Porém, as políticas do tipo participativas e dirigidas para segmentos específicos (como é o caso do PRONAF), embora apontem para mudanças, tendem a fortalecer os que apresentam racionalidade “moderna” e centrada na ética do trabalho e da competitividade, apropriando-se das melhores chances. Não havendo igualdade de chances nas oportunidades que se oferecem, verifica-se que as políticas públicas convencionais (crédito agrícola, por exemplo, ou programas de estímulo à formação de cooperativas) não superam a discriminação e a desigualdade entre uns e outros, como caboclos, indígenas e negros dos quilombos, por exemplo. Para Lima e Pozobom (2005) estes são portadores de racionalidades centradas em outros valores éticos sobre a reprodução socioeconômica, e as relações sociais e com o meio natural. A leitura dessa diversidade social permite observar algumas peculiaridades, dentre elas o fato de que os valores de convívio e de sustentabilidade são priorizados, em detrimento aos de competitividade e conseqüente acumulação de capital.

Gehlen (2004) destaca que, mesmo sob a aparência da igualdade, as chances de sucesso são diferentes e beneficiam os que detêm poder de decisão sobre as condições necessárias para aproveitar as oportunidades. Por isso, políticas públicas com interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades, sendo que, aos poucos, essa “vantagem” em benefício de grupos sociais identificados deve perder vigência, para converter-se numa política pública igualitária. O tema das quotas¹, em moda no discurso de militantes e de políticos, enquadra-se nesta perspectiva, sendo uma maneira de reparação das

¹ A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste 2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

deficiências das políticas públicas estatais.

Para Dahrendorf (1992), pelo menos em princípio, a cidadania destruiu as diferenças, mas alicerçou o conflito social moderno que diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação crítica integral por meios políticos, econômicos ou sociais ao estabelecimento de prerrogativas que constituam um *status* rico e integral de cidadania.

Especificamente, Gehlen (2004) refere-se à unificação de modelos e princípios identitários expressos durante o processo de produção, visto que as políticas precisam ser implementadas obedecendo aos modelos e normas impostas pelos mecanismos de financiamento, fazendo com que se evidencie uma inexorável erosão das formas tradicionais de produção.

Dessa forma, grande parte dos problemas e dificuldades enfrentados pelas sociedades camponesas no acesso às políticas públicas oferecidas aos demais segmentos da sociedade brasileira decorrem da ausência de reconhecimento (HONNETH, 2003) dessas diferenças e no conseqüente despreparo histórico dos órgãos e agentes públicos para lidar com elas. Faz-se urgente uma mudança significativa que permita a experiência de viver sua cidadania de modo integral, sem que, para isso, tivessem de abrir mão de suas práticas culturais, sociais e econômicas.

Assim, uma leitura de espaço que considera a produção econômica como fruto das inter-relações entre cultura e elementos sociais apresentadas por Santos (1976), torna-se essencial para o entendimento da leitura feita, pois, a cada análise apresentada é feita esta relação que está presente na vida das famílias de camponeses das três realidades pesquisadas no município de Presidente Juscelino.

Conforme Claval (1995), é pela cultura, que as populações interagem com a natureza, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular. Também é o modo como criam uma identidade e “enraizam-se” no território. O território, observando a lógica de espaço, convém esclarecer, constitui um significante e um significado, pois este seria, segundo Giménez (2000, p. 34), um meio de vida, uma fonte de recursos, uma área geopoliticamente estratégica, como uma unidade político-administrativa etc.; porém, também “[...] paisagem, beleza natural, entorno ecológico, como objeto de apego afetivo à terra natal, como lugar de inscrição de um passado histórico e de uma memória coletiva”.

Neste sentido, para Ritter (2011), no caminho da renovação e da evolução conceitual-epistemológica, rever e questionar o emprego conceitual para território e espaço para identidade, não é um trabalho em vão, principalmente quando esses termos estão nomeando projetos e programas, governamentais ou não, em andamento e que, a princípio, deveriam

também embasá-los teoricamente.

Cruz (2010) observa que para a maioria das pessoas, os alimentos não são apenas um item de consumo, uma vez que a alimentação e as escolhas alimentares estão fortemente relacionadas ao estilo de vida e a aspectos simbólicos e imateriais. Um exemplo dessa reflexão são os produtos de indicações geográficas como os vinhos da região dos Vinhedos na região da Serra Gaúcha/RS.

Esta leitura feita por Cruz (2010) transfere para o espaço físico onde o alimento é produzido o papel de repassar essa identidade para o produto, pois, neste espaço é que são evidenciadas as relações sociais e construídos os vínculos imateriais entre homem e alimentos.

Assim, no atual estágio de nossa sociedade, a estrutura que aproxima produtos tradicionais, com forte base cultural, dos mercados foi enfraquecida, ocasionando um profundo descompasso entre produção e demanda, elevando sobremaneira o valor venal destes produtos.

Em muitos casos, as sociedades produtoras são privadas do consumo de seus produtos, e tendo como uma das consequências a desestruturação dos processos identitários, culturalmente constituídos.

Uma das hipóteses prováveis para tal fato aparece no centro da discussão desenvolvida por este trabalho, enfocando sociedades camponesas que não reconhecem unicamente o mercado como fomentador de suas atividades, e por isso não podem ser regidas por políticas creditícias e econômicas, cujo objetivo é a produção de mercadorias, ou seja, a reprodução do capital financeiro.

Dessa forma, um dilema se instaura no sentido etimológico do termo “produto”, onde dependendo do contexto, pode se referir a mercadorias passíveis de troca, e em outros momentos, agindo como cimento social e identitário, ou seja, nem todos os produtos possuem apenas valor monetário, podendo possuir outros valores.

Sabourin (1999) entende que entre as comunidades rurais do sertão nordestino, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem à permanência de práticas de reciprocidade camponesa, ancestrais ou readaptadas a um novo contexto.

Considera ainda, que na zona rural do sertão, as comunidades, as redes de proximidade, relações familiares e interfamiliares, prestações de ajuda mútua, constituem formas de relacionamento e de organização ainda reguladas pela reciprocidade camponesa, não sendo muito diferente das relações observadas por esta pesquisa.

Assim, observa-se que a identidade está atrelada a um espaço específico, que sustenta as formas de organização, produção e reprodução dessas sociedades, que existem mediante a presença e a utilização os recursos naturais, e estas conformações associam-se determinando um meio de vida, que caracteriza unicamente cada sociedade dentro de cada contexto específico.

Em uma lógica utilitarista, Schneider (2013) salienta que produzir para o autoconsumo significa mais que produzir comida para satisfazer necessidades biológicas, consistindo também em produzir alimentos que atendem à identidade social dos agricultores familiares. Em que pese à mercantilização da agricultura e as transformações derivadas, o autoconsumo continua sendo um componente relevante da identidade das unidades familiares, da identidade de colono, não sendo observado em todos os contextos estudados.

Pautando a discussão de produzir alimentos pelos argumentos da identidade, Froehlich e Alves (2007) expõem a pertinência em utilizar os preceitos presentes na temática do espaço físico, especificamente no contexto dos territórios de identidade, sendo plausível que produtos agrícolas, produzidos a partir destes territórios, são capazes de imprimir ondas de desenvolvimento econômico.

Assim, os produtos de natureza identitárias, como a farinha de mandioca, tem a função de além de gerar segurança alimentar, proporcionar reconhecimento identitário e, por conseguinte fortalecer os laços sociais existentes, proporcionando a reprodução social associada primeiramente ao consumo e depois divulgação e comercialização dos mesmos os que levarão a uma efetiva produção de renda monetária.

No mesmo sentido, mesmo que esta não seja o principal objetivo das práticas econômicas observadas nas comunidades tradicionais, em determinados contextos rurais do Maranhão, a farinha de mandioca antes de ser vendida é doada para os parentes, compadres e amigos como instrumento de coesão social, por meio de práticas de reciprocidade, adquirindo aí papel de moeda. Esta leitura pode ser desmembrada em outras, pois esta moeda não possui potencial para ser trocada por outros produtos e sim podendo ser trocada por tudo aquilo que se precisa no momento, independentemente da tangibilidade ou intangibilidades do que se faz necessário naquele instante.

Alguns modelos analíticos, para cálculo da renda gerada pelas sociedades rurais, foram elaborados e são amplamente utilizados, para esse fim. Tais modelos estão estruturados em dois pontos específicos: a renda monetária e a renda de autoconsumo.

A renda monetária é aquela que resulta da venda de produtos e serviços disponíveis e produzidos no interior das unidades de produção familiar, como, por exemplo, produtos

agrícolas *in natura* e beneficiados, que também derivam da venda do excedente da força de trabalho (GUANZIROLI et al., 2001).

No contexto atual, Burlandy (2007) observam que as políticas de transferências de renda, por meio de programas sociais e aposentadoria rural, se configuram como elementos importantes que compõe a renda monetária, representando quase a totalidade.

A renda não monetária ou renda de autoconsumo, também, classificada como renda invisível, é utilizada para a satisfação das necessidades de segurança alimentar e sociabilização, no sentido de manutenção da identidade cultural e preservação dos meios de vida, portanto, a maioria das metodologias de cálculo de renda não consegue ressaltá-las.

Em análise empírica, observando o comportamento de algumas populações tradicionais do território dos Lençóis/Munim, nota-se que a renda produzida no interior da unidade de produção familiar é invisível no contexto da manutenção e consolidação do contexto sócio cultural, gerando uma relação econômica direta e indissociável, entre renda e cultura.

Nesse sentido, nota-se uma transição entre a necessidade atual de produzir para a geração de renda monetária e de autoconsumo, e a renda para manter os padrões sociais e culturais, configurando como um dilema para as famílias de agricultores, sendo este elemento nunca sendo estudado anteriormente no contexto acadêmico.

Garcia Júnior (1983, 1989) não define um conceito de produção para o autoconsumo, porém, a leitura dos trabalhos permite entender que se refere somente à produção destinada à alimentação da unidade familiar. A produção destinada ao consumo dos animais e aos usos gerais do estabelecimento – ferramentas, adubação, alimentação animal, transporte de mercadoria, etc. também fazem parte deste cálculo, uma vez que, seria necessária a produção de renda monetária para a aquisição dos mesmos.

Para compreender melhor este argumento, deve-se considerar que o objetivo da obra de Garcia Júnior (1989) consistia em demonstrar que existe uma racionalidade que orienta a escolha dos cultivos pelos camponeses. Segundo o autor, há elementos que interferem na decisão ou no cálculo das unidades familiares, entre produzir para o gasto da casa e produzir lavouras comerciais ou de exportação, como, por exemplo, a flutuação dos preços no mercado, a existência de condições técnicas de produção, o consumo alimentar familiar e a disponibilidade de força de trabalho da família.

O somatório destes elementos determinaria a opção por produzir ou comprar, autoconsumir ou vender determinado alimento. Este método, contudo, não pode ser utilizado para a leitura sociológica da produção da renda visto que, não existe orientação por parte dos

agricultores dos serviços ofertados pelos mercados formais.

O referido método não observa referenciais importantes no cálculo da renda das sociedades tradicionais como, por exemplo, a renda de outros serviços gerados pela agricultura camponesa como, a renda da terra discutida por Ricardo (1817). Por isso, também não consegue perceber que as relações sociais construídas e cultivadas junto as lavouras, é um importante elemento no cálculo da renda monetária.

Com relação à construção dos referenciais de renda monetária, as questões sociais encontram embasamento nos estudos de Bergamasco (1997), mas ainda é necessário um maior aprofundamento em questões mais específicas que caracterizem a preservação e identidade construída pelos grupamentos específicos estudados.

Para Leite (2004), o autoconsumo corresponde à fração da produção agropecuária – agrícola, pecuária, extrativista e beneficiada – produzida em um estabelecimento e destinada ao consumo da família, dos responsáveis, à alimentação animal e a outros usos da atividade produtiva. Percebe-se, que o conceito de autoconsumo é mais amplo que o utilizado por Garcia Filho (1989). Para realizar o levantamento da produção para o autoconsumo nas unidades familiares, utilizando-se dos dados do Censo Agropecuário, Leite (2004) sugere deduzir da produção total a parte comercializada, as doações, a produção armazenada e a produção perdida. A resultante desta operação refere-se à produção autoconsumida. Mesmo que este conceito traga elementos que melhor caracterize o processo de autoconsumo, as questões referentes a práticas de reciprocidade e de reprodução social, durante os processos econômicos evidenciados, não são levadas em consideração.

O cálculo do autoconsumo segundo atribuição de valor aos nutrientes utilizadas por Norder (1998) atribui valor monetário ao autoconsumo a partir de informações da porcentagem de nutrientes autoconsumidos e comprados. No levantamento realizado pelo autor, foram evidenciados nove nutrientes que são produzidos e consumidos pela própria família, em proporções oscilantes entre eles. Entre estes, seguindo o exemplo de outros autores e considerando que a deficiência no aporte de calorias indica deficiência de ingestão de alimentos e carência de outros nutrientes e micronutrientes, o autor optou pela comparação do percentual de autoconsumo de calorias. Dispondo da porcentagem de calorias autoconsumidas e do valor em reais utilizado para obter no mercado a porcentagem de nutrientes comprados – complementar a 100% –, chegou-se a um valor monetário atribuído ao autoconsumo. Por exemplo, se uma família autoconsumiu uma porcentagem de 49,11% e comprou 50,89%, correspondente a 0,37 salários mínimos *per capita*, o valor monetário do autoconsumo será de 0,36 salários mínimos *per capita*. Segundo esta metodologia, o valor do

autoconsumo irá oscilar de acordo com o gasto da alimentação comprada e da porcentagem de consumo calórico que estes alimentos representam (NORDER, 2014).

O valor do autoconsumo resulta de uma estimativa com base no valor das calorias compradas, por conseguinte, é necessário o conhecimento destas também. A questão que insurge desta metodologia diz respeito à consideração apenas da porcentagem de calorias e se o valor do autoconsumo, ao ser calculado com base no custo das calorias compradas, corresponde ao seu valor real.

O cálculo do autoconsumo por meio da estimativa das unidades familiares compreende a produção destinada à alimentação da família e dos animais e a produção de lenha. Para mensurar monetariamente o autoconsumo, adotou-se como critério a estimativa, pelos agricultores, do valor que despenderiam para adquirir estes produtos no mercado, estimativa esta, complementada pela discriminação dos principais bens produzidos.

Do ponto de vista das sociedades rurais, este cálculo não é eficiente, pois observa apenas um elemento dentro de uma diversidade de fatores, o econômico. As questões de identidade são negligenciadas. Assim como, a discussão ambiental se restringe a diversidade e dos recursos necessários para a sua produção, sendo que este método é pouco eficiente para o real entendimento das questões apresentadas pelas sociedades tradicionais rurais, no que diz respeito à produção de renda.

No caso do campesinato, pelo fato das unidades de produção não possuírem o hábito de contabilizar sua produção, muito menos quando se trata da produção para o autoconsumo, dificultando uma aproximação maior com a realidade. Isto se deve ao fato de que, conforme mencionou Chayanov (1981), as unidades camponesas não seguem uma racionalidade contábil, a partir dos conceitos e princípios utilizados para medir a eficiência de uma empresa capitalista, organizando seu trabalho e produção, não com a finalidade de obter lucro, mas, sobretudo, de atender o bem-estar de sua família e vislumbrar a sua reprodução social.

No caso específico de comunidades tradicionais os modelos econômicos existentes não contemplam a complexidade da realidade das sociedades em questão, carecendo de um maior aprofundamento desta discussão. Em pesquisa exploratória referente à execução deste trabalho, verificaram-se questões peculiares da cultura local, que não conseguem ser observadas pelos métodos acima expostos.

Nesse sentido, objetivamos estabelecer um método, que contemple a diversidade das práticas sociais organizativas desenvolvidas pelo campesinato, que no contexto abordado apresenta profunda influência na obtenção da renda.

2.2 OCUPANDO OS ESPAÇOS OCUPADOS...

Geralmente existe um entendimento que o espaço é composto pelas formas e pelos fenômenos geográficos nele existente, nesta abordagem, o entendimento apresentado é que o espaço é suas características ambientais são responsáveis pela formatação dos meios de vida e a partir daí surgem diversos fenômenos capazes de influenciar no processo de desenvolvimento rural.

As culturas populares, compreendidas a partir dos estudos de recepção de Martín-Barbero (1997, p. 105), não são conceituadas por sua autenticidade ou beleza, “[...] mas sim por sua representatividade sociocultural, sua capacidade de materializar e expressar o modo de viver e pensar”, devendo estes preceitos considerados na hora de traçar modelos de intervenção estatal.

Nesse sentido, buscando contextualizar a assertiva anterior, este entendimento assume na pesquisa, em sua relação com o desenvolvimento, um foco relevante de interesse neste trabalho. Isso porque, a dimensão cultural é considerada, por alguns autores, dentro de um complexo multidimensional do desenvolvimento, isto é, econômico, social, ambiental e político Jara (1998).

Portanto, não deve ser considerada de forma isolada a matriz econômica do empreendimento a ser implementado pelo Estado, deve ser observado que, naquele contexto existem pessoas e as pessoas possuem modos de vida definidos e principalmente que na maioria dos casos não estão dispostos a abrir mão dos seus costumes construídos durante várias gerações familiares.

Sobre o olhar da sociologia, Maia (2008), considera que o espaço, contudo resistiu e resiste, como categoria de interpretação. Hoje parece por demais evidentes que os lugares não se rendem a lógica uniformizadora que os confiantes homens dos oitocentos acreditavam ser inexorável. O predomínio da política da diferença, a rotinização do relativismo cultural é a propagação de teorias que ressaltam as singularidades da persistência do tema do local.

Mas, a grande discussão sobre esse contexto abordado aparece no trabalho de Santos (1976) que aborda o espaço como eixo onde as relações econômicas vão acontecer mediante a relação firmada entre os elementos sociais e culturais.

Nesta ótica, Santos (1976) discute questões que fogem do espaço físico invadindo temas referentes à economia, pois, é pertinente pensar que cultura e tradição vêm de repetir práticas durante gerações e que, é recente o acúmulo de riqueza, levando em conta o início dos levantamentos históricos. Portanto, as práticas econômicas explitivas acontecem em

outros espaços distintos dos espaços físicos, mesmos estando nos mesmos lugares.

Trazendo para a realidade objetiva da pesquisa o lugar serve de base na qual todas as atividades camponesas desenvolvam-se (produtivas ou não), portanto as atividades que vão tiveram como características os fundamentos sociais e culturais, cujos são o sustentáculo daquelas sociedades que não irão ser evecutadas, ou ainda, podem até ser mais de forma alguma serão feitos com esmero, por isso os resultados não serão positivos.

Assim, desta maneira, o local é tido como referência para todas as atividades praticadas pelas sociedades de camponeses, pois nele é que se efetivam as transações diárias que trataram (ou não) sentido a vida individual e que se refletirá diretamente em consequências na coletividade.

Para Santos (1976), pode-se dizer que a ciência interessou-se mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História.

Desta assertiva, são feitas várias ilações com a pesquisa de campo, uma vez que as sociedades camponesas, as quais têm manifestado algum nível de desenvolvimento, buscam na imaterialidade as formulações que são adotadas no cotidiano, além disso, no assentamento, os aspectos comportamentais são deixados de lado impedindo que ações coletivas surjam e respalde o processo de geração de renda.

Com base nesse pensamento é que as sociedades camponesas observam o meio onde vivem, pois, formatam as suas necessidades e a satisfação das mesmas mediante as características apresentadas pelo referido meio, não utilizando este de maneira mecânica, mas, como elemento de formatação das relações sociais das atividades culturais e de lazer, buscando a satisfação das mesmas.

Esse contexto não é observado somente a níveis locais, se formos verificar, nas diferentes civilizações mundiais, durante toda a história, a presença de elementos da natureza que permite fazer uma descrição de diversos fatos sociais peculiares a cada sociedade, fazendo com que estas tenham necessidades parecidas, mas as satisfaçam de acordo com o contexto ambiental específico e o estado de conservação que ele se encontra.

Nesse sentido, Santos (1976) observa que se as ciências desejam interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois, a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Toda a razão do mundo é dada a Santos (1976), pois o espaço é apenas o local onde as relações se efetivam, não podendo ser creditado ao meio físico o que acontece nele. As atividades desenvolvidas pelas sociedades rurais são frutos de racionalidades já existentes que irão buscar alternativas de adaptação para outros locais onde tiverem que se evidenciar, mas serão desenvolvidas do mesmo jeito.

Portanto, condicionar as atividades econômicas aos locais onde elas irão ser implementadas não pode ser motivo suficiente para justificar uma prática produtiva, é claro que as condicionantes ambientais são fundamentais, mais, não é isso que está sendo tratado, portando cultura e tradição são as molas mestras do processo de desenvolvimento e são os principais condicionantes das relações entre o sucesso e o fracasso das atividades produtivas que irão ser desenvolvidas.

Esta reflexão nos leva a perceber que as transformações sociais são fruto da conquista do meio e como este pode ser utilizada para influenciar as decisões tomadas sobre onde ir e o como fazer, pois, ao mesmo tempo em que a natureza potencializa a promoção de práticas produtivas e propõe um processo organizativo ele impõe limites e pode também determinar o extermínio deles, fato merecedor de total atenção não apenas do Estado, mas da sociedade em geral.

O referido autor atribui a formação social e econômica a ocupação territorial das regiões, fato comprovado cotidianamente nas distintas sociedades camponesas que buscam compreender a forma com que se inserirá no processo de desenvolvimento econômico, sem perder de vista as potencialidades ambientais

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la deveria permitir aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou (SANTOS, 1976, p. 2).

Assim, Santos (1976) atribui o interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre sua evolução.

Dessa maneira, diante de investidas sobre os seus territórios, as sociedades camponesas comportam-se de maneiras diferenciadas, cada uma obedecendo uma ordem lógica capaz de fazer com que os conhecimentos acumulados por elas venham ser utilizados para se readequarem as formas de obtenção de renda, não necessariamente utilizando como atividade principal a produção de alimentos, muito menos a substituição das tecnologias produtivas.

Este processo de readequação tem um significado muito importante em um contexto geral, pois significa que as sociedades camponesas em questão estão buscando formas autóctones para resistirem e continuarem a deter sua autonomia social e cultural, preservando assim as suas identidades.

Nesse sentido, o caráter dialético é observado, pois, de acordo com os contextos as funções e papéis de cada sociedade é redefinido, tudo isso para que se concretize o objetivo principal que é continuar sobrevivendo com seu modo de vida peculiar preservado, empunhando cada dia uma estratégia nova de adaptação às variações físicas, sociais e econômicas.

Santos (1976, p. 2) é categórico quando afirma que “Nenhuma sociedade tem funções permanente, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais. «Etapas- no decorrer de um processo»”.

Dessa forma, o contexto ambiental, associado ao contexto social são os principais motores das relações de utilização dos recursos naturais, baseados, sobretudo nas distintas formas de produzir, ou seja, obter renda, sempre se referenciando pela cultura desenvolvida durante todo o processo de conhecimento e adaptação ao meio.

Conforme Santos (1976) citando Libriola, as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo. Cabendo observar dentro da citação as variáveis existentes na maneira em que a terra foi reordenada para atender a necessidade da pesquisa em curso.

Santos (1976) observa que aqui, a distinção entre modo de produção e formação social aparece como necessidade metodológica. O modo de produção seria o «gênero» cujas formações sociais seriam as «espécies»; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada.

Dessa forma, é empregada uma visão utilitarista do meio, pois o que é realmente observado são as funções sociais que surgiram e precisam ser preservadas, independente do tipo de processo ao qual venha ser utilizado, mas, de toda forma, estando em jogo a

autonomia social, ou seja, o poder de decisão.

A noção de Formação Econômica e Social apresentada por Santos (1976) é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada. Sendo este pensamento o início que desencadeará todas as transformações que serão observadas durante o processo de produção camponesa.

Estas variações podem ser observadas muito claramente nas sociedades estudadas, pois, os contextos de ordenamento agrários apresentados na pesquisa permitem conformações variáveis, obedecendo às ordens econômicas que incidem diretamente sobre o processo de organização social.

Estas relações por mais que ocorram nas comunidades estudadas, manifestam-se sobre formas diferenciadas, pois o elemento cultural não pode ser deixado de lado, devendo ser tido como eixo central na conformação dos processos produtivos, imprimindo a estes limitantes ambientais claras e capazes de dar sustentação ao processo.

Para Santos (1976), o modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.

Assim, as estruturas fundiárias diferenciadas em cada sociedade camponesa estudada apenas trazem uma conformação diferente aos espaços, o que realmente é importante de ser observado são as relações econômicas que são forjadas mediante a fusão das relações sociais com a utilização do meio físico e seus elementos.

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades «externas», aquelas do modo de produção «puro», quanto pelas necessidades «internas», representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita o modo de produção expressa-se pela luta e pro uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção «atual», em plena existência, um modo de produção puro: ele não se realiza completamente em parte alguma. Daí, igualmente, a história espacial ser seletiva (Santos, 1972). Antes do período tecnológico atual, vastos segmentos de espaço procuram estar ao domínio, direto ou indireto, do modo de produção dominante, ou foram apenas atingidos por feixes de determinações limitadas. (SANTOS, 1976, p. 4).

Continuando com a discussão, notamos que a lógica do espaço também serve de

subsídio para a construção de alguns artigos específicos da Constituição Federal de 1988, pois, no que tange os direitos dos povos e das populações tradicionais a matriz teórica foi essa.

Esta matriz desconstrói todos os argumentos dos segmentos contrários à titulação de terras indígenas e quilombola, pois leva em consideração a reprodução cultural daqueles meios de vida específicos, fugindo completamente da lógica da produção agrícola.

3 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DA REGIÃO DOS LENÇÓIS MUNIM-MA

Todo estudo, obrigatoriamente deve partir das origens e processos que desencadearam a ocupação do território e a fixação das sociedades locais onde hoje, atualmente estão inseridas,

Desta feita, a metodologia dos sistemas agrários é um importante aliado para a compreensão destes processos, pois alia as características ambientais aos processos sociais que foram responsáveis pela realidade hoje vivida em nossa sociedade, apenas, associando estes elementos seremos capazes de compreender tais conformações e processos históricos fundantes destas realidades.

Desta feita, é imprescindível conhecer antes, os desenrolar das atividades comerciais desenvolvidas e como estas atividades influenciaram na dinâmica territorial local observada cotidianamente.

3.1 COMPREENDENDO A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

Devido às complexidades das realidades locais e regionais é necessário impor uma leitura geral que contemple, a maior quantidade possível, de aspectos que caracterizem a interação entre sociedade e ambiente e como esta é capaz de formatar uma realidade que possa gerar condições de desenvolvimento de práticas sociais.

Nesse sentido, a visão sistêmica adotada pela teoria dos sistemas agrários é fundamental, pois ela abre mão dos aportes pontuais e busca na complexidade das relações a caracterização dos processos vivenciados cotidianamente. Tendo assim, uma capacidade maior de sucesso no entendimento do que está sendo pesquisado.

A compreensão das condições de existência e as particularidades da evolução das sociedades agrárias e de suas respectivas formas de agricultura, tanto em sua expressão mais local quanto em sua expressão regional e nacional, e, indiretamente, das dinâmicas agrícolas e agrárias próprias à agricultura, vêm sendo, há muito tempo, um enorme desafio para as diferentes áreas do conhecimento envolvidas com a promoção e a ação em prol do desenvolvimento rural (MIGUEL; MAZOYER; ROUDART, 2009).

É, portanto, no bojo desse processo de questionamento e busca de novos referenciais conceituais e abordagens metodológicas – que permitissem uma melhor compreensão das realidades agrárias – que o conceito de sistemas agrários foi adotado e reformatado pelas

Ciências Agrárias e, em especial, pela Agronomia (MIGUEL; MAZOYER; ROUDART, 2009).

Evidencia-se, que a compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passa, necessariamente, por um conhecimento aprofundado e sistemático do processo evolutivo e do contexto histórico onde operam e se articulam estas sociedades. Nesse sentido, a compreensão do processo de formatação, de uma agricultura, exige uma considerável apreensão das particularidades relacionadas a seus aspectos intrínsecos ou internos (condicionantes ambientais, estrutura social, mercado, conhecimento técnico, etc.) e externos (economia nacional, sistema político, relações de troca, inserção internacional, etc.). Constatou-se, assim, de acordo com Roudart e Mazoyer (2001), ser imprescindível explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura no futuro do homem e da vida, em diferentes épocas e nas diferentes partes do mundo. Segundo esses autores, torna-se indispensável dispor de um corpo de conhecimentos que possa ao mesmo tempo integrar-se à cultura geral e constituir uma base conceitual, teórica e metodológica para todos aqueles que têm a ambição de intervir no desenvolvimento agrícola, econômico e social.

3.2 FORMAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DA REGIÃO DOS LENÇÓIS MUNIM

O processo de formação e evolução dos sistemas agrários é resultado de uma série de transformações nas relações entre a sociedade e o meio físico e, à medida que existe modificação nesta relação traz conseqüentemente alteração nos processos econômicos de exploração da região.

A partir deste tópico, serão apresentadas diversas etapas do processo de alteração dessa relação onde o uso do trabalho na obtenção de produtos originários do meio físico (alimentos, madeiras, animais para caça e tração e minérios) serão os principais motivos para transformação do meio físico.

Para que esta discussão venha ser iniciada, faz-se necessário um mergulho nos antecedentes históricos do processo, onde determinantes e condicionantes da ordem política e econômica mundial foram decisivos, para que a ocupação do território maranhense viesse a ser efetivada, e tivesse a conformação atual repleta de diferenciações culturais e sociais que a torna diferente das demais.

Antes de analisar a conformação e ocupação atual do Maranhão, convém ressaltar que a sua origem etimológica recebeu algumas interpretações, a saber: nome Maranhão deriva do sobrenome do descobridor do Rio Amazonas que pertencia a esquadra de Gonçalo Pizzaro,

cuja viagem remota à 1538.

Fernandes (2008) defende que é aumentativo de “Maranha”, que é o sinônimo de matagal, coisa enredada e que na província do Minho (Portugal) existe o topônimo Maranhão, e Maranhão era nome de uma antiga aldeia alentejana.

Outra corrente defende que existe o vínculo desta origem ao topônimo “mbará-nhã” que significa o mar corrente; tendo em vista que o litoral do Maranhão particulariza-se por ser em forma de rias.

Outra corrente defende a ideia que relaciona a um “emaranhado de canais costeiros”. Assim, “[...] do que não há dúvida, porém, é de que o nome da terra nos veio do rio, ainda hoje, Marañon em plagas peruanas, porque assim designado antes e porque confundido a sua foz com o Golfão em que demora a ilha” do Maranhão (MEIRELES, 2001).

Uma interpretação contemporânea de fundo etimológico remete diretamente a localização geográfica do atual estado do Maranhão, que em sua conformação política possui apenas dois pontos de fronteira que não são constituídas por rios ou pelo oceano, fato este que pode também, reforçar as teses descritas acima, e o significado do nome dado a esta unidade territorial.

3.2.1 Conjuntura Política Mundial e Ocupação Territorial do Maranhão

Devido as incursões de franceses, ingleses e holandeses ao longo da costa brasileira e na foz do Rio Amazonas, bem como a questão dos limites da bacia do Prata, que após os interesses espanhóis e portugueses, a coroa decidiu efetivar a estratégia da ocupação e domínio do citado território. (FERREIRA; BRANDENBURG, 2008).

Em função desse movimento e ampliação dos tratados diplomáticos como o de Madrid (1750), Santo Ildefonso (1777) e Petrópolis (1903) desde o sistema colonial vem sendo mantida a configuração básica do território brasileiro, sustentados no imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado (BARROS; OLIVEIRA JUNIOR; BUZATO, 2008).

Estes tratados internacionais buscavam inserir os territórios colonizados no contexto da realidade econômica dos colonizadores, por isso, inicialmente a força de trabalho era indígena, que por meio do trabalho dos missionários era cooptada e transformada em servis para atender as necessidades dos colonizadores europeus (BARROS; OLIVEIRA JUNIOR; BUZATO, 2008).

O empobrecimento do estado do Maranhão e Grão Pará, não permitia a importação de

escravos negros oriundos do continente europeu, colocando em cheque o modelo desenvolvido no resto do mundo, pelos países europeus em suas colônias de exploração (BARROS; OLIVEIRA JUNIOR; BUZATO, 2008).

Após início da revolução industrial, a capacidade de produção aumenta, fazendo crescer a necessidade de matérias primas, e a vastidão de terras existentes nas colônias impõe uma nova ordem econômica que consistia em reproduzir o modelo europeu, sendo iniciado um ciclo diferenciado de produção e mercantilização da sociedade maranhense (BARROS; OLIVEIRA JUNIOR; BUZATO, 2008).

Com a resistência e a proposta de libertação das nações indígenas escravizadas, não restou outra solução a não ser a importação de escravos oriundos do continente africano, iniciando assim uma nova fase de povoamento e ocupação do território onde hoje é classificado politicamente como estado do Maranhão (BARROS; OLIVEIRA JUNIOR; BUZATO, 2008).

Após apogeu e opulência econômica e a inserção do Maranhão, e conseqüentemente do Brasil, no cenário político internacional, ainda motivado pela ordem econômica mundial começou o processo de substituição das exportações do Maranhão (BARROS; OLIVEIRA JUNIOR; BUZATO, 2008).

Nesse contexto, o sistema colonial brasileiro começou a definir pela conjugação de dois fatores: um de caráter externo derivado da revolução industrial comandado pela Inglaterra, somado a promulgação dos ideais do liberalismo, tanto econômicos quanto políticos; o outro tem caráter interno e vincula-se a reação contra o domínio português e seu monopólio, riquezas e comércio iniciado por uma elite que se consolidava em termos econômicos e políticos, a qual recebia gradativamente o apoio das classes médias urbanas em função dos ideais liberais e também das camadas populares que nutriam um sentimento antilusitano (BARROS; OLIVEIRA JUNIOR; BUZATO, 2008).

Estes fatores concorreram para a institucionalização do Estado Nacional em 1822, que no plano interno foi antecedido pela instalação da corte portuguesa em 1808. Esta transferiu a sede do governo de Salvador para o Rio de Janeiro, centralizando ainda mais o poder político, assim pela influência do movimento constitucionalista de Portugal que nas províncias culminou em deposição de governadores e instalação de juntas eleitas (FERREIRA; BRANDENBURG, 2008).

Apesar de o Estado Nacional ter sido criado em 22, permaneceram medidas centralizadoras e repressoras do governo que almejavam a consolidação da independência e a manutenção da unidade territorial sustentadas no discurso do projeto de país a se construir

(FERREIRA; BRANDENBURG, 2008).

No contexto da nova ordem política mundial vigente no séc. XX desencadeou-se processos menores de ocupação de territórios específicos do estado do Maranhão. Estas ações impulsionadas por contextos em escala ampla e também pela necessidade de confirmação de uma identidade própria do povo brasileiro, que estava em processo de formação (BARROS; OLIVEIRA JUNIOR; BUZATO, 2008).

Na maioria dos casos, este processo de colonização interna obedeceu às dinâmicas ambientais, geralmente cursos d'água, pois estes permitiam uma maior penetração no território que estava sendo ocupado e referenciado para a fixação de novas sociedades.

3.2.2 Frentes de Ocupação do Território Maranhense

Terras de muitos rios e propícias para o desenvolvimento da agricultura, o território Maranhense era ocupado por muitas etnias indígenas. Para Cabral (1992) a ocupação portuguesa foi dificultada principalmente pela resistência dos índios Uruatís, Guanazes, Guanarés e Barabados (CABRAL, 1992), todos estes ocupando as margens do Rio Itapecuru.

Do ponto de vista formal, a colonização do Maranhão processou-se bem depois de outras áreas do Brasil, em que pese o processo de expansão portuguesa (TROVÃO, 2008).

Neste sentido, para Trovão (2008), o processo de ocupação do espaço maranhense e a sua colonização desenvolveu-se através de duas frentes de expansão, em áreas geográficas distintas, uma pela planície via litoral, tendo como ponto de partida o Golfão Maranhense e a outra pelo sertão, no planalto, tendo como via de penetração o médio vale do Rio Parnaíba (sertão de Pastos Bons). O Golfão Maranhense tinha como principal elemento econômico a agroexportação e no sertão era a pecuária, e que por isso, apresenta características próprias, com relações sociais e comportamentos socioculturais bastante definidos (TROVÃO, 2008).

Portanto, a identidade maranhense é resultado do caráter de transitoriedade ambiental natural do Estado e dos dois movimentos colonizadores, com tendências e padrões socioculturais específicos, característicos dos dois espaços ocupados: o primeiro na planície, ligado ao domínio europeu colonizador (francês, holandês e português) desenvolvendo entre fortificações, conflitos entre colonos e religiosos missionários, entre a influência da companhia do comércio do Maranhão e do Grão Pará e que se immortalizou na história pela revolta de Beckmam e pelas reformas pombalinas. A ocupação deixou como herança um rico patrimônio cultural alicerçado na economia da cana-de-açúcar, e principalmente do algodão, havendo nesse período a formação de uma intelectualidade local, formando uma elite cultural

local que deu à capital a alcunha de Atenas Brasileira (TROVÃO, 2008).

3.2.2.1 Primeira Frente de Ocupação do Maranhão: a Litorânea

Relatos históricos mostram que a ocupação do estado do Maranhão iniciou pelo litoral, mais especificamente pela região onde está localizado hoje a capital do Estado, São Luís, que foi alvo de várias batalhas entre Franceses, Holandeses e Portugueses.

Figura 1 – Mapa de frentes de ocupação do Maranhão



Fonte: Trovão, 2008.

Para Trovão (2008) tanto o processo de conquista francesa quanto o de posse definitiva dos portugueses se desenvolveram pelo litoral, espalhando-se timidamente no sentido oeste e leste e depois com maior evidência pelos vales inferiores e médios dos rios genuinamente maranhense (TROVÃO, 2008).

No contexto da época, o primeiro trecho do interior do território a ser ocupado se deu próximo a foz do Rio Itapecuru, tendo maior expressão entre os anos de 1641 e 1644, ocasião onde o domínio Holandês instalou na região cerca de seis engenhos de açúcar (TROVÃO, 2008).

Formada pelos portugueses, seus descendentes e pelos índios domesticados, um dos objetivos da frente litorânea foi garantir a ocupação do espaço, e uma de suas tarefas mais árduas foi vencer a resistência dos primitivos donos da terra (TROVÃO, 2008).

Os mecanismos desenvolvidos para utilizar o braço indígena, não foram de maneira nenhuma pacífica sendo quase sempre com requintes de violência, em forma de sujeição religiosa (a catequese), destruição e escravidão de um grande número de indivíduos de inúmeras nações indígenas que ocupavam o território do Maranhão (TROVÃO, 2008).

Trovão (2008) observa que duas ramificações desenvolveram-se ao longo do litoral por via marítima e fluvial. Em direção ao oeste até a foz do Rio Gurupí, ocupação facilitada pelas reentrâncias, principalmente àquelas onde há foz dos rios, por onde, penetrando a montante fundaram portos, através dos quais exportavam produtos agrícolas cultivados mais no interior do continente. Dessa ocupação, resultaram cidades antigas como Cururupu, Guimarães, Alcântara, Turiaçú, e Carutapera e que, do território desses municípios resultaram outros, dando continuidade ao processo de povoamento (TROVÃO, 2008).

Vale salientar, que esta frente também permitiu anos mais tarde a instalação de fazendas de algodão destinadas ao abastecimento do mercado internacional, sendo necessária para tocar estas fazendas, farta mão de obra, uma vez que estava em curso o processo de libertação dos índios (TROVÃO, 2008).

A segunda ramificação acompanhou o litoral e a costa oriental, e, além de ter sido planejada para o desenvolvimento da pecuária e exploração de salinas tinha também como finalidade a comunicação com o Ceará e Pernambuco, tendo como objetivo o aprisionamento de índios (TROVÃO, 2008).

A ramificação da corrente do litoral que penetrou a montante do Rio Itapecuru foi a mais importante a ponto de transformar o referido rio na principal frente de penetração em direção ao interior do Estado. Inúmeras razões colaboraram para isso, o rio é o mais extenso, possui vales férteis e àquela época possuía condições de navegabilidade aproximando assim o

litoral do sertão e até mesmo de outros Estados, a exemplo de Piauí e Bahia (TROVÃO, 2008).

Embora lenta e sempre nas proximidades dos rios, a frente avançava. O rio era a sua identificação não só porque as partes inferiores dos vales eram mais úmidas, mas, principalmente, pela sua utilização como única via de escoamento da produção para o centro de maior consumo e comercialização a então sede da província – São Luís. Gradativamente, os outros vales foram sendo ocupados, assim iniciando a ocupação dos vales do Mearim e do Munim. Ocasão, onde foram feitos contato com as tribos Caicazes, Guanarés, Guanazes e Barbados, sendo considerados bastante violentos (TROVÃO, 2008).

É inegável que essa frente desenvolveu processos de conquista violentos, destacando-se a destruição dos Guanazes em 1.691 e da oficialização da destruição dos índios, uma vez que, a coroa portuguesa expediu inúmeras cartas régias no sentido de prender os índios para transforma-los em escravos (TROVÃO, 2008).

Desse processo de ocupação, resultaram vários núcleos, destacando a fundação da Vila de Icatu, na foz do Rio Munim, para qual a coroa portuguesa transferiu 50 colonos de São Luís e uma parte dos índios que foram presos no Cabo Norte na capitania do Grão Pará, transferência dos índios Anapurús para as proximidades da vila, onde removeram também os índios Tacunhapes e, sempre no intuito de povoar a vila de Icatu, venderam 30 escravos, por preços módicos para os colonos ali residentes (CABRAL, 1992).

Um século após a ocupação portuguesa, o povoamento estava apenas em torno das Baías de São Marcos e São José, ocupando a Ilha do Maranhão, no continente a Nordeste com Alcântara, nos baixos vales dos rios Mearim e Pindaré na baixada maranhense, onde havia fazendas de gado nos vales inferiores dos rios Itapecuru e Munim, representado principalmente por Icatu, cujo povoado fica na foz do Rio Munim (ANDRADE, 1974), neste caso específico, refere-se à área de incidência deste estudo.

Para Trovão (2008), não houve na realidade tentativa de ocupação do interior maranhense, todos os fatos citados acima podem ser considerados apenas como aqueles que definiram o avanço da frente litorânea.

Depois de Icatu, o segundo município mais antigo da região é Rosário que, segundo A Enciclopédia os municípios maranhenses (IMESC, 2014), teve a sua ocupação datada de 1777, com o nome de Itapecuru Grande, onde havia uma igreja construída em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, sendo nesta época, utilizada para a produção de açúcar pelos holandeses.

Não há dúvida de que a principal força de trabalho no antigo estado do Maranhão do

séc. XVII foi a indígena, livre ou escrava, no entanto, a presença africana na região não pode ser desconsiderada (CHAMBOULEYRON, 2006), pois em 1680, foi promulgada a lei de liberdade geral dos indígenas.

Novamente, a solução da mão de obra do estado do Maranhão foi repensada e desta vez, a solução seria importar escravos da África. No mesmo ano da libertação dos índios, chegava ao Maranhão a primeira leva de Africanos naturais de Angola, Guiné e Moçambique, o número é estimado entre 600 a 800 pessoas, levando a coroa a criar no ano de 1680 a Companhia de Comércio do Maranhão com a finalidade exclusiva de importar escravos (RODRIGUES, 2010).

No século seguinte, com o avanço das plantações de algodão, o ritmo de importação de escravos aumentou sensivelmente, pois no contexto econômico daquela época, o Maranhão apresentava posição de destaque e, portanto, carecia de uma grande quantidade de escravos para subsidiar a demanda da força de trabalho.

A companhia de comércio do Maranhão e Grão Pará, oficialmente adotou a mão de obra africana, como sendo a que deveria ser utilizada no plantio de algodão, também no ano de 1760 inovações tecnológicas buscavam modernizar a produção (RODRIGUES, 2010).

Segundo Barbosa (2005), entre 1760 e 1771 as exportações do Maranhão passaram de 651 para 25.473 arrobas, o movimento de navio no porto de São Luís, inicialmente de três navios, atingiu 26 em 1788 (GAIOSO, 1818). Em 1780, o algodão maranhense respondia por 24% das exportações do Brasil Colônia, estendendo-se essa fase promissora até meado de 1820.

Desta época em diante, instituiu-se o processo de decadência da lavoura do algodão fazendo com que as fazendas fossem abandonadas e ocupadas pelos antigos escravos, que utilizavam as terras para tirar o sustento. Essas estruturas de organização foram fundamentais para a retomada do processo de povoamento do Maranhão. A partir de então, foram inaugurados novos núcleos populacionais.

Regiões como a Baixada Ocidental Maranhense, composta por vários municípios é atualmente testemunha dessa fase histórica da economia, pois, a sua população é essencialmente formada por descendentes diretos de escravos, que consumaram um episódio importante da história do Estado do Maranhão.

Outras regiões também sofreram influência desse processo histórico, por exemplo, no litoral oriental, também foi iniciado um processo de colonização onde o primeiro município a receber um fluxo migratório foi Icatu.

O município de Presidente Juscelino, onde especificamente realizamos o estudo, foi

fundado oficialmente no ano de 1964, mas tendo seu processo de ocupação avançado, principalmente, devido sua proximidade com o Rio Munim, onde está localizada a sede municipal e a grande quantidade de comunidades quilombolas existentes em seu território, advinda da região do Itapecuru, história contada nos capítulos anteriores.

O local onde situa a cidade de Presidente Juscelino, despertou interesse de moradores de municípios vizinhos como Axixá, que levavam para lá suas produções agrícolas para serem exportadas através do Rio Munim, motivando os mesmos a fixarem residência a margem do rio, na intenção de, como intermediários comercializar seus produtos.

3.3 AMBIENTE E ESPAÇO FÍSICO: CARACTERÍSTICAS E CONFORMAÇÕES

A região dos Lençóis Maranhenses/Munim está inserida, em sua maior parte, na Mesorregião Norte Maranhense, contemplando a microrregião Lençóis Maranhenses que compreende os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro, Barreirinhas e Paulino Neves; e a microrregião de Rosário que compreende os municípios de Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário.

A região Lençóis Maranhenses/Munim, limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul com os municípios de Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Belágua, São Benedito do Rio Preto, Presidente Vargas, Itapecuru Mirim e Santa Rita; ao Leste pelos municípios de Água Doce e Santana do Maranhão e; ao Oeste com município de Cajapió e com a Ilha de São Luís.

A população total da região é de 201.574 habitantes, dos quais 64,65% vivem no meio rural, o que corresponde a uma taxa de urbanidade de 32,25%. O município de Rosário apresenta a maior taxa de urbanidade (64,65%), enquanto o município de Axixá concorre com a menor taxa, da ordem de 11,85%. A área total do território alcança 14.374,9 km², sendo que o maior município é Barreirinhas com 2.291,1 km² e o que possui a menor área é Axixá com 199,8 km².

A região dos Lençóis Munim, encontra-se entre o bioma amazônico e o bioma cerrado, constituindo-se de um ecótono, apresentando características ambientais típicas e singulares das regiões transicionais.

Dessa forma, o processo de caracterização dos municípios, cujos compõem o território deve ser formado de características físicas e ambientais capazes de imprimir uma identidade própria que conjugadas com elementos culturais e sociais, determinam todas as dinâmicas regionais que atuam ou que atuaram na região em estudo. Portanto, faz-se necessário conhecer

as características determinantes desse processo.

3.3.1 Clima e pluviometria

A região dos Lençóis Maranhenses/Munim possui dois tipos de climas de acordo com a classificação de Thornthwaite (1948). Essa caracterização feita pelo NUGEO/LABMET (2002 apud MDA, 2010) identifica os climas: Úmido B1 (B1WA'a') e Sub-úmido C2 (C2WA'a'). Ambos têm moderada deficiência de água no inverno, entre os meses de junho e setembro, ou seja, temperatura média mensal sempre superior a 18°C, sendo que a soma evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48% em relação à evapotranspiração potencial anual (a'). A única diferença relativa é a condição de megatérmico (A') do segundo tipo.

De acordo com o NUGEO (2002), a área do Maranhão onde se localiza a região dos Lençóis Maranhenses/Munim tem precipitações pluviométricas anuais de cinco níveis: entre 1.300 a 1.500 mm³ anuais (municípios de Barreirinhas e Paulino Neves); entre 1.500 e 1.700 mm³ (municípios de Barreirinhas e Santo Amaro); 1.700 a 1.900 (municípios de Humberto de Campos e Primeira Cruz); 1.900 a 2.100 (municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz); 2.100 a 2.300 (Barreirinhas, Santo Amaro, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Icatu, Axixá e Rosário); 2.300 e 2.500 mm e (Morros, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Rosário e Bacabeira).

Outra característica da pluviometria da região é a escassez de chuvas nos meses que vai de junho até novembro, condição que obriga os pequenos agricultores a estabelecer um calendário agrícola dependente das chuvas.

Quanto ao regime térmico, este é de pequena variação sazonal. Todos os meses são razoavelmente quentes, com temperatura em torno de 26°C (indo de 25° a 27° C) na maioria dos meses, com mínimas de 23°C e máximas de 31°C durante todo o ano. Se junta a essas condições, a umidade relativa do ar, com médias anuais entre 76 e 82%, chegando até 90% no mês de abril (NUGEO, 2002).

3.3.2 Hidrografia

A região pertence a quatro bacias hidrográficas, todas genuinamente maranhenses, de acordo com as informações do NUGEO (2002). A bacia mais importante é a do Itapecuru que representa 16,7% do total hídrico do Estado com 54.300 km² e 1.090 km² de extensão. A

segunda bacia é a do Rio Munim que possui 4,8% da extensão hidrográfica do Estado com 15.800 km² e 275 km² de extensão. As outras duas bacias são consideradas secundárias e se denominam bacia do Peria, correspondendo a 1,5% das bacias do Estado, área de 5.000 km² e 70 km² de extensão, e bacia dos Preguiças com 2,1% dos recursos hídricos do Estado, 6.750 km de área e 125 km de extensão.

3.3.3 Geologia e Geomorfologia

A situação geológica da região indica a presença de depósitos aluvionares fluviais, marinhos e flúvio-marinhos em quase toda a extensão, permeadas por dunas que afloram no litoral. Os depósitos aluvionares recentes são constituídos por cascalhos, areias e argilas consolidadas, aparecendo ao logo do litoral, como faixas estreitas e descontínuas ao longo dos rios. Em todo o litoral ocorrem dunas que avançam a uma distância de 50 km da costa.

A estrutura geomorfológica da região em questão é representada por uma grande área na faixa litorânea e sublitorânea constituída por restingas, campos de deflação e dunas chamadas de Lençóis Maranhenses. Na parte mais ocidental ocorrem rias afogadas que foram convertidas em planícies aluviais e são emolduradas externamente por pontões lodosos e ilhas que se formaram pela ação das marés, dentre elas a ilha do Maranhão, onde está localizada a capital do estado, o município de São Luís (NUGEO, 2002).

3.3.4 Solos

Os solos da região dos Lençóis Maranhenses/Munim têm uma alta concentração de areias quartzosas e de areias quartzosas marinhas. São solos arenosos, profundos, com baixo teor de argila e com pH de forte a moderadamente ácido. Engloba as areias quartzosas marinhas e tem um relevo de plano à suave ondulado (NUGEO, 2002).

3.3.5 Vegetação

Esse território concentra dois grandes tipos de vegetação: floresta estacional e formações com influência marinha e flúvio-marinha. A floresta estacional é caracterizada por duas estações, uma seca e outra chuvosa, sendo a primeira mais prolongada, onde a vegetação perde parte das folhas. O outro tipo de vegetação é formada por restingas e florestas de mangues (NUGEO, 2002).

Na parte mais ocidental, a vegetação existente recebe grande influência da floresta ombrófila densa, apresentando originalmente árvores de grande porte, sendo hoje formada por capoeiras.

3.3.6 Um ambiente frágil

Todas as características acima apresentadas remetem a um ambiente extremamente frágil, apontando para o uso discreto e moderado do meio físico, não sendo aconselháveis atividades de alto impacto.

Os impactos neste meio provocados por processos de artificialização começaram a ser notados, principalmente no que diz respeito à supressão da vegetação nativa causando diminuição da produtividade das lavouras de mandioca o que provocou reação imediata da sociedade local. Também a corrida especulatória, provocada pela ascensão do turismo ecológico fez com que houvesse reações imediatas a tais práticas.

Essas características apropriadas pela sociedade e pelo Estado determinaram a criação de duas unidades de conservação a APA da foz do Rio Preguiças, Pequenos Lençóis e Região Laguna.

A Área de Proteção Ambiental (APA) da foz do Rio Preguiças, Pequenos Lençóis e Região Lagunar Adjacente foi criada pelo Decreto Estadual nº 11.899/91. A APA foi criada no estado do Maranhão, com a finalidade de nortear o uso dos recursos naturais existentes por meio de um plano de manejo dos seus 269.884 ha.

O Parque Nacional Lençóis Maranhenses, uma unidade de proteção integral com uma área de 156.584 km², está distribuído pelos municípios de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão. O parque foi criado com a finalidade precípua de proteger a flora, a fauna e as belezas naturais existentes no local. Inserido no bioma costeiro marinho, o parque é um expoente dos ecossistemas de mangue, restinga e dunas, associando ventos fortes e chuvas regulares.

3.4 OS SISTEMAS AGRÁRIOS DO MARANHÃO

O Maranhão, estado de povoamento antigo, participou de todas as etapas de colonização do Território brasileiro, portanto, podemos caracterizar diversas fases nos processos econômicos vivenciados e que podem ser utilizados para caracterizar os sistemas agrários que culminaram com os processos que caracterizaram os sistemas atuais.

3.4.1 Sistema Agrário Indígena

Muito antes da chegada dos europeus no continente americano, existiam sociedades que habitavam e desenvolviam atividades econômicas como agricultura, caça, pesca funilaria e pintura. Estas atividades eram extensivas, praticadas basicamente para atender as demandas de alimentação, organização e reprodução social, baseadas, sobretudo, nos hábitos e costumes dessas sociedades. Este sistema agrário prevaleceu até meados do séc. XVII, onde se deu a entrada definitiva da economia maranhense, na lógica da economia mundial, com a exportação de cana e, posteriormente, a de algodão.

Os indígenas que colonizaram o Brasil, e posteriormente o Maranhão. Segundo Mazoyer e Roudart (2009), teriam originado do Sul do México, entre 9.000 e 4.000 anos a.C. Para o autor, no começo desse período, pequenos grupos de caçadores coletores nômades teriam começado a se reunir na estação úmida para praticar a coleta, bem como, de modo complementar, o cultivo da pimenta e do abacate, sendo que, a posterior este processo originou os primeiros núcleos de povoamento. Com o passar dos anos, estes vilarejos se tornaram mais relevantes, destacando-se os cultivos primaveris e estivais de milho precoce, de abobora, abobrinha, bem como, bem mais tarde o cultivo do feijão. Todavia, essas populações continuavam nômades na baixa estação e tentavam obter na caça e pela coleta uma parte ainda significativa de sua subsistência. A conversão dessas sociedades, ainda de caçadores coletores, mas que praticavam esporadicamente a agricultura, em sociedade de agricultores sedentários, ocorreu bem mais tarde, efetivando-se no ano de 200 da nossa era com a domesticação da cevadilha, da cultura da sempre noiva e do milheto.

A mandioca teve sua origem na América tropical (LEON, 1977), existindo evidências que apontam para o Nordeste brasileiro, como centro de origem da planta, por existir uma grande variedade de espécies nesta região específica (CANDOLE, 1959).

Bem mais tarde, no séc. XVI, Staden (2007), caracteriza o sistema indígena como estável e capaz de suprir suas necessidades nutricionais, pois a natureza exuberante permite todas as condições necessárias para a reprodução social destas nações.

Staden (2007) considera que o trabalho era livre, sendo atribuídas funções específicas a cada membro do grupo, cabendo aos homens a derrubada das árvores, e após três meses, atear fogo para a limpeza da área onde, posteriormente, é efetuado o plantio das estacas da mandioca.

As raízes de mandioca eram consumidas de três formas distintas, onde basicamente a mandioca é transformada em farinha para ser consumida com alimentos frescos ou cozidos e

também preparam uma outra farinha que após de torrada são transformadas em beijus (STADEM, 2007).

A caça, a pesca e a coleta de frutos eram atividades desenvolvidas pelos homens que na companhia dos mais jovens adentravam na mata ou nos rios em busca de mais uma refeição (STADEM, 2007).

Stadem (2007) observa que o trabalho das mulheres era utilizado na produção de cerâmicas que eram utilizadas nos dia-a-dia, como utensílios domésticos e adornos para o corpo. Dentre os principais produtos, destacam-se, os vasos e louças que após amassados, e dadas às formas específicas eram queimados em fornos para adquirirem consistência e durabilidade (STADEM, 2007).

Com a chegada dos primeiros portugueses no Território maranhense no ano de 1535 e a posterior divisão do Brasil em capitanias hereditárias, este sistema entrou em colapso (TROVÃO, 2008). Este colapso foi provocado, principalmente, pelo choque cultural que não permitia que elementos típicos das sociedades indígenas viessem ser desenvolvidos, pois o que interessava para os invasores portugueses era o saque dos recursos naturais, iniciado pelo desflorestamento do Pau-brasil.

Com a localização da região dos Lençóis/Munim no litoral, ficou fácil a entrada dos portugueses e, conseqüente, expulsão dos índios para outras regiões do estado, sendo iniciado um novo ciclo de exploração econômica, a exploração da madeira.

3.4.2 Sistema Colonial

O sistema agrário colonial teve início com a impossibilidade da utilização da mão de obra indígena nas atividades agrícolas de exportação. Esse fato aconteceu na primeira metade do séc. XVII, iniciando um novo processo de importação de mão de obra escrava, advinda do continente africano.

Para Trovão (2008) a primeira tentativa de ocupação do espaço maranhense pelos portugueses deu-se quando o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias por de D. João III. Dividido em duas capitanias, a região do Maranhão é entregue a Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade, em 1535. Não há registros desse primeiro esforço de povoamento (TROVÃO, 2008).

Trovão (2008) destaca que em 1594 os franceses adentraram o território na zona do Golfão Maranhense, foz do Rio Itapecuru, onde está localizada a ilha do Maranhão, localização do município de São Luís, muito próximo do território dos Lençóis Munim,

seguindo a mesma lógica econômica e políticas dos portugueses, baseada no povoamento periférico do território. É provável, que o objetivo primeiro dos franceses com esta ocupação, tivesse como objetivo a exploração da madeira e o estabelecimento de uma estratégia de colonização em direção ao mundo amazônico.

Para Gadelha (2002) ocupação das terras maranhenses, entretanto, prossegue conturbada. Em 1641 os holandeses ocupam a cidade de São Luís de onde serão expulsos três anos mais tarde, não deixando marcas expressivas de sua passagem, mas merecendo registro.

Após a expulsão de franceses e holandeses, o governo da colônia resolveu investir no povoamento e colonização do território do Maranhão, partindo de São Luís, localizada no litoral, em direção ao interior do Estado, tendo a região do Munim a primeira a ser colonizada (GADELHA, 2002).

Gadelha (2002) observa que essa colonização acompanhou a mesma lógica de outras capitanias como, por exemplo, a de Pernambuco que nesta época já tinha uma pujante lavoura canavieira.

A estratégia adotada pela Coroa Portuguesa não obteve êxito, tendo como elementos principais que motivaram o fracasso, os solos de baixa fertilidade natural, e a mão de obra escassa, uma vez que, os índios não se deixaram escravizar (GADELHA, 2001).

Em virtude do fracasso da lavoura canavieira, a economia do Maranhão se articulava com a economia do resto da colônia, por meio do fornecimento de carne seca, principalmente, a capitania de Pernambuco. Conseguia também, fornecer a Portugal madeira. Segundo Furtado (1986), nesta época as exportações do Maranhão chegavam a formar o carregamento de apenas um navio por ano.

Com o auxílio do Marquês de Pombal é criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755), que estimulará o cultivo do algodão. A cotonicultura subindo as margens do Itapecuru, onde estão localizados alguns municípios da região Lençóis Munim, trazia consigo grande contingente de mão de obra africana, levando Prado Junior (1993) a afirmar que o algodão “apesar de branco, tornará preto o Maranhão”. Prado Junior (1993), afirma também, que é no Maranhão que o progresso da cotonicultura é mais expressivo e interessante, porque esta região, até então a mais pobre da colônia, superaria todas as demais em riqueza nesta época.

Ao observar a conformação do território, nota-se que a colonização do território dos Lençóis Munim, de fato foi realizada por negros, que inicialmente fugiam das lavouras de cana, posteriormente, fazendas de gado e por último, fazendas de algodão, dando origem a pequenos núcleos de resistência hoje conhecidos como quilombos.

Tudo leva a crer que os negros fugidos, ao ocuparem essas áreas iniciavam pequenos cultivos baseados no sistema de corte e queima, onde produziam alimentos como arroz, feijão, milho e mandioca para a posterior produção de farinha, técnica que fora desenvolvida pelos índios que anteriormente ocuparam a região.

Neste período, a economia maranhense estava entre as quatro maiores do Brasil. São Luís ganha nova dimensão como a quarta cidade brasileira em população, atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. O Maranhão fornecia ao Tesouro Real mais tributos do que o resto do império português, excetuando-se as capitanias brasileiras (TRIBUZI, 1981). De tal modo que, com a abertura dos portos em 1808, Portugal, perdendo o monopólio comercial, continua a manter da melhor forma que encontrara a extração de excedentes da produção maranhense, o ganho fiscal.

Até o terceiro decênio do século XIX a economia do Maranhão poderia ser denominada “a economia do algodão”. A participação deste produto na exportação variou entre 73% e 82%, e mesmo nos períodos de crise, a partir de 1845, o algodão continuou a ser o mais importante produto de exportação maranhense, até os primórdios do século XX (CARVALHO, 1982).

Após 1888, segundo Prado Júnior (1983), influenciado principalmente pelo fim da escravidão, pelo esgotamento dos solos e por uma conjuntura internacional desfavorável, a economia do algodão entrou em declínio, as fazendas localizadas na região foram abandonadas e posteriormente ocupadas por descendentes de escravos, dando origem ao sistema agrário atual.

3.4.3 Sistema Agrário Atual

O processo histórico de ocupação do território maranhense e em particular dos municípios que compõe a região dos Lençóis Munim, foi profundamente marcada pelo sistema agrário colonial, este por sua vez caracterizado por cultivos como cana-de-açúcar e algodão, voltados exclusivamente para exportação.

Com o declínio desse sistema, o território agora ocupado basicamente por ex-escravos. Iniciou, assim, uma nova dinâmica interna, dessa vez voltada para o abastecimento das necessidades alimentares de seus habitantes e reprodução social de suas sociedades.

As antigas fazendas, abandonadas após o declínio da cultura de algodão, foram ocupadas por populações tradicionais, em alguns casos, havendo até o aproveitamento da infraestrutura existente como poços, estradas vicinais e até a casa grande, que de certa forma

facilitou o processo de fixação desses grupos de ex-escravos.

As áreas tomadas por capoeirões, antes ocupadas por monocultivos, que consumiram boa parte de sua fertilidade natural, foram utilizadas para a produção de arroz, feijão, milho e principalmente a mandioca utilizada na produção de farinha, base da alimentação dessas famílias.

Dessa forma, as grandes áreas foram ocupadas por pequenos agricultores e suas famílias, que dividiam as tarefas internas das unidades de produção, utilizando e desenvolvendo instrumentos e técnicas para garantir uma produção, que atendesse as necessidades fundamentais desses grupos.

O fato de terem a posse das áreas pela ocupação, e uso das mesmas até hoje não lhes permite ao título definitivo, pois frequentemente existem conflitos agrários entre herdeiros de fazendeiros, que se dizem donos e populações tradicionais que efetivamente ocupam e trabalham nesses territórios.

Para o IBGE (2011), população total da região é de 201.574 habitantes, dos quais 64,65% vivem no meio rural, o que corresponde a uma taxa de urbanidade de 32,25%. Porém, observa-se que mesmo a população que compõe o espaço urbano, desenvolve atividades econômicas ligadas ao setor primário, mostrando que a pequena agricultura é indiscutivelmente a principal atividade econômica da região.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), mostram que existe uma considerável população de famílias de agricultores na região, muitos deles morando em quilombos como demonstrado nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Comunidades quilombolas existentes no Território dos Lençóis Maranhenses/Munim

Municípios	Comunidades
Bacabeira	São Raimundo Nonato
Presidente Juscelino	Bacabal, Boa Vista dos Coutos, Boa Vista dos Pintos, Carro Quebrado, Extremo, Juçaral dos Pretos, Mirinzal, Pequi, Sangrador, São Benedito, São Lourenço, São Raimundo e Vila Nova do Bonfim.
Primeira Cruz	Santo Antônio, Santo Antônio dos Pretos. Rosário São Miguel, Boa Vista, Juçaral, Centro Grande de Maria, São Bartolomeu.
Humberto de Campos	Jatobá
Icatu	Jacareí dos Pretos, Baiacuí, Santa Maria, Moinho, Ribeira, Quilombo, Tapera do Apolônio, Batalha, Ananás, Maruim, Fazenda e Papagaio.
Rosário	São Miguel, Boa Vista, Juçaral, Centro Grande de Maria, São Bartolomeu.

Fonte: ACONERUQ, 2005; INCRA, 2010.

A região Lençóis Munim possui 126 assentamentos, quase 20% do total de assentamentos da reforma agrária do Estado, conforme dados do INCRA. A área atinge 349.788,8419 hectares, que representa 7,7% de toda a área disponível para os assentamentos maranhenses e 24,3% da área total do Território. A quantidade de famílias assentadas é de 7.612, aproximadamente, 38.000 pessoas ou 38% do total da população da região. Frente às condições de solo apresentadas no item referente, a área média de 45,95 hectares por família, ainda não é suficiente para permitir que as famílias desse território, alcancem a condição de independência alimentar, nutricional e econômica.

A tecnologia utilizada pelas famílias de agricultores é o sistema de corte e queima que atualmente não corresponde ao trabalho investido, proporcionando baixos índices de produtividade em função de uma crescente população e um conseqüente uso mais intensivo em áreas, onde a regeneração da vegetação ainda não foi capaz de fornecer a fertilidade natural necessária.

A ausência de dados sobre a produção de arroz, impede uma análise adequada sobre as lavouras temporárias na região. Registra-se os dados sobre milho, feijão e mandioca. O feijão tem um pequeno volume de produção, sendo que, apenas em Rosário há uma produção considerável. O mesmo ocorre com a produção de milho, na qual se destaca o município de Santo Amaro, com 55% do volume de produção.

Apenas a mandioca apresenta uma produção que pode ser destacada, apesar de não permitir uma análise mais apurada em função da ausência de dados sobre área plantada, mesmo assim é possível afirmar que o cultivo da mandioca é indiscutivelmente a principal atividade econômica desenvolvida dentro do sistema agrário atual.

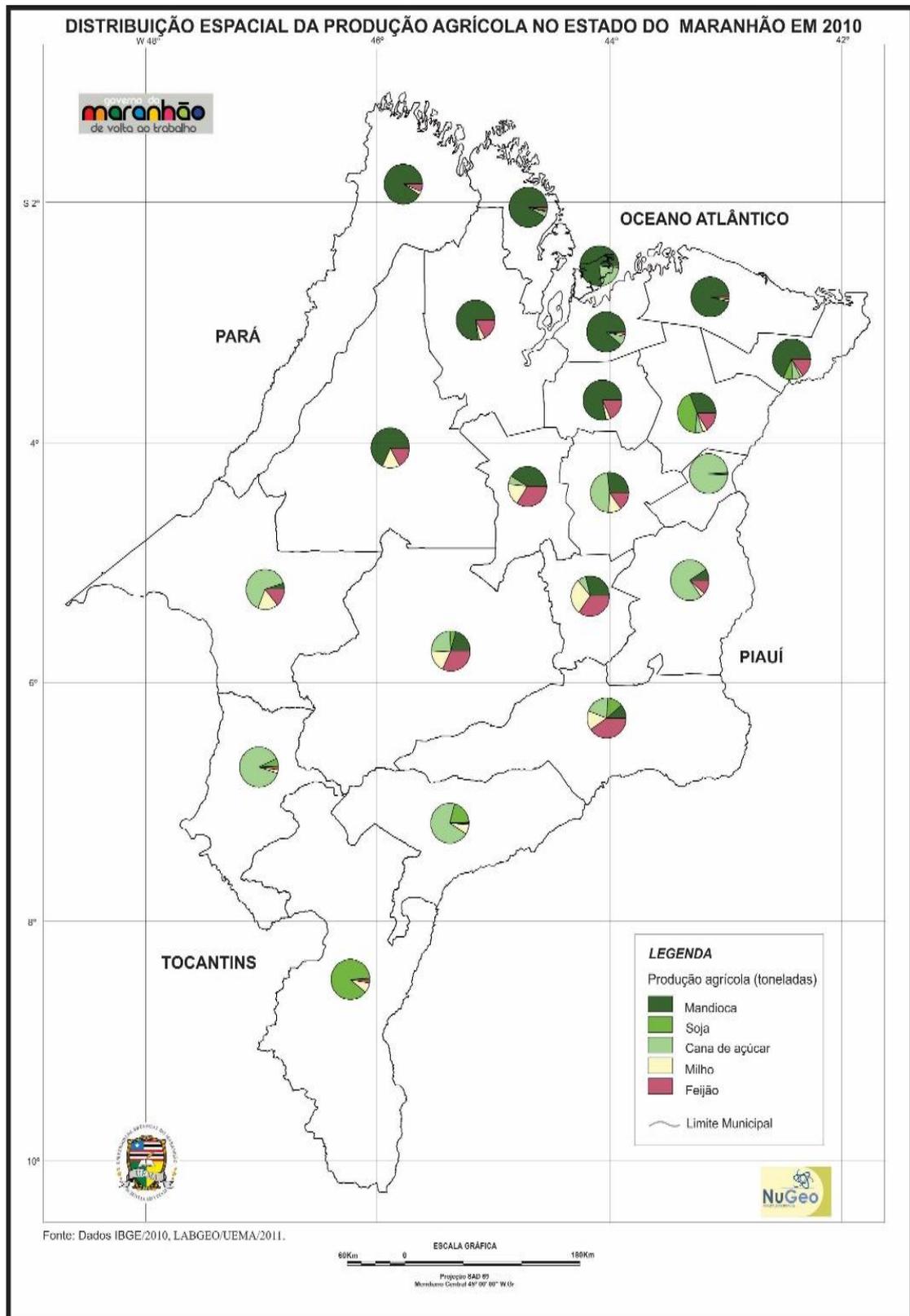
Ao analisarmos a Figura 2, é possível observar a mandioca devido a sua importância econômica. Como acima citado, a mandioca deve ser vista como a principal atividade agrícola decorrente do sistema agrário atual. Esta por sua vez, é utilizada na produção de farinha de puba e ou farinha seca, tapioca, tucupí e até cachaça; sendo a base da alimentação e importante elemento de aglutinação cultural dessas populações.

O efetivo do rebanho (em cabeças) no território Lençóis é bastante diversificado, sendo distribuído conforme os dados abaixo.

No município de Axixá, existem 1.308 bovinos, 45 caprinos, 1.321 suínos, 18.137 aves, 193 equídeos e 40 ovinos, obedecendo esta distribuição ao longo de todo o território.

Variações maiores são notadas nos municípios mais próximos do Parque nacional dos lençóis Maranhenses que não criam bovinos e o principal animal criado são caprinos, devido principalmente as condições ambientais da região.

Figura 2 – Distribuição da produção de alimentos no estado do Maranhão



Fonte: Maranhão, 2000.

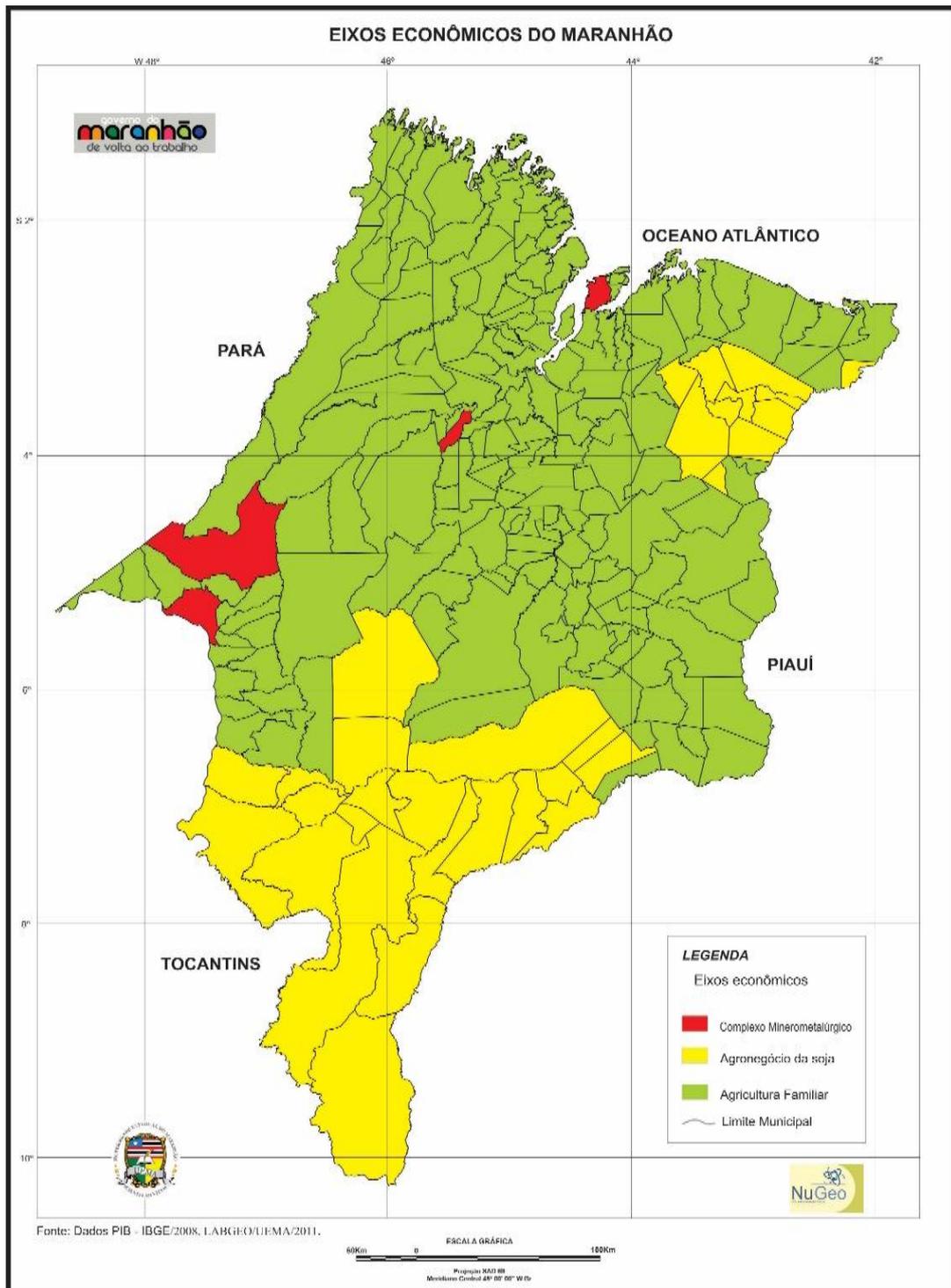
A mão de obra, utilizada para garantir essa produção é familiar, onde existe um processo natural de divisão do trabalho entre homens e mulheres. Segundo o IBGE (2007) o

percentual de crianças que trabalham na roça caiu cerca de 16,8%, em decorrência principalmente ao maior acesso à escola.

Um problema encontrado pelo sistema agrário em questão é a perda da fertilidade natural dos solos decorrente do uso da tecnologia de corte e queima, central neste processo. O principal problema é devido ao aumento da população e a retirada da vegetação nativa, as cinzas geradas pelo processo de queima não são mais suficientes para garantir minimamente uma produtividade desejada, fazendo com que o trabalho investido pelas sociedades camponesas não tenha um rendimento satisfatório. Este problema já tem ocasionado o abandono de terras, por muitas famílias que migram para cidades maiores, em busca de outras oportunidades de trabalho.

Assim, de acordo como Figura 3, percebe-se que a principal atividade econômica do Maranhão, é a pequena agricultura, que por não possuir aporte estatal, proporciona baixos níveis de geração de renda e oportunidades de desenvolvimento.

Figura 3 – Distribuição dos eixos econômico do Maranhão



3.5 TUDO COMEÇA POR AQUI...

A abordagem dos sistemas agrários utilizada permitiu fazer leituras de acordo com a necessidade da análise a ser feita, para que os dois estudos possam ser realizados, ou seja, é

permitido fazer leituras locais, municipais, regionais, nacionais dentre outras. Assim, a partir deste momento aproximaremos a lente da interpretação dos fatos históricos.

Assim, buscaremos, a partir de agora, situar a região dos Lençóis Munim no processo histórico que caracterizou e formatou os sistemas agrários presentes no Maranhão, para entendermos os contextos estudados neste trabalho.

Podemos dizer que a região dos Lençóis Munim começou a ser ocupada pelo município de Icatu, pois esta é uma das vilas mais antigas do Maranhão. A Vila de Icatu, inicialmente, chamou-se Arrayal de Santa Maria de Guaxenduba, segundo, denominação dada pelo seu fundador Jerônimo d'Albuquerque. Adquiriu categoria de cidade em 1924. (SCHUBERT; DILL, 2015). Segundo Almeida (2014), era uma capitania da coroa portuguesa, e que, todas as decisões tomadas demandavam da coroa e não podiam ser feitas de forma autônoma pela capitania, sendo muito demorado todo o processo de tomada de decisão e resolução dos problemas.

No cenário acima exposto, diante da distância entre governo e governados, abriu espaço para que outras nações, no caso específico os franceses também buscassem ocupar o referido território. Esse foi o motivo para a realização da Batalha de Guaxenduba que foi um confronto militar ocorrido em 19 de novembro de 1614, entre forças portuguesas e tabajaras, de um lado, e francesas e tupinambás, de outro pela disputa das terras maranhenses processo descrito por descrita por Lacroix (2011).

A batalha foi um importante passo dado pelos portugueses para a expulsão definitiva dos franceses do Maranhão, a qual viria a ocorrer em 4 de novembro de 1615. A expulsão dos franceses possibilitou que grande parte da Amazônia passasse para domínio português e, posteriormente, brasileiro (LACROIX, 2011), desta afirmativa podemos dizer que o processo de ocupação da Amazônia foi iniciado definitivamente pelo Maranhão, mais especificamente pelo município de Icatu.

Assim, após este processo houve a colonização de outros espaços da bacia do Rio Munim, que nesta data pertenciam a capitania de Icatu. As áreas territoriais pertencentes aos territórios que hoje compõe os municípios de Icatu, Axixá, Morros, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande, Nina Rodrigues, Vargem Grande, Presidente Vargas, Humberto de Campus, Primeira Cruz, Santo Amaro, Urbano Santos e Belágua, tudo pertencia a capitania de Icatu (ALMEIDA, 2015).

Este processo de ocupação e conquista territorial foi carregado de revoltas que ocorriam entre colonizados e colonizadores, fruto direto do processo de disputa pela posse das terras do territorial, havendo diversas batalhas.

3.5.1 A escravidão indígena

Almeida (2015) enfatiza que depois da batalha de Guaxenduba os jesuítas resolveram sair do Maranhão e isso desencadeou a ambição desenfreada e desumana dos colonos na escravização dos indígenas. Por outro lado, os nativos assim que podiam, vingavam-se deles, coisa que somente excitava os ódios entre as duas raças.

Almeida (2015), em seu livro intitulado “Os Jesuítas, quando as na capitania de Icatú” traz diversos conflitos que ocorreram na época trazendo, como exemplo, um fato ocorrido em 1619, quando assumiu o governo do Maranhão, o Sr Domingos da Costa Machado que, na época, comandava a fortaleza de São Felipe (Forte de São Luís). Para o historiógrafo, a sua intenção era fazer amizade com os gentios, a fim de protegê-los.

Havia, nesse tempo (1620), no Rio Munim uma grande aldeia dos Guianares, os quais vinham infligindo constantes ataques aos portugueses. Chegando ao conhecimento deles a boa pretensão do governador, ofereceram-se então para fazer as pazes com os não índios (ALMEIDA, 2015).

A proposta animou os portugueses, pois acreditavam que isso traria vantagens à Igreja, sossegaria a população e protegeria as entradas que vinham do sertão, de passagem obrigatória por aqueles lados (ALMEIDA, 2015).

Convencido de que os Guaianares queriam realmente a serenidade dos ânimos, o governador mandou fazer uma fortificação de pau-a-pique perto da aldeia deles localizada às margens do Rio Munim. Para guarnecê-la, mandou treze soldados sobre o comando de seu filho, juiz Jorge da Costa Machado (ALMEIDA, 2015).

A princípio, os Guaianares mostraram-se amigos, conquistando a confiança dos portugueses. Abriram passagens para as entradas, adotando postura amistosa, mas, no íntimo, tramavam a grande vindita (ALMEIDA, 2015).

Então, de maneira inexplicável e sem nenhum aviso, entraram no forte e foram matando, de um a um os treze soldados, apenas o comandante Jorge Machado escapou, por não se encontrar no momento (MARQUES, 1970).

Em 1653 o padre Antonio Vieira chegou ao Maranhão³⁶⁵, sendo designado para chefiar a missão da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão-Pará. Quinze dias após o desembarque de Vieira, publicou-se no Maranhão uma ordem régia 366 pela qual se aboliam os cativeiros dos índios. O povo de São Luís amotinou-se e exigia a expulsão dos religiosos da Companhia (PI4).

3.5.2 A Escravidão negra

No Maranhão, a escravidão negra foi retardatária. A colonização aconteceu mais de cem anos após a chegada dos portugueses ao Brasil. Oficialmente os primeiros escravos africanos entraram no estado após a revolta de Bequimão em 1684, embora muitos já houvessem por aqui, introduzidos ilegalmente, desde a década de 1630. A primeira remessa de escravos africanos para Icatu deu-se logo depois da elevação do arraial de Santa Maria de Guaxenduba à categoria de vila de Santa Maria de Icatu ou Vilas de Águas Boas, em 1699 (ALMEIDA, 2007).

O rei distribuiu entre os colonos, a título de incentivo, 30 casais de escravos africanos, a preço de bagatela, segundo registro da época. Entende-se que os registros da época no ano de 1712, um navio tumbeiro Nossa senhora do Monte e Santo Antônio do mestre José de Azevedo, de procedência da Costa da Mina da baixa Guiné (ALMEIDA, 2007).

A câmara da vila de Santa Maria de Icatu deu ciência ao rei de Portugal da transação comercial da mercadoria humana, através de carta datada de 7 de novembro de 1702. Os escravos eram vendidos em peças ou casais, correspondendo cada uma delas o marido, mulher e filho (ALMEIDA, 2007).

A escravidão negra espalhou-se em todo território de Icatu, que naquele tempo, compreendia 13 municípios da região já citados anteriormente neste trabalho, tendo como sede a vila de Santa Maria de Icatu (ALMEIDA, 2007).

Em 1866, perto do fim da escravatura, Icatu já havia perdido quase a metade da área mencionada, mesmo assim apresentava uma estatística demográfica cativa bastante elevada. Para uma população de 12.500 homens livres havia 4.000 escravos.

Fiabani (2009) descreve que logo após esse período, com início efetivo das lavouras da cana e de algodão, a população de escravos correspondia a 55% do total geral de escravos do Brasil, espalhados por todas as regiões do estado, estando presente também na região do Munim, onde formaram vários quilombos.

Um elemento que tem influencia na formação dos sistemas agrários das áreas estudadas é que no vale do Itapecuru, mais, precisamente no município de Itapecuru Mirim, onde existia um significativo número de fazendas de algodão, sendo que este município faz fronteira pelo leste com o município de Presidente Juscelino/MA.

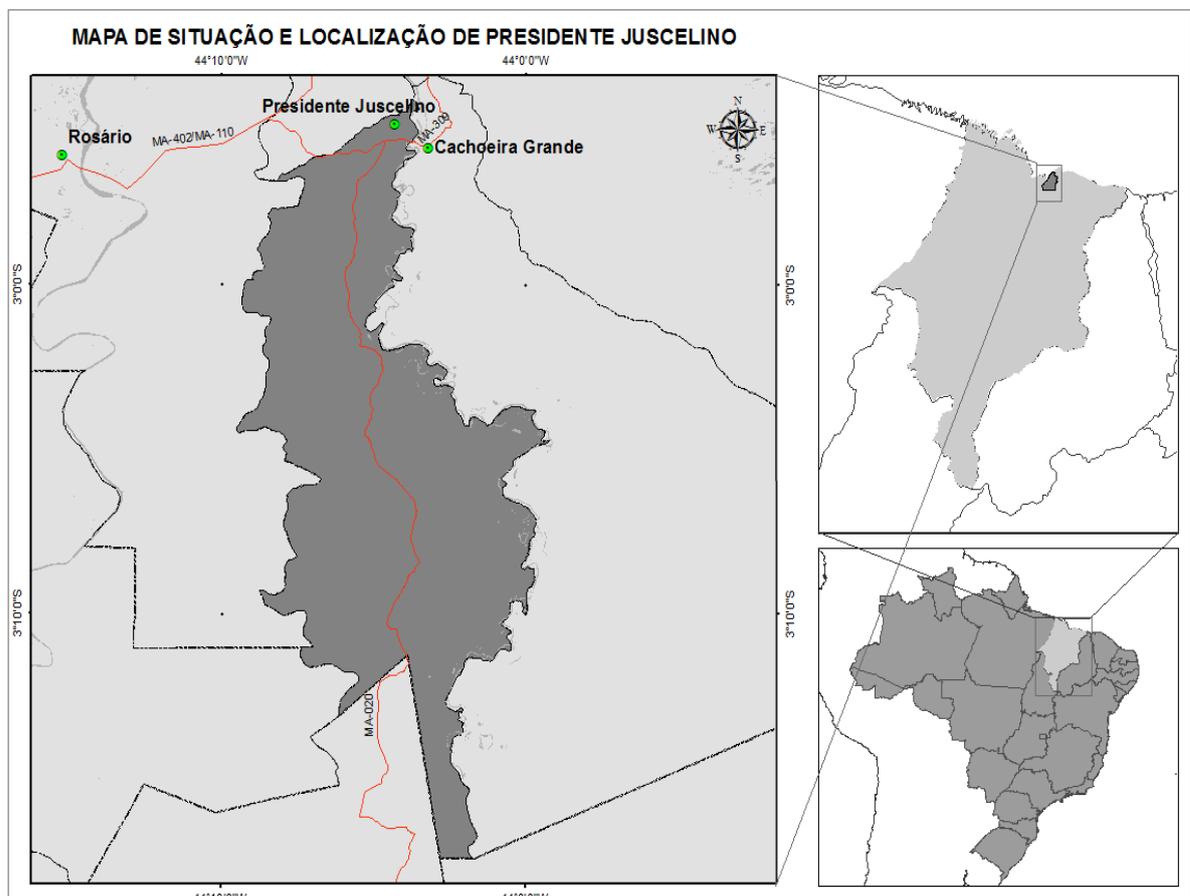
3.5.3 Bem-vindos a Presidente Juscelino/MA

Este processo de colonização também teve grande influência na formação social da área onde foi desenvolvida a pesquisa, pois nela também houve colonização africana e, principalmente, a formação de um significativo número de quilombos que também caracterizam o município de Presidente Juscelino.

Uma breve conclusão é que o município de Presidente Juscelino por se localizar entre duas bacias hidrográficas, sofreu influência da colonização da bacia do Rio Munim, onde habitavam um grande número de indígenas e também da bacia do Rio Itapecuru, onde habitavam um grande número de descendentes de escravo, por isso apresenta realidades agrárias tão diversificadas.

Dessa forma, esse processo de ocupação plural deu origem a um território multidimensional do ponto de vista da cultura, da economia e com um grande potencial ambiental a ser aproveitado pela sociedade que se formou.

Figura 4 – Localização do município Presidente Juscelino/MA



Fonte: Dourado, 2016.

Santos (2015) observa que a atual constituição da estrutura agrária do município é decorrente da ocupação histórica feita por fazendeiros que usavam a mão de obra escrava para a produção do arroz, principal produto da região desde meados do século XVIII até a metade do século XX.

Santos (2015) destaca que no período da escravidão foram levados para a região os antepassados dos negros que hoje formam a gleba Juçaral dos Pretos com todas as suas comunidades. Nessas terras devolutas os fazendeiros, portugueses ou seus descendentes, ocupavam grandes áreas com apoio dos governantes. Nas fazendas eram estruturados núcleos humanos compostos por negros escravos e trabalhadores rurais.

Pelo rio Munim barcos que aportavam para buscar produtos agrícolas nas fazendas traziam pessoas de outras regiões que se estabeleciam às margens do rio e ocupavam áreas mais distantes. Essa ocupação gerou a derrubada das matas ciliares e, na sequência, a instalação de pequenas madeireiras que produziam tábuas para exportarem a São Luís. Aglomerados urbanos que surgiram nas margens do rio originaram as sedes das cidades. A partir dos aglomerados mais distantes e das fazendas surgem as comunidades rurais que se estabelecem nas mais diversas áreas dos municípios. Nessas, não há caracterização em unidades de produção, pois os moradores passam a ter a posse coletiva do território (SANTOS, 2015).

Dados do censo agropecuário (IBGE, 2007), apontam que o espaço territorial de Presidente Juscelino a posse coletiva predominou fortemente sobre a individual, a tal ponto que não houve o estabelecimento de grandes ou médias propriedades, só pequenas. Durante muitos anos a renda desses produtores se dividiu entre o arroz que era comercializado pelo rio e a madeira que saía tanto pelo rio quanto pela estrada que liga o município a Rosário. A madeira deixou de ter importância quando a vegetação primária foi devastada e quando a Rede Ferroviária Federal completou a estrada de ferro São Luís-Teresina e não houve mais estímulo à derrubada de árvores para dormentes (SANTOS, 2015).

Estes elementos nos levam a concluir que a queda de produtividade do arroz em consequência do manejo inadequado do solo, e o fim da construção da estrada de ferro, transformam a farinha de mandioca no principal produto econômico das famílias locais. Reduz-se a variedade das culturas por áreas, aparecendo produtores que cultivavam a mandioca isoladamente. No entanto, para que a farinha se transformasse em um produto comercial foi preciso fazer investimentos para a melhoria das unidades de beneficiamento denominados casas de farinha ou casas de forno. Mesmo que toda a infraestrutura tenha permanecido prioritariamente manual, foi preciso a instalação de alguns equipamentos mais modernos que pudessem aumentar a produtividade por tempo, por unidade de trabalho e por área de cultivo (SANTOS, 2015).

Santos (2015) aponta que a dinâmica dessas unidades produtivas era dada pelo calendário agrícola que previa duas roças: uma no inverno e outra no verão, sendo que esta última, em função da pouca disponibilidade de água, se concentrava na produção de mandioca. Como era um produto comercializado na região apenas sob a forma de farinha, a dinâmica exigia um processo de beneficiamento acoplado à produção e à comercialização. Para tanto, eram necessárias famílias numerosas para desempenhar o conjunto das atividades. A necessidade de mão de obra para a família sempre foi um dos principais motivos dos moradores da zona rural terem grande quantidade de filhos. Ao longo dos anos de existência do município, com a ausência de grandes produtores, apenas uma pequena parte da paisagem é convertida em áreas de exploração agrícola, sempre em continuidade ao que já vinha ocorrendo nos períodos anteriores. As áreas próximas aos cursos de água foram preservadas, assim como muitas outras que os proprietários não permitiram que tivessem a vegetação suprimida (SANTOS, 2015).

3.5.3.1 Características da agricultura nas comunidades rurais

Santos (2015) chama a atenção para a distribuição fundiária de Presidente Juscelino. Do total dos 290 km² apenas 9.399 ha estão distribuídos na área rural. Esta área está relacionada em 1.428 estabelecimentos, onde 1.380 têm menos de 10 ha e ocupam 1.333 ha, o que dá uma média de menos de 1 ha por estabelecimento. Por outro lado, os 4 maiores estabelecimentos – 100 a 10.000 ha – possuem 6.483 ha.

Nesta análise, fica claro que a grande maioria das 4.500 pessoas – cerca de 900 famílias – residentes na área rural têm que trabalhar numa área insuficiente – aproximadamente 1,9 ha/família – para garantir qualquer cultura ou criação, ou seja, seu processo econômico.

Santos (2015) observa que a natureza da propriedade desta área, é formada em sua maioria, por posses, ou seja, não são próprias, apenas 307 são proprietários. As propriedades têm formas diversas de controle. A grande maioria das comunidades rurais foi criada em terras apossadas no século passado. Com a morte desses posseiros filhos e familiares que herdaram e que ali moravam, permitiram que famílias de trabalhadores rurais se estabelecessem no local. Com o processo de reprodução dessas famílias a população foi crescendo até o ponto de estabilização atual que se dá pelo crescimento vegetativo menos o êxodo.

O referido pesquisador também discute que este processo é observado em

praticamente todo o território de ocupação feito durante o sistema agrário colonial, pois, após o abandono das fazendas onde era cultivado o algodão, as referidas áreas foram abandonadas pelos proprietários e ocupadas pelos moradores vizinhos (SANTOS, 2015).

O fato é que a comunidade fica constituída por um pequeno grupo de famílias proprietárias – em alguns casos são posseiras, pois não possuem o documento definitivo – e um grande grupo de posseiros que, em alguns casos, são apenas moradores do aglomerado de residências que delimitam o núcleo da comunidade. O problema agrava-se quando parte desses proprietários – ou herdeiros – deixa de morar na comunidade ou no município. Acrescenta-se nessa complicada teia fundiária a presença de terras públicas e a comercialização de parte das terras onde as comunidades estão estabelecidas. Das 43 comunidades existentes há problemas fundiários em, pelo menos, seis delas (SANTOS, 2015). Esta realidade é observada em muitas outras áreas do estado, pois, muitas cidades maranhenses começaram com pequenos povoamentos de áreas devolutas (SANTOS, 2015).

Quadro 2 – Comunidades rurais de Presidente Juscelino/MA

Localidade	Categoria	Nº de Prédios	População
Bacabal	Povoado	26	82
Boa Hora dos Pachecos	Vila	53	167
Boa Vista I	Sítio	8	25
Boa Vista dos Brandão	Sítio	12	38
Boa Vista dos Pinhos	Vila	65	205
Boa Vista dos Pretos	Sítio	07	22
Bom Fim	Povoado	38	120
Cangembre	Povoado	37	117
Carro Quebrado / Barro	Povoado	45	142
Coxo do Hilário	Sítio	11	35
Folhal	Sítio	27	85
Jacaré	Sítio	09	28
Juçaral dos Pretos	Vila	91	287
Lagoa da Mata	Povoado	30	95
Lagoinha	Sítio	10	32
Mata dos Caboclos	Povoado	37	117
Mirinzal I	Povoado	47	148
Mirinzal II	Sítio	18	57
Onça	Povoado	28	88
Pindobal	Sítio	07	22
Piqui	Povoado	39	123
Pouca Vergonha	Sítio	04	13
Prata	Vila	122	382
Quebra Foice	Sítio	16	50
Riachão I	Povoado	28	88
Riachão II	Sítio	12	38
Riachão III	Sítio	16	50
Rosarinho	Povoado	39	123
Sangrador	Vila	51	161
Santa Isabel	Povoado	45	142
Sto Antonio dos Cearenses	Vila	104	326

Localidade	Categoria	Nº de Prédios	População
São João dos Costas	Vila	55	173
São Lourenço	Povoado	31	98
São Mateus	Povoado	38	120
São Raimundo / Gavião	Povoado	35	111
São Raimundo II	Sítio	21	66
Sumaúma	Povoado	50	158
Taboca	Vila	71	224
Taquari	Vila	96	301
Vila Nova	Povoado	31	98
Xavier	Povoado	25	79

Fonte: Fundação Nacional da Saúde, 1996.

Em relação à propriedade da terra, Santos (2015) afirma que podemos dizer que em Presidente Juscelino há várias categorias de produtores: proprietários, arrendatários, assentados sem título definitivo, ocupantes, parceiros, sem terras. Os proprietários (cerca de 21%) são os herdeiros citados anteriormente e alguns poucos que compraram terras dos herdeiros. Nesse grupo situam-se quase todos os moradores da gleba Juçaral dos Pretos, onde estão localizadas dezesseis dessas comunidades. Os arrendatários (cerca de 17%) são agricultores que alugam terras por períodos determinados com objetivo de produzir e comercializar o resultado da produção de forma a obter renda para as suas respectivas famílias. Em Presidente Juscelino só existe um assentamento de reforma agrária (menos de 2% do total dos produtores) e os assentados são antigos posseiros que receberam terras pelo programa federal de reforma agrária, estes dados foram fornecidos pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006).

Os posseiros (mais de 54%) são todos os moradores que não sendo proprietários, trabalham nessas áreas há diversos anos. A classificação de posseiros, na maioria dos casos, não pode ser levada ao “pé da letra”, já que praticamente todos os moradores não possuem áreas específicas onde plantam ou criam, trabalhando de forma itinerante em toda a área da comunidade por decisão coletiva. Em algumas comunidades esses moradores pagam para produzir, caracterizando uma forma de parceria onde o proprietário entra com a terra e os agricultores com o trabalho e pagando todos os insumos, ao final do ciclo, com parte da produção, o chamado foro. Esse foro varia de 1 a 2 paneiros de farinha por linha de roçado. Alguns desses produtores não se encaixam em nenhuma dessas categorias e são considerados sem terras, pois apenas moram nas comunidades, produzindo, às vezes. (IBGE, 2007).

Esses moradores têm profissões variadas. São comerciantes, atravessadores, pescadores, donas de casa, pedreiros, marceneiros, estudantes, professores, agentes de saúde, etc. No entanto, todos são de alguma forma, agricultores, pois mesmo executando outras

atividades, dedicam algum tempo da sua lida diária à agricultura, que vira tempo integral nos períodos de intensa atividade dos roçados: preparo do solo, plantio, capina e colheita (SANTOS, 2015).

Considera-se que ainda há muitas áreas de mata (aproximadamente 29% do total da área em 1995) e de pastagem natural (aproximadamente 35% do total da área em 1995). Nesse caso, há uma relação direta com o pequeno número de animais de grande ou médio porte nos povoados, com exceção dos suínos; praticamente não há área de pastagem plantada. Esse total de 64% das terras utilizadas mostra que a pequena produção não promove destruição ambiental como fazem os grandes produtores. As capoeiras ocupam uma área bastante razoável (aproximadamente 18% do total da área em 1995), maior que as áreas plantadas (menos que 18% do total da área em 1995). A idade das capoeiras, entretanto, vem diminuindo consideravelmente, e hoje varia entre 3 e 5 anos. Isto determina um tempo reduzido de pousio e menor acumulação de biomassa e nutrientes, produzindo menor quantidade de cinzas após a queima e, conseqüentemente, menor capacidade de fertilização do solo para o plantio subsequente.

O modelo de agricultura praticado no município é o tradicional, do tipo desmate e queima, chamado de “roça no toco”, porque não há a retirada dos troncos de árvores e arbustos após a queima. São dois roçados: um de inverno e outro de verão também conhecido como São Miguel. O desenho das roças apresenta grandes semelhanças.

Quadro 3 – Itinerário técnico da roça de inverno

Operações	Meses	Quant. Trabalho (Dias/Homem/ha)	Ferramentas
Broca	jul./ago.	12	Foice, facão, machado
Derruba	ago./set	5	Patacho
Aceiro e queima	set./out.	5	Patacho, facão
Coivara	out.	8	Manual
Plantio (milho)	dez./jan.	4	Manual
Plantio (arroz)	dez./jan.	6	Plantadeira/manual
Plantio (mandioca)	dez./jan.	7	Manual
Capina (1ª)	jan./fev.	18	Facão, patacho, foice, sacho
Capina (2ª)	mar./abr.	21	Facão, patacho, foice, sacho
Capina (3ª)	ago./set.	12	Facão, patacho, foice, sacho
Colheita (milho)	mar./abr.	4	Manual
Colheita (arroz)	abr./maio	14	Faca
Colheita (mandioca)	jun./maio	5	Manual
Total		121	

Fonte: Santos, 2015.

A cultura básica em ambos os roçados é a mandioca da qual é feita a farinha. Culturas

de menor importância plantadas no roçado de inverno são o milho, o arroz e o feijão. Plantam, ainda, maxixe, quiabo, abóbora, melancia, pepino e a batata-doce. O milho é utilizado, principalmente, na alimentação animal. Na roça de verão apenas a cultura da mandioca é plantada. O tamanho médio dos roçados de inverno e verão apresenta uma relativa diferença em termos de área, e ocupam, aproximadamente, 9 linhas (2,97 ha) e 2 linhas (0,66 ha), respectivamente. A determinação do tamanho da área está relacionada à quantidade de mão de obra disponível e à área do povoado.

Quadro 4 – Itinerário técnico da roça de verão

Operações	Meses	Quant. de Trabalho (Dias/Homem/ha)	Ferramentas
Broca	Maio	12	Foice, facão, machado
Derruba	jun.	5	Patacho
Aceiro e queima	jul.	5	Patacho, facão
Coivara	jul.	8	Manual
Plantio	ago./set.	7	Manual
Capina (1 ^a)	nov./dez.	12	Facão, patacho, foice, sacho
Capina (2 ^a)	fev.	15	Facão, patacho, foice, sacho
Capina (3 ^a)	maio/jun.	8	Facão, patacho, foice, sacho
Colheita (mandioca)	out./nov.	5	Manual
Total		77	

Fonte: Santos, 2015.

A preparação do solo é feita através das seguintes atividades: broca, desmate, aceiro, queima e coivara. A seguir fazem o plantio. Há necessidade de 1, 2 ou até 3 capinas antes da colheita. Insumos e equipamentos utilizados são quase sempre os existentes no local, à exceção dos equipamentos de metal como facão, foice, enxada e machado, comprados nos mercados da região. Raramente são compradas sementes, e agrotóxicos e fertilizantes químicos não são utilizados. As características da agricultura local são próprias das condições existentes na agricultura tradicional com a utilização de poucos insumos externos. A produtividade é baixa, particularmente para mandioca que é o produto básico neste tipo de agricultura; a produtividade de, aproximadamente, 900 kg/linha de roça ou cerca de 2.700 kg/ha fica muito abaixo da produtividade média do Estado de cerca de 7.000 kg/ha. A produtividade da lavoura da mandioca vem decrescendo ao longo do tempo; informações dos agricultores apontam para uma produtividade em torno de 6.000 kg/ha na década de 1970 (SANTOS, 2015).

Com exceção da cultura do feijão, cuja área plantada aumentou um pouco, todas as culturas temporárias de importância tiveram redução de área plantada, principalmente o arroz e a mandioca. A produção agrícola, conseqüentemente, foi consideravelmente reduzida. A

produtividade caiu substancialmente, particularmente na cultura do arroz, que hoje apresenta cerca de metade da produtividade alcançada na década de 1970; e na cultura da mandioca, cuja perda gira em torno de 30%. Em geral, todas as culturas apresentam valores de produtividade muito baixos. São dados que evidenciam um modelo agrícola tipicamente tradicional, cuja tendência, quando executada em áreas com solos pobres e com pouca área de pousio, é uma redução sistemática da produtividade (SANTOS, 2015).

Tabela 1 – Mudança na área colhida (ha) e produção (t) das principais lavouras temporárias no município de Presidente Juscelino/MA entre 1970 e 1995

CULTURAS	Anos		
	1970	1985	1995
<u>Arroz</u> ¹			
Área colhida (ha)	265,00	186,00	88,42
Produção (t)	329,00	150,00	55,00
<u>Cana de Açúcar</u> ²			
Área colhida (ha)	11,00	6,00	0,75
Produção (t)	384,00	232,00	9,00
<u>Milho</u> ³			
Área colhida (ha)	164,00	77,00	100,20
Produção (t)	98,00	44,00	46,00
<u>Mandioca</u> ⁴			
Área colhida (ha)	1.018,00	1.166,00	761,30
Produção (t)	10.154,00	9.243,00	5.351,00
<u>Feijão</u> ⁵			
Área colhida (ha)	0,50	4,00	5,00
Produção (t)	2,00	10,00	11,00

Fonte: Santos, 2015.

Nota: 1, 3 e 5 = em grãos; 2 = hastes; 4 = raízes frescas.

Além da farinha os agricultores comercializam produtos extrativistas como, por exemplo, frutas nativas e exóticas como o pequi, bacuri, jaca, manga, e caju, além de produtos como madeiras, peixes e crustáceos – especificamente em Sumaúma. Outras frutas comercializadas são as cítricas e, em menor escala, o mamão e a banana (SANTOS, 2015).

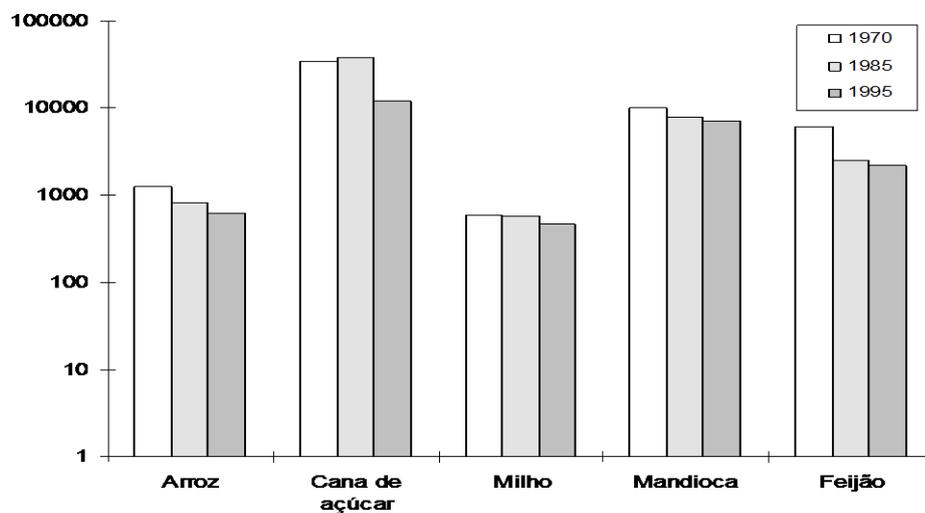
O referido pesquisador refere-se a prática da utilização das frutas nativas da região como exóticas, fato que deve ser reorientado e que motiva atualmente muitos debates, até por que estes frutos, especificamente, neste trabalho, são tratados como potenciais indutores do processo de desenvolvimento.

A mão de obra utilizada é sempre familiar, sendo uma das maiores limitantes do crescimento da área plantada ou trabalhada. A sua presença é muito intensa em períodos de pique do roçado: plantio, capina e colheita. Nesses períodos trabalham juntas todas as pessoas

da família incluindo as crianças. Em algumas situações, como por exemplo, quando a área plantada é muito grande para que apenas a família consiga tratá-la, ou quando a família está com uma condição econômica favorável, são contratados diaristas que, recebendo R\$ 8,00, contribuem efetivamente para que a atividade seja executada num tempo menor (SANTOS, 2015).

A comercialização é, isoladamente, o problema principal dos agricultores. A farinha recebe preço irrisório – máximo de R\$ 35,00/paneiro de 30 kg ou R\$ 1,16/kg quando vendido em Rosário – se comparado com outros produtos como o mel – R\$ 6,50/kg. Em períodos de safra o máximo alcançado pela farinha é R\$ 18,00/paneiro de 30 kg ou R\$ 0,60/kg. E é mais complicado porque não há nenhum programa municipal de incentivo à comercialização – estradas inexistentes, ausência de transportes e de estruturas de armazenamento, falta de política de preço mínimo – o que leva os agricultores a venderem seus produtos aos intermediários a preços abaixo do mercado (SANTOS, 2015).

Figura 5 – Produtividade das principais culturas entre 1970 e 1995 em Presidente Juscelino/MA



Fonte: IBGE (1970, 1985, 1995).

4 A RENDA DESENVOLVIDA SOBRE PADRÕES TRADICIONAIS: UMA NECESSÁRIA EPISTEMOLOGIA

A relação entre a apropriação e a utilização dos recursos naturais – particularmente da terra – com o desenvolvimento das nações, tem sido reconsiderada recentemente, no contexto de reflexões, que vêm buscando superar as reconhecidas limitações e simplificações das teorias e análises, principalmente dos economistas (RAMOS, 2001). A terra como fator de produção, também é encarada como elemento de acumulação primitiva do capital, apresentando nesta afirmação o primeiro paradigma deste capítulo (MARX; LOYD; KURT, 1997).

Embora tais reflexões tenham em conta também a situação dos países desenvolvidos, elas parecem ser mais importantes quando se referem ao caso dos países subdesenvolvidos, pois é nestes que “a terra é ainda o mais importante meio de produção” (RAMOS, 2001), pois “[...] seu estatuto é muitas vezes determinado por considerações culturais de uso e gestão ambiental” (CUÉLLAR, 1997, p. 45), sendo também uma fronteira para a expansão dos padrões capitalistas de produção e consumo, ainda não incorporados pelas sociedades rurais pelo fato da quantidade de capital existente ainda não ser suficiente (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 90), e nos quais é necessário “[...] uma economia e uma política renovadas” que tenham em conta a situação de “seus produtores agrícolas e [de] suas sociedades rurais” (PERROUX, 1981, p. 252). Em outras palavras, é particularmente, nestes países que se torna fundamental discutir as relações entre a propriedade e a utilização dos “elementos da produção”, levando em consideração que alguns são reprodutíveis e outros não (RAMOS, 2001).

Para entender melhor o que está sendo apresentado, precisa-se perceber que a terra e os processos de reordenamento agrário são elementos centrais no processo de desenvolvimento, extrapolando a fronteira da produção de alimentos, sendo encarada nesta análise como fator essencial a continuidade das ações desenvolvidas pelas sociedades camponesas, ou seja, a sobrevivência destas sociedades.

Estes aspectos apresentados no parágrafo acima devem estar organizados segundo a visão de Santos (1976), apresentada anteriormente neste documento, pois, o referencial econômico, ou seja, a geração de renda é reflexo direto da utilização do espaço físico com vistas a reprodução social e cultural daquele grupamento, ou seja, a sua reprodução social.

Dentre outras funções destinadas a terra (SABOURIN, 2008), a produção agrícola,

com ênfase na função econômica, é apenas uma delas, existindo ainda muitas outras. Polanyi (1980, p. 181) aborda tal problemática, partindo do reconhecimento de que “[...] a função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano”. Na análise histórica que fez, constatou que “[...] o caso do dinheiro revelou uma analogia muito real à do trabalho e à da terra. A aplicação da ficção da mercadoria a cada um deles levou à sua inclusão efetiva no sistema de mercado” (POLANYI, 1980, p. 195), este sistema que se sustenta a partir de produtos advindos da terra.

Contudo, como elementos fundamentais da produção, um “[...] sistema de mercado auto regulável” somente existiria na hipótese de um funcionamento dos mercados destes elementos que não ameaçasse as sociedades (POLANYI, 1980), a geração de uma escala de produção seria uma grave ameaça para todo esse processo.

Assim, a estrutura fundiária é fundamental para o processo de reprodução social destes grupos e, por conseguinte no processo de geração de renda. Assim, como os padrões culturais tradicionais, e sua estruturação de forma a permitir que os conhecimentos acumulados venham ser utilizados. Desta forma, as sociedades rurais encontram uma maneira de manter a sua integridade cultural, evidenciando-se, também, como a mais contundente configuração de resistência a dominação e substituição dos padrões culturalmente construídos.

Os processos de reprodução social e geração de renda em sua essência parecem ser conflitantes, pois, a ideia de reprodução social não é conjugada da mesma forma que se entende geração de renda e transferência tecnológica. Pois, no contexto apresentado será feita uma discussão oposta dissociando estes dois conceitos.

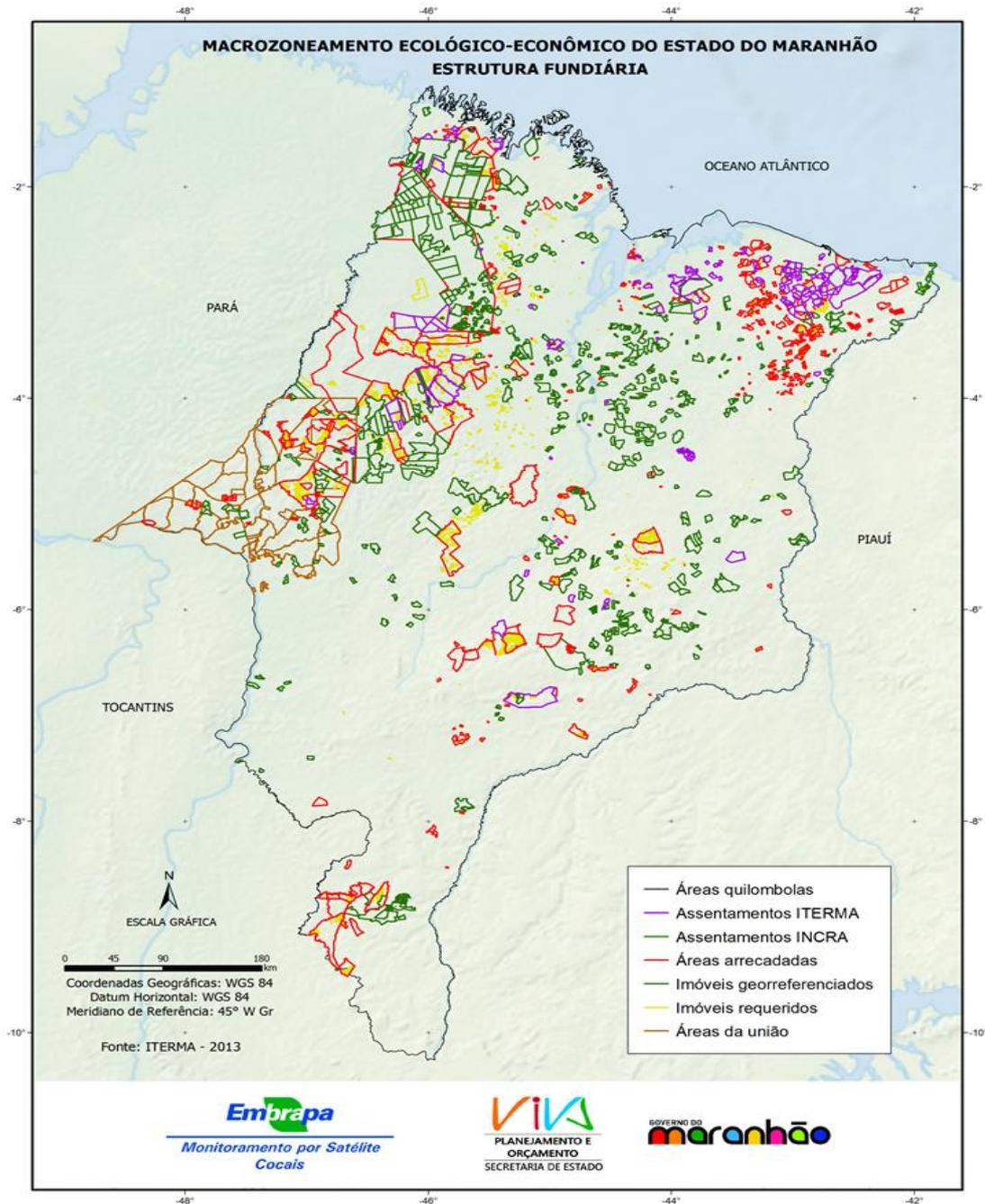
A organização do trabalho e a utilização da mão de obra tradicional, também é um importante fator a ser considerado na análise de obtenção e geração de renda no contexto rural. Neves (1985) observa que a força de trabalho é basicamente familiar e as condições técnicas de produção se fundam no uso intensivo desse fator. Tais pressupostos permitem a expansão ou a reprodução mais favorável daquelas unidades de produção que conseguem melhor adequação dos recursos produtivos, isto é, melhor correlação entre a posse ou propriedade da terra e o número de trabalhadores que possuem ou que podem controlar. A correlação inversa é solucionada pelas alternativas criadas pela parceria, permitindo aos camponeses pobres – com pouca terra – reproduzirem-se pela inserção dos filhos produtivos enquanto parceiros, e aos camponeses ricos – com propriedade de área de terra superior à capacidade de trabalho dos membros familiares –, o acesso à força de trabalho necessário

(NEVES, 1985).

Nesta mesma perspectiva, o trabalho familiar é utilizado para a reprodução social e fixação de hábitos e costumes construídos socialmente, sendo este o principal fomento das atividades culturais, religiosas e esportivas desenvolvidas no meio em questão. O trabalho das famílias é utilizado para dar suporte à realização de diversas atividades, não somente no contexto produtivo, mas, podendo ser responsável pela continuidade do modo de vida camponês.

No caso do estado do Maranhão, pode-se ressaltar que há uma considerável faixa de terra, em que os processos de ocupação e interação com a mesma correspondam a esta lógica (re)produtiva tradicional, o mapa abaixo, permite observar esta diversidade, e, de certa forma também estimar quantitativamente. Assim, podemos dizer que, aproximadamente a 20% das terras do Maranhão são utilizadas com o fim de assentamento ou reservas extrativistas e ou processos de reconhecimento de territórios étnicos. Podendo ser representadas, pelo mapa abaixo que mostra a localização das áreas (re)ordenadas ou territórios tradicionais existentes no estado do Maranhão.

Figura 6 – Estrutura Fundiária do estado do Maranhão



Fonte: EMBRAPA, 2013

4.1 O MODERNO E O TRADICIONAL, QUAIS AS INFLUÊNCIAS NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS RURALIDADES?

Ao analisar e criticar as transformações sociais que se acelerava em nossa época, ainda mais acirrada no início deste século XXI, pode-se imputar à institucionalização, industrialização e expansão das tecnologias transformações socioculturais e políticas

negativas. Nesta análise mantém-se atual em vários aspectos, apesar do seu tom agressivo, imposto, sobretudo sobre a necessidade de desclassificar o tradicional e dizer que as sociedades não têm condições de se desenvolverem sem passar por processos de transformações tecnológicas.

Neste estudo específico, observaremos que a modernização pode se apresentar na forma de hábitos sociais integrados e que representem as necessidades das sociedades que os praticam, sem, contudo haver a necessidade de transformação da matriz tecnológica em vigência.

Neste estudo, uma experiência de transferência de tecnologia “moderna” trouxe ao assentamento Folhal, localizado no município de Boa Vista dos Pinhos-MA, sérios problemas ambientais e sociais, pois, neste caso específico os conhecimentos adquiridos historicamente pela sociedade camponesa em questão não foi levado em consideração.

No mesmo estudo, abordando outra realidade, a vivenciada pela sociedade camponesa de Boa Vista dos Pinhos também localizada no município de Presidente Juscelino/MA, a tradicionalidade do método de cultivo do solo foi mantido, porém, houve uma mudança da concepção organizativa da sociedade camponesa em questão. Este fato foi responsável pela viabilidade econômica do processo gerando escala de produção e formação de um calendário agrícola consistente.

No terceiro caso, essa mesma modernização social foi capaz de trazer como consequência direta a reprodução social e cultural da sociedade camponesa de Juçaral dos Pretos, também localizada no município de Presidente Juscelino/MA, pois, as atividades primárias de produção foram mantidas intactas, sendo introduzidas no contexto desta sociedade outros elementos com capacidade de geração de renda monetária.

A renda monetária de Juçaral dos Pretos foi alterada no momento em que os quilombolas perceberam que poderiam se beneficiar de sua cultura e com isso investiram seu tempo na realização de Festas e Festejos, atraindo muitas pessoas que pagam pra ver como eles cantam, dançam e festejam as suas conquistas.

Inicialmente era uma Festa, mais com o passar do tempo os festejos aumentaram para três, além de outras festas religiosas como o tambor de Mina e também festas de Reggae muito prestigiadas na região.

Portanto, a modernização não acontece apenas mediante ao abandono das culturas e das tradições, estas também são capazes de impor ondas que serão capazes de trazer desenvolvimento no local onde estão sendo evidenciadas.

Depois de deixar clara a diferença entre modernização tecnológica e modernização social, apresentaremos os dos responsáveis pela formulação das questões teóricas apresentadas acima.

4.2 A AGRICULTURA TRADICIONAL

Uma das mais fortes marcas das sociedades rurais é a forma como esta se relaciona com a natureza, e como esta relação é capaz de influenciar as ações desenvolvidas entre os indivíduos das distintas sociedades.

Assim, o processo de construção das técnicas e práticas agrícolas está diretamente associada ao processo de organização e formulação de estratégias de reprodução social e consequente desenvolvimento rural.

Para que isso acontecesse, houve a necessidade do desenvolvimento de produtos que buscassem a satisfação das necessidades nutricionais associado às potencialidades ambientais, daí, aparece a figura da farinha de mandioca.

Dentre os fatores determinantes destas relações, que são traçadas entre sociedades, natureza e sociedades, a forma de apropriação e utilização do meio físico é capaz de imprimir uma rotina produtiva dando suporte para que o processo dialético se evidencie, ou seja, só existe farinha por que as condições ambientais foram suficientes para o desenvolvimento de tecnologias de produção de mandioca e beneficiamento desta.

Se estas condições deixarem de existir, ainda haverá trabalho sendo transformado em produtos que viabilizarão a vida destas sociedades, mas desapropriados de sua cultura e tradicionalidade, sendo necessária, a reconstrução de todo um processo que se perdeu durante essa descaracterização.

Acredito ser necessário dizer que as sociedades tradicionais são constituídas, principalmente, pela necessidade de manutenção desses referenciais e, no momento em que estes são destruídos o processo de resiliência social camponesa toma outros rumos, sendo estes bem distantes daqueles já utilizados.

Este processo é incapaz de produzir segurança social para que se possam traçar alternativas que venham garantir as mínimas condições de dignidade, para quem foi desapropriado de sua história, gerando então um passivo impossível de ser mensurado sobre todos os aspectos analíticos. Este processo pode ser observado diariamente nas manchetes dos jornais e outros veículos de comunicação que narram a fuga em massa das sociedades rurais

para os centros urbanos e todos os problemas causados por ele.

4.2.1 A Tecnologia de Roça e Queima

A roça e queima é o processo pelo qual se evidencia a artificialização da natureza pelas sociedades rurais, com o objetivo precípua de obtenção de produtos agrícolas para a satisfação de suas necessidades econômicas (DAMASCENO JUNIOR, 2010). A forma de obtenção da produção e a tecnologia utilizada no desenvolvimento da agricultura precede a distinção das diferentes formas de transformação de produção em renda, desta maneira, é necessária uma caracterização da forma de associação entre trabalho e terra para a obtenção de capital (financeiro ou não).

Para Damasceno Júnior (2010), a abertura da mata para a implantação de roças é uma técnica adotada, há muitos anos, pelos pequenos agricultores (principalmente os agricultores das sociedades tradicionais).

Primeiramente, este processo consiste em retirar a vegetação nativa, derrubando a floresta. Esta etapa acontece entre os meses de julho e agosto, imediatamente após a colheita das últimas culturas da roça do ano em curso.

Em seguida, ocorre a queimada das partes das árvores que não foram retiradas, para a implantação das lavouras e, mesmo assim, as partes (troncos e raízes) são retirados da área da roça para serem queimados em outro local, todos amontoados. Este processo é denominado de “coivara”.

A etapa seguinte consiste em resgatar as sementes produzidas na safra anterior e lançá-las ao solo na esperança que germinem e possam resultar em uma roça viçosa. A única espécie que é plantada de forma diferente é a mandioca, pois, o seu plantio ocorre de maneira assexuada por meio de estacas, ou seja, são colocadas no solo as hastes já germinadas da planta que não encontraram dificuldade para se fixarem, pois, o período do ano em que essa prática ocorre é na estação chuvosa.

Assim, o preparo da área é efetuado de julho a dezembro, período do ano que a incidência de chuvas é pequena, e as lavouras são semeadas e cuidadas no período das chuvas, caracterizando um ciclo produtivo.

Mais uma vez, a mandioca aparece nesta caracterização, pois, o ciclo vegetativo desta planta é superior ao ciclo anual baseado nas chuvas ou na escassez delas, perpassando assim por mais de um ciclo produtivo.

Após dois ou três ciclos de cultivo a área é abandonada e a cada novo período os agricultores adentram a mata para realizar as mesmas operações, voltando para a área que foi cultivada atualmente em torno de 4 anos após o abandono da área, caracterizando a rotatividade do sistema.

No sistema de produção da agricultura de corte e queima da Amazônia Maranhense, as florestas secundárias, representam a etapa de pousio da vegetação. A técnica de pousio é utilizada na agricultura desde a época do Neolítico e segue até os dias atuais como uma forma de conter a vegetação espontânea e manter a capacidade produtiva do solo (ROUDART; MAZOYER, 2001). Mesmo com a intensificação de técnicas mecanizadas na agricultura, várias regiões do país ainda desenvolvem práticas de pousio para cultivar. Esse tipo de sistema é a base de produção de alimentos, de grande parte das famílias que vivem na Amazônia Maranhense.

Damasceno Júnior (2010) observa que tal sistema do ponto de vista econômico e ambiental é sustentável, mas, do ponto de vista demográfico, tal prática torna-se inadequada necessitando sempre de abertura de novas áreas para a sua implementação ou diminuição do tempo de recuperação da vegetação, reduzindo a quantidade de cinza produzida na época da queima, tornando as áreas destinadas ao cultivo menos propícias ao desenvolvimento de culturas alimentares principalmente sob o ponto de vista da fertilidade natural dos solos.

Damasceno Júnior (2010), chama atenção para os elementos acima colocados, pela perspectiva econômica, identifica-se uma das principais causas do empobrecimento da população rural do Maranhão, a diminuição da produtividade e a necessidade de aumento da mão de obra.

Assim, observamos que, mesmo com acesso à terra e mão de obra disponível, o fator de produção “capital”, representado nesta discussão, pela tecnologia desenvolvida encontra-se ultrapassado, sem condições de implementação prática, necessitando de pesquisa e estudos, e definições de padrões que atendam às necessidades de utilização racional dos recursos naturais, gerando renda e desenvolvimento às famílias de agricultores.

Necessariamente, estas pesquisas de redefinição de padrões e tecnologias produtivas devem-se apoiar nos conhecimentos adquiridos e acumulados pelos agricultores, como forma de aceitação e posterior adoção por estas, pois, de outra forma, ao ameaçar a integridade cultural destas sociedades, toda a intervenção será desprezada pelas sociedades rurais as quais forem destinadas.

4.3 A PRODUÇÃO COMERCIALIZADA

O processo de produção camponês, descrito acima impõe uma série de outros processos que decorrem diretamente da produção obtida. Um desses processos é a relação com os outros atores sociais que não se dispõe a produzir alimentos.

Esta relação é formada por existir interesses mútuos entre as partes envolvidas, ou seja, atores com funções diferenciadas na sociedade, dispostos a interagir e desenvolver novas relações de troca de produtos e serviços.

Nas sociedades tradicionais, este processo não diz respeito exclusivamente a trocas financeiras, podendo ser evidenciadas em outros níveis, fazendo surgir valores como resultados objetivos do processo.

A produção destinada ao mercado assume diferentes papéis e funções em cada contexto estudado por este trabalho, visto que, embora os contextos culturais se assemelhem em função da proximidade física das comunidades estudadas, a forma de organização social é diversa e influenciada sobremaneira pela política de reordenamento agrário (ou falta dela, como é o caso do primeiro recorte).

4.3.1 Recorte 1 – Povoado de Boa Vista dos Pinhos

No Povoado de Boa Vista dos Pinhos, localizada no município Presidente Juscelino/MA é caracterizado por ser uma comunidade de camponeses posseiros e que destinam parcela da produção para o pagamento da renda aos proprietários da terra pelo seu uso, o restante é consumido, vendido ou doado.

No primeiro recorte, em que os direitos sobre a terra ainda não foram garantidos àquelas famílias camponesas, observa-se que os mesmos continuam na condição de posseiros, observamos um nível de insegurança fundiária latente e peculiar relativo às famílias de camponeses pesquisadas.

A não solução dos problemas fundiários estimula uma diversificação maior da produção e um desejo grande de substituição dos padrões tradicionais de produção agrícola, mas, paradoxalmente a especialização do trabalho fez com que estas famílias desenvolvessem uma diferenciação na forma de produção de farinha, que tem como matéria prima a mandioca que é produzida, ainda utilizando a tecnologia de roça e queima, bem peculiar a todas as comunidades rurais

A necessidade de aumentar a produção imposta pelo mercado consumidor fez com que estas famílias de agricultores desenvolvessem processos modernizantes da estrutura organizativa, efetivando o processo de mudança tecnológica.

Um diferencial deste processo, organizativo em relação às outras sociedades rurais, é a obrigatoriedade de pagamento de um percentual da produção aos proprietários destas áreas que são cultivadas.

Neste contexto foram entrevistadas 8 (oito) famílias de agricultores, totalizando aproximadamente 13% (treze por cento) do total de famílias residentes na comunidade, que se caracterizavam por extrair da terra, significativo percentual de sua renda monetária.

Estas famílias desenvolvem atividades diferenciadas, originando rendas distintas. Do somatório das diferentes atividades e rendas comercializadas, constrói-se o valor final do processo. Um fato interessante e que deve ser relatado, é que foi na agricultura tradicional da mandioca, e na transformação da mandioca em farinha, obtém-se o percentual mais significativo desta renda.

Observando as questões acima, percebe-se que é o fato é complexo, pois, a especialidade adquirida durante o processo de produção de farinha, garante uma diferenciação positiva no preço final, ou seja, um melhor produto, distinto dos produtos produzidos por outras comunidades de camponeses.

Este fato faz com que esta segurança se transforme em frustração, pois mesmo com os preços atraentes em virtude de uma qualidade diferenciada do principal produto, a farinha, este não se refere a ganho econômico real. Este fato ocorre em virtude principalmente das respostas negativas do solo, em se tratando de produtividade, pois o mesmo não pode atender as demandas apresentadas pelos mercados.

Uma das soluções para os problemas edáficos encontrados pelas famílias de posseiros foi à diversificação da produção, com a utilização de espaços menores, com outros tipos de produtos que também são demandados pelos mercados. Estes produtos são hortaliças, dentre elas o coentro e a cebolinha utilizados na preparação principalmente de pescados obtidos artesanalmente na região, a abóbora, o quiabo e o maxixe, destinados ao acompanhamento de um guisado de carne bovina intitulado de cozidão e ainda uma pequena (numericamente falando) produção de outras espécies de frangos, e por meio da compra de insumos externos a unidade de produção, caracterizando uma transição do sistema tradicional de produção para um sistema, onde são utilizadas alguma tecnologia adquirida fora da comunidade como mostra a Figura 7 e Figura 8.

A outra solução aportada pelas famílias de camponeses foi a reorganização social das mesmas, pois, passaram a utilizar o trabalho de forma coletiva o que oportunizou um significativo aumento da quantidade produzida e uma melhor distribuição da produção ao longo do calendário agrícola.

Figura 7 – Produção de Hortaliças no Povoado Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 8 – Criação de frangos de corte no Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em contrapartida, ao analisar os dados coletados e apresentados, em Boa Vista dos

Pinhos, notou-se uma relação de respeito e preservação do meio físico, pois dele depende também uma importante fonte de renda da sociedade local, a produção de juçara (*Euterpe oleracea*) para o consumo e para a comercialização.

Apreendemos nas conversas, que os agricultores pesquisados perceberam que preservando os igarapés, as juçareiras irão continuar a produzir e garantir mais uma fonte de renda para essas famílias, assumindo assim a função de preservar os mananciais hídricos, o que trará vivos os juçarais.

Observando a atividades ligadas ao extrativismo vegetal, aferimos que a preservação dos padrões culturais também passa pelo consumo de juçara, visto que, além de consumir e comercializar, o líquido extraídos dos caroços, a juçareira é responsável pela manutenção de boas relações de parentesco e compadrio e extraído por meio de técnicas artesanais que são passadas pelas gerações de agricultores.

Neste sentido, subir no pé de juçara com a tipoia amarrada nos pés é uma atividade cultural de cunho produtivo, que permite um respaldo econômico significativo, conforme expresso nas tabelas abaixo.

Dentro das práticas de transição, dos sistemas tradicionais artesanais para sistemas tradicionais mais eficientes do ponto de vista econômico, observou-se, que algumas famílias adotam outras técnicas de beneficiamento da juçara, diferente das usualmente utilizadas, como forma de diminuição da penosidade do trabalho, e aumento das capacidades de produção de maiores quantidades, expressas na Figura 9.

Figura 9 – Unidade de Processamento de Juçara em uma residência do Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Um fato que chamou muito a atenção durante a realização da pesquisa de campo foi que os camponeses de Boa Vista dos Pinhos estão buscando se organizar de forma diferente para enfrentar as dificuldades apresentadas pelo ambiente e pelos mercados.

Uma nova ordem social foi trabalhada e esta ordem hoje é responsável pela determinação de como se cultiva, se produz, se beneficia e se comercializa a farinha produzida em Boa Vista dos Pinhos.

A roça no toco continua, do ponto de vista da tecnologia, o que houve foi a mudança no processo organizativo interno, onde a força de trabalho foi coletivizada fazendo com que houvesse uma maior oferta de horas disponíveis a serem aplicadas a produção de mandioca, ou seja, a tecnologia que foi alterada não foi a produtiva, contrariando o senso comum. Esse é o grande diferencial que torna a farinha produzida em Boa Vista dos Pinhos em um produto requerido pelos mercados regionais.

4.3.2 Recorte 2 – Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos

Juçaral dos Pretos é uma comunidade quilombola localizada no município de Presidente Juscelino/MA, sendo definida assim, pois os primeiros moradores receberam a terra, por meio de doação (herança) de um antigo dono. Esta doação, possui respaldo legal, pois está registrada no cartório local em uma escritura, assim como quantidades significativas das Terras de Pretos no estado do Maranhão.

Em Juçaral dos Pretos, durante o processo de observação participante, notou-se que o desenrolar das atividades econômicas evidenciam a profunda ligação com os recursos naturais e a natureza de uma forma geral, não havendo outra forma de produção que não esteja ligada diretamente a utilização destes, configurando assim, uma relação muito forte entre sociedade de camponeses e natureza viva, expressa em todos os termos e condições da vida cotidiana destas famílias de camponeses.

Essa assertiva respalda os conceitos de Santos (1976) onde é discutido o espaço mediante a sua vinculação com o social e o cultural, neste caso específico a relação com a natureza é a forma mais expressiva de manifestação cultural. Não no que se refere a folguedos populares, mas diretamente orientado pela forma de viver, pelos meios encontrados pelas famílias de quilombolas de construção, reconstrução e utilização do espaço físico durante a labuta diária.

Estas relações são extremamente fortes, vinculando o processo de comercialização dos

produtos às variações das quantidades comercializadas, ao clima (regime pluviométrico principalmente) formando assim, uma relação de fragilidade, ou de pouca penetração junto ao mercado de consumo de alimentos, principalmente pela falta de regularidade de fornecimento de produtos.

A oferta de produtos ao mercado é muito pequena e restrita ao excedente da produção destinada ao consumo das famílias, não existindo produção destinada ao abastecimento das necessidades do mercado ou de programas destinados a compra da produção agrícola, portanto, não é correto afirmar que existe produção comercializada.

Esta informação encontra sustentação ao observarmos os instrumentos e estruturas utilizados pelas famílias de Juçaral dos Pretos, para beneficiar a produção de farinha, principal atividade econômica desenvolvida no quilombo, estas afirmativas podem ser observadas nas Figuras 10,11, 12 e 13.

A produção comercializada pelos quilombolas de Juçaral dos Pretos é formada basicamente pelo excedente da produção agrícola destinada ao consumo alimentar das famílias. Desta forma, todos os produtos comercializados possuem uma característica identitária muito forte.

A relação com o mercado acontece de forma inversa, ou seja, quando as outras sociedades de agricultores se aproximam do quilombo, e percebem neste, um potencial produtor de alimentos, encontram produtos responsáveis pela manutenção peculiar do meio de vida, ou seja, das famílias por meio de suas identidades, ou seja, existe a formação de um mercado de produtos que não são destinados ao mercado, fazendo com que apareça uma demanda sobre estes produtos.

Dialeticamente, esta relação é construída de fora para dentro da comunidade, fazendo com que se constitua um processo de apropriação continuada, por parte de outras sociedades, culturas e tradições próprias de Juçaral dos Pretos.

Assim, quando a farinha produzida no quilombo é consumida, a mesma é consumida e aceita por outras sociedades de agricultores, com o olhar interpretativo da realidade, adotado pelos quilombolas de Juçaral dos Pretos.

Por isso, não existe um produto produzido destinado ao mercado. O mercado, ou a relação mercadológica surge por motivação externa. Muitas vezes, são até rechaçadas pelos quilombolas de Juçaral, que preferem manter sua autonomia no processo de destinação do seu pequeno excedente produzido, sendo este utilizado para o fortalecimento das relações sociais internas.

Desta forma, a política de reconhecimento das comunidades de Juçaral dos Pretos como área quilombola é perfeitamente entendida e validada, pois, de forma peculiar os produtos que são produzidos, destinam-se ao abastecimento das necessidades das famílias quilombolas e não para mercados externos.

Assim, as relações econômicas, com o exterior da comunidade são frágeis, devendo passar por um processo de fortalecimento interno, necessitando da titulação definitiva da área em questão.

A farinha de mandioca, principal produto comercializado, não passou por nenhum tipo de transformação para atender as demandas do mercado. Continua sendo produzida em barracões de taipa, com fornos de ferro aquecidos com lenha, retida das capoeiras próximas expressas nas Figuras 9, 10, 11 e 12 do referido trabalho.

Figura 10 – Unidade de Beneficiamento de Farinha na Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A mandioca, após ser colhida e colocada em pubeiros (que são pequenas áreas cercadas de madeira e forradas com palha dentro dos igarapés onde a mandioca vai fermentar por cinco dias), representados na Figura 13 dentro de igarapés, até chegar ao ponto de ser descascadas.

O passo seguinte é ralar (triturar) as raízes fermentadas em catitús e espremidas em tapiti que são prensas utilizadas para secar a massa da mandioca, feitos de palha de guarimã, posteriormente, sendo peneiradas para a retirada da caroeira, ou seja, partes das raízes da mandioca que não foram trituradas durante o processo de ralagem da raiz, e levadas ao forno

para torrar.

Após torradas são acondicionadas em cestos de palha de babaçu e cobertos com folhas de bananeira. Estas embalagens são denominadas de paneiro, unidade de medida utilizada pelos quilombolas que em média pesam cerca de 30 quilos, onde são acondicionados e posteriormente comercializados na própria comunidade.

Figura 11 – Raízes de Mandioca em Fermentação em pubeiros na Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 12 – Catitú: equipamento utilizado para trituração da Mandioca na comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 13 – Forno de Ferro: Utilizado para torrar a mandioca na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O preço pago pelo produto tem variação sazonal, oscilando entre R\$ 3,00 a 5,00 por kg, na época da safra. Em outras épocas de menor oferta do produto, o preço varia de R\$7,00 a R\$ 10,00.

Em Juçaral, o fazer farinha tem um contexto bem diferente do observado em Boa Vista dos Pinhos, pois na primeira análise observamos uma tecnologia social sendo desenvolvida de forma inusitada, um processo organizativo impar sendo capaz de gerar renda e desenvolvimento, em Juçaral, o fazer farinha significa viver o quilombo, manter as práticas ancestrais, ou seja, preservar as matrizes culturais existentes.

Os elementos simbólicos apresentados acima não impedem a ação de atravessadores, que chegam em pequenos veículos de carroceria nas casas de forno, para transportarem a farinha produzida oferecendo um preço muito menor do que o praticado no comércio local, existindo uma variação maior de preços.

A tradição alimentar do quilombo, também garante a essa comunidade a possibilidade de ampliação da renda por meio do plantel de aves, dentre elas galinhas caipiras, frangos, patos, perus e marrecos, que são criados de maneira extensiva, nos fundos de quintal denominados de terreiros, e são alimentados pelo milho produzido na roça junto com as cascas da mandioca durante o processo de produção de farinha expressa na Figura 14.

A produção de aves embora em pequena escala é responsável por significativo percentual da renda monetária das famílias de agricultores, principalmente quando observamos o valor individual que é comercializada cada unidade animal, valor este que é calculado e prontamente pago pelos atravessadores, em virtude da grande demanda externa

pelo produto, em função de tradições e costumes locais. Geralmente, os aniversários são comemorados com uma boa galinha caipira, a razão da relativa facilidade no processo de comercialização.

Os suínos também têm importância na renda monetária das famílias do quilombo. A forma tradicional de criação, ou seja, os porcos são criados soltos, permite que haja uma ampliação na oferta do produto, pois, os animais são criados no fundo do quintal das famílias de agricultores quilombolas, observado na Figura 16.

Esta prática, também é responsável por sérios problemas sociais vivenciados no quilombo, uma vez que, existem muitos casos de brigas de vizinhos e agressões pessoais, provocado pelas invasões de porcos nas roças de mandioca e consequente completo extravio da produção.

Figura 14 – Porcos criados nos Quintais da Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 15 – Criação de galinha caipira na Comunidade Quilombola Juçaral dos Pretos, no município de Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Embora pareça que a comunidade Juçaral dos Pretos não produza renda monetária, isso não é verdade, o que estamos tentando mostrar é que, as tradições culturais são responsáveis pela economia local, inclusive pela geração de renda monetária que é obtida pelo pequeno excedente de produção e pelos recursos arrecadados nas festas e festejo, que hoje constituem a maior fonte de renda desta comunidade.

Ou seja, o modelo autóctone tradicional, categorizado como o principal elemento da pobreza do local, é mostrado e trabalhado pelos quilombolas de Juçaral como o responsável pela renda, quebrando um paradigma já cristalizado pelas ciências conservadoras.

4.3.3 Recorte 3 – Assentamento de Reforma Agrária – Estadual Folhal

O recorte 3 é compreendido entre famílias que passaram pelo processo de regularização fundiária, tendo sua área, antes pertencente à gleba Juçaral dos Pretos, transformada em Assentamento de Reforma Agrária Estadual. O Projeto de Assentamento Estadual Folhal, também é localizado no município de Presidente Juscelino/MA, muito próximo do Quilombo Juçaral dos Pretos.

Esta área regularizada pelo ITERMA (Instituto de Terras do Estado do Maranhão), originalmente, pertencia a gleba Juçaral dos Pretos, que por demanda dos próprios quilombolas foi desmembrada para que fosse efetivada a regularização fundiária. Segundo relatos esta solicitação foi feita, pois com a transformação em Assentamento de Reforma Agrária, a infraestrutura social e produtiva viria com maior facilidade, o que realmente

ocorreu.

Este processo de regularização fundiária, foi responsável pela transformação de quilombolas em Assentados de Reforma agrária, fato que culminou com uma série de problemas sociais, principalmente aqueles relacionados a preservação do meio de vida e dos hábitos culturais, conseqüentemente havendo a desestruturação no processo social e organizativo existente até então.

Mais uma vez, Santos (1976) ao afirmar que as relações sociais e culturais dão origem ao aproveitamento do espaço físico por meio das atividades econômica explica esse fato, pois é latente que houve uma desestruturação social e por isso, não tinha sentido continuar a utilizar o meio, ou melhor, o espaço da mesma forma.

O contexto em questão se diferencia dos demais pelo componente cultural ausente depois da formação do assentamento, se fazendo notar na falta de manifestações culturais, religiosas e de lazer, capazes de mobilizar a comunidade e influenciar no processo de geração de renda.

O assentamento Folhal, apesar de ter quilombolas como beneficiário, não mantém as mesmas referências culturais como as observadas em Juçara dos Pretos, pois, as quebras dos padrões de identidade são evidenciadas nos aspectos referentes à produção de alimentos, introduzindo novas racionalidades produtivas, principalmente aquelas ligadas à substituição de meios tradicionais de cultivar o solo e exploração dos recursos naturais através da agricultura e do extrativismo.

Em função das duas reflexões anteriores, observou-se que o modo de vida quilombola foi esquecido, e a partir daí começaram a aparecer outros valores, inclusive os valores vinculados ao monetário, como por exemplo, a individualização dos processos produtivos e o desmonte de estruturas organizativas da sociedade, como o clube de mães e a associação de moradores.

No decorrer do processo de pesquisa, percebeu-se durante a observação participante, uma quebra nos padrões identitários e culturais, havendo uma individualização das ações, fragilizando os laços construídos pelas sociedades, deixando a mesma sujeita a problemas relacionados à influência externa de agentes privados e ou públicos, que não possuem respaldo social nos referenciais internos, elementos chave no processo de desenvolvimento, fato explicado por Santos (1976).

Uma nova ordem foi instituída, a lógica de “trazer projetos” de transferência tecnológicas, deixando de lado as tecnologias construídas socialmente, foi implementada no

sentido de esquecer o que se faz, e adotar novas formas de fazer, acarretando a mais profunda desarticulação social, mudando completamente o sentido das relações traçadas com o social e com o cultural, as relações econômicas assumem outro papel. Um sentido oposto para a construção do espaço onde se dá o processo, ou seja, a terra deixa de ter valor social e cultural, passando apenas a ter valor econômico como evidenciado na maioria das formas “modernas” de se fazer agricultura.

Estes agentes são responsáveis pela implementação de serviços públicos, como crédito agrícola, assistência técnica produtiva aos assentados e construção de benfeitorias como casas, estradas e açudes, dentre outras, assumindo o papel que efetivamente deveria ser ocupado pelo Estado.

A influência dos diferentes agentes tem transformado as relações internas da sociedade, quebrando laços historicamente construídos e implementando novas formas de (re)produção, cultivo e (des)organização social, diminuindo assim, as relações entre as pessoas, e principalmente com a natureza viva, tornando esta dispensável para a vida cotidiana destas famílias de assentados.

Segundo as conversas, as motivações para reunir a comunidade não existem mais e quando são feitas não atraem a atenção das pessoas, pois, geralmente são pautadas para serem desenvolvidos de maneira coletiva, havendo apenas um ponto de convergência social, os projetos de infraestrutura e de benefícios sociais, não existindo nenhuma outra motivação para a realização de encontros coletivos.

Dessa forma, mais uma vez, Santos (1976) acerta quando coloca o fator cultural no centro de sua análise, pois, sem este elemento é impossível haver a reprodução da cultura pondo em situação de instabilidade os aspectos econômicos, não tendo mais sentido continuar a ocupar aquele espaço, assim permitindo interpretações que podem culminar com o processo de êxodo definitivo da terra.

Diante do exposto anteriormente, e cada vez mais notada uma dependência às “políticas públicas” de crédito agrícola para o desenvolvimento das atividades econômicas, uma vez que a ideia central passada pelas empresas de assessoria técnica privada (de fora pra dentro) (ATER), é que a forma de vida desenvolvida por estas famílias de agricultores é atrasada, devendo ser substituída por outra forma moderna de tecnologias produtivas, já tendo sido discutido este argumento no começo desta sessão.

Esta (des)construção é efetuada pela exposição de dados e números de outras realidades agrícolas, que segundo estes atores podem ser desenvolvidas nas comunidades

rurais do Maranhão, tomando isso como verdade, aparecem motivos de competitividade entre as famílias camponesas de folhal, principalmente na hora de buscarem mercados para seus produtos agrícolas e do extrativismo vegetal.

O recorte 3, ou seja, aquele desenvolvido junto aos assentados de reforma agrária de Folhal possui uma complexidade bem maior que os dois analisados anteriormente. Primeiro por se tratar de uma comunidade quilombola, e por observar a forma como o Estado promoveu a política de reordenamento agrário, impulsionando processos de desconstrução social e reconstrução de novos elementos de identidade, ou seja, aquele desenvolvido junto aos assentados de Reforma Agrária de Folhal.

Assim, para um melhor entendimento, esta complexidade se institui no momento em que trabalho com comunidades tradicionais, pois, estas possuem uma racionalidade própria e que deve ser contemplada nos programas e ações, voltadas para o desenvolvimento das sociedades em questão.

Atualmente, a comunidade de Folhal, é um assentamento de reforma agrária, com lotes individuais, sendo utilizados de acordo com os contratos verbais firmados entre as famílias. A infraestrutura habitacional também foi viabilizada durante o processo de transformação do quilombo em assentamento.

Um fato peculiar é que, com a chegada das políticas públicas de Assistência Técnica (ATER) e de crédito agrícola (PRONAF) houve um processo de individualização das famílias, onde as demandas antes coletivas passaram a ser pessoais, inclusive o acesso aos recursos e programas governamentais.

A discussão produtiva, ou seja, os propósitos e formas de obterem a produção estão relacionados diretamente a infraestrutura e assistência técnica, dando lugar a demandas de projetos produtivos e substituição total das roças de toco por campos agrícolas mecanizados, objetivando apenas o aumento da escala de produção, com a falsa impressão da diminuição da penosidade do trabalho. É latente a necessidade da implantação de novas tecnologias, pois os mecanismos usualmente utilizados não se mostram mais capazes de satisfazer as demandas de abastecimento interno e que, infraestruturas precisam ser implementadas para garantir uma penosidade menor ao trabalho, mas, o objetivo principal não seria apenas o mercado e sim a manutenção das características identitárias dessas sociedades.

Tudo o que é produzido é para o atendimento das demandas externas da comunidade; a farinha produzida é praticamente toda destinada ao mercado consumidor, os suínos, estão sendo criados soltos, mas, a discussão de uma nova matriz de criação de suínos está iniciada

entre os agricultores do P.A. Folhal, como demonstra a Figura 20.

As questões, que dizem respeito, a conservação da água e da terra foram esquecidas, uma vez que a priorização é por aumento da produção que vai gerar mais renda monetária àquela sociedade. Em função disso, boa parte das referências tradicionais foi perdida ou estão se perdendo. A relação com o meio físico diminuiu, e principalmente a capacidade de organização e superação dos problemas está sendo perdida. Podemos observar estes fatos ao observar a Figura 16 abaixo:

Figura 16 – Igarapé onde as famílias retiram água para as necessidades básicas da casa, banho e alimentação no Assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4.4 PRODUÇÃO DESTINADA AO AUTOCONSUMO

Na maioria das vezes o entendimento de produção para autoconsumo se restringe a alimentos, e isso não é verdade, pois existe uma grande quantidade de produtos e serviços que são produzidos e consumidos pelas sociedades rurais, como por exemplo, a água, produto indispensável para a manutenção da vida.

Como evidenciado, a teoria central para embasar a discussão em questão é a desenvolvida por Santos (1976), desta forma o espaço é reflexo dos modelos de vida, desta forma, a produção é uma expressão da cultura local, portanto, a produção, ou melhor, a forma como essa produção é concebida, seja em escala ou apenas para o autoconsumo, é reflexo direto das formas autóctones de utilização do meio.

Desta forma, esta leitura, obrigatoriamente, irá nortear as análises feitas para

interpretar os dados obtidos durante a pesquisa de campo e que irão formatar as maneiras de destinar a produção agrícola.

Essa substituição vai de alimentos a serviços ambientais, serviços culturais passando por utensílios para o trabalho cotidiano, e para a satisfação de inúmeras outras necessidades apresentadas pelas famílias de agricultores. Um claro exemplo evidenciado por esta discussão é à entrada de utensílios plásticos descartáveis, nas sociedades rurais.

Desta forma, apresentamos uma cisão entre rural e agrícola, visto que no meio rural são produzidos e consumidos produtos de natureza não agrícola e que são fundamentais para o desenvolvimento dos meios de vida, estando os mesmos inseridos em sua racionalidade específica, sendo capazes de gerar rendas outras, além da tão discutida renda monetária.

Diferente do urbano, estas racionalidades construídas no meio rural dão condições para o surgimento de valores que devem ser observados durante o processo de produção, beneficiamento e comercialização da produção.

Estes valores são inversamente proporcionais aos apresentados pela racionalidade capitalista, uma vez que, o custo de produção de um valor é muito alto, não cabendo dentro de uma planilha de cálculo, fugindo da racionalidade imposta por esta lógica produtiva dos projetos de PRONAF e não observados pelos processos conservadores de assistência técnica e extensão rural.

4.4.1 Área de posse localizada na Comunidade de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA

A produção de alimentos para o autoconsumo das famílias, do povoado de Boa vista dos Pinhos é bastante diversificada, sendo composta por produtos que fazem parte da dieta alimentar de agricultores, e possuem um significado próprio, para as famílias de agricultores que as produzem.

Esta produção é obtida por meio de práticas de cultura agrícola que dão origem a farinha de mandioca, a tapioca de goma e a tapioca de bolo, criação de pequenos animais e extrativismo vegetal, obtidas através das tecnologias tradicionais de roça e queima, criação e cultivo de fundo de quintal, destinado ao autoconsumo. Todas as atividades são desenvolvidas em pequena escala.

A base da alimentação, das famílias de agricultores posseiros de Boa Vista dos Pinhos é a farinha de mandioca, produto que se destaca tanto na comercialização quanto no consumo

apresentando grande importância para a geração de renda na comunidade. As transformações sofridas ao longo dos anos, na qualidade da farinha relacionadas à granulometria, sabor e estado de conservação, produzida em Boa Vista dos Pinhos, também foram incorporadas pelas sociedades locais, assumindo grande importância para os agricultores pesquisados, os quais produzem mandioca para ser beneficiada e transformada em farinha com o objetivo de alimentação humana.

Todas as famílias pesquisadas consomem juçara, este fato se constitui em um hábito cultural dos moradores de Boa Vista dos Pinhos, mas nem todas possuem capacidade de praticar o extrativismo da espécie.

Esta prática de coletar os frutos da juçareira demanda habilidades físicas específicas, como subir na juçareira para coletar o fruto, e posteriormente transformá-lo em vinho, sendo encarada pelas comunidades como uma destreza específica.

No contexto específico da pesquisa, 60% dos agricultores desenvolvem a comercialização da farinha durante praticamente todo ano, sendo que a mandioca pode ser beneficiada sem restrição de período.

O extrativismo também é observado em espécies vegetais endêmicas, ou seja, ocorrem naturalmente no meio físico, sem a necessidade de cultivo, como a manga de foice, espécie muito comum, rica em fibras que não possui valor comercial, e o caju, onde na maioria das vezes o pseudofruto é descartado, sendo aproveitada apenas a castanha. Estas espécies são encontradas com muita frequência ao longo de toda a comunidade, fazendo com que as famílias de agricultores utilizem seus frutos como complemento da dieta durante o período da safra, mas, não existindo ainda o apelo para a comercialização dos mesmos.

Um fato peculiar que chamou a atenção foi às mudanças climáticas que começam a serem notadas pelas famílias de agricultores. Os mesmos não se referem ao termo específico, mas, referem com muita frequência às mudanças nos calendários de produção de diversos frutos e frutas.

Estas mudanças estão interferindo de forma significativa nos meios de vida das famílias de agricultores, através da quebra de tradições culturais, como é o caso dos produtos à base de milho que eram consumidos durante a Semana Santa. No ano de 2015, não será possível, em função do atraso do calendário das chuvas, que além da demora, veio em quantidade insuficiente para viabilizar a produção.

O milho, além de produzir pratos típicos e bolos, também é consumido *in natura* pelas famílias de agricultores, boa parte da produção deste grão é destinada a alimentação de

pequenos animais, que são criados nos fundos dos quintais, suprindo as necessidades de consumo de proteína animal por parte dos agricultores.

Basicamente, são criadas galinhas caipiras e porcos sem raça definidas, resistentes a doenças e outras moléstias, uma vez que, a vacinação do plantel não faz parte das atividades desenvolvidas pelas famílias de agricultores.

Faz parte da mesa de todos os maranhenses o arroz. Mas em virtude, principalmente dos problemas decorrentes da fertilidade natural dos solos, e do grande número de plantas espontâneas que surgem durante o processo de produção tradicional, a produção vem perdendo espaço.

Entre as famílias pesquisadas, apenas uma ainda cultiva o arroz, sendo que as demais famílias, compram este cereal em pequenos comércios, que se localizam no perímetro da comunidade.

Este fato evidencia um aumento na necessidade da renda monetária, em detrimento a diminuição da renda produtiva, pois os agricultores não estão dispostos a abrir mão de suas tradições e cultura, portanto, continuam a comer o arroz, mas não cultivam, e sim compram.

Tabela 2 – Produtos produzidos e consumidos na comunidade de Boa Vista dos Pinhos, município de Presidente Juscelino/MA

Famílias	Arroz (kg)	Milho (kg)	Farinha (kg)	Caju (kg)	Juçara (kg)	Suínos (kg)	Aves (kg)
Família 1			3.150				
Família 2		1.800	1.260	15	630	600	
Família 3	1.800	3.600	7.770		420		600
Família 4		1.800	2.520	20	140		
Família 5		2.160	2.520	28	420	1.200	160
Família 6		2.160	2.520				
Família 7							
Família 8		8.640	2.520		700	600	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4.4.2 Recorte 2 – Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA

No quilombo de Juçaral dos Pretos, a produção agrícola é muito mais diversa que nas outras duas comunidades pesquisadas. Observando do ponto de vista agrícola, existe uma

autonomia produtiva muito forte, em função, principalmente, da manutenção dos hábitos culturais, sofrendo pouca influência do meio externo em termos de novas variedades e espécies vegetais, refletidos nesta discussão, caracterizados, pela importância de manter hábitos alimentares.

O comércio local é formado basicamente de uma pequena cantina, onde são oferecidos produtos, que não são produzidos pelas comunidades locais. Dentre esses produtos são comercializados o sabão, o macarrão, óleo de soja, refrigerantes e biscoitos, elementos que começam a impactar na realidade local e aparecer, na dieta destas famílias, substituindo a alimentação tradicional.

Neste comércio também são vendidos o arroz, o feijão e o milho, além de bebidas alcoólicas que são adquiridas por meio da renda monetária, adquirida por processos de venda da produção, venda de mão de obra, e recentemente junto aos programas de transferência de renda e seguridade social destinado a famílias de quilombolas.

Mas a realidade da compra de produtos básicos ainda está bastante distante na comunidade. Este processo de substituição da produção agrícola pela compra no mercado, não se constitui uma realidade objetiva, podendo ainda ser bastante influenciados por políticas públicas inclusivas de fomento às atividades tradicionais de produção.

Um caso bem característico dessa discussão, refere-se à produção de arroz, observando as suas limitações produtivas ocasionadas por problemas edáficos e climatológicos. Dentro do universo amostral, aproximadamente 7 famílias pesquisadas (70%), ainda praticam o cultivo do arroz, configurando assim, um importante elemento na composição da renda dos agricultores uma vez que, o mesmo tem uma importância cultural reconhecida.

O milho, cultura fundamental na manutenção da identidade dos quilombolas é cultivado por 60% dos agricultores do povoado, ou seja, 6 famílias, sendo utilizado para subsidiar a criação de porcos, atividade desenvolvida por 3 entre os 10 agricultores, e de galinhas caipiras, por 30% das famílias, cuja criação é consumidas na própria comunidade.

No contexto de consumo dos produtos agrícolas, a farinha, mais uma vez, assume o protagonismo do processo produtivo, uma vez que 100% das famílias pesquisadas produzem para consumo próprio. É um fato marcante, pois a produção de farinha envolve uma quantidade expressiva de elementos e percepções por parte dos agricultores, sendo esta percepção mais forte no quilombo de Juçaral dos Pretos.

Em função da importância da farinha para a economia local, existe uma grande

preocupação com a preservação das fontes de água, pois são nestes balneários, onde ocorre o processo de fermentação da raiz de mandioca.

Dentro desta perspectiva, surgem algumas preocupações referentes à saniabilidade do processo. No mesmo local onde as raízes são fermentadas a comunidade local utiliza para lavar roupas, louças, tomar banho, banhar e matar a sede de animais de carga, além dos porcos que frequentam estes logradouros.

As fruteiras endêmicas, como o caju, são utilizadas durante a safra para complementar a alimentação dos quilombolas. Cerca de 7 famílias pesquisadas (70%), utilizam destas fontes de recursos para preservarem sua soberania alimentar.

A manga aparece em um contexto muito parecido com o caju, sendo que dentro de um universo de 10 famílias pesquisadas, 6 famílias (60%), declaram que a manga é um componente complementar ao cardápio, e na geração de renda.

No contexto geral, começam a aparecer agricultores que buscam outras atividades produtivas fora das práticas tradicionais, como é o caso de uma família que desenvolve a criação de bovinos destinada ao corte, para o consumo na comunidade. Não se configura como atividade apenas para autoconsumo, mas gera excedente de produção para o mercado.

A produção de ovos na comunidade é decorrente do processo de reprodução das galinhas, destinadas a o abate. Mesmo assim, ainda são retiradas algumas dúzias para a complementação do cardápio diário, ou seja, para o consumo alimentar das famílias de agricultores. Portanto, não existe uma produção de ovos destinada a alimentação dos quilombolas.

Tabela 3 – Produtos produzidos e consumidos na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos, Município de Presidente Juscelino/MA

Famílias	Arroz (kg)	Milho (kg)	Feijão (kg)	Farinha (kg)	Manga (kg)	Cajú (kg)	Juçara (L)	Bovinos (kg)	Suínos (kg)	Aves (kg)	Ovos (Dz)
Família 1	720			4.200		150	280			300	67,5
Família 2	900	1.800		4.900	100	10	700			720	
Família 3	450	1.500		4.200	10	10	70			400	45
Família 4	30	30		4.200	10	10	280				
Família 5				4.200	10				2.160	600	
Família 6	900	600	550	4.200						200	90
Família 7				8.400					1.200	200	
Família 8	150	150		4.200	10	10	525			240	
Família 9	360	720		2.100	10	10	210	1.200			
Família 10				1.050	10				240	100	900

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4.4.3 Assentamento de Reforma Agrária Folhal, município de Presidente Juscelino/MA

No assentamento de Folhal, a produção agrícola tem uma importância menor se comparada às outras realidades pesquisadas, pois grande parte do que é consumido, advém de aquisição em quitandas localizadas dentro da área do assentamento.

Não existe dúvida, que há uma diversificação bem maior da produção de alimentos, mas, esta diversificação não é significativa, pois as quantidades produzidas são muito pequenas, não sendo suficiente para atender as necessidades nutricionais das famílias assentadas.

O assentamento Folhal realiza atividades de fundo de quintal, ou seja, produção de frutas, hortaliças e pequenos animais destinados ao abastecimento das necessidades imediatas de alimentação, que remete a uma nova fase de estruturação dessa sociedade, uma vez que, as roças de toco foram esquecidas e são poucos os assentados que ainda as desenvolvem.

Um fato chamou a atenção durante a pesquisa. As trocas de diárias (empréstimos de dias trabalhados) e troca de sementes, desenvolvidas comumente nas outras realidades, são raras em Folhal.

As reuniões para discutir os problemas do assentamento, são cada vez menos frequentes. Percebe-se que está em curso um processo de individualização desta sociedade, principalmente as famílias, que foram atendidas por diferentes políticas públicas, onde deveria ser o contrário.

Observa-se, o fato de que as políticas públicas destinadas a este assentamento específico, chegam em quantidades insuficientes. Por exemplo, as casas construídas não atenderam todas as famílias cadastradas no ITERMA, fato que pode explicar o fenômeno da individualização das atividades econômicas, e o enfraquecimento das estruturas organizativas do assentamento de Folhal.

Figura 17 – Produção de Abacaxi no Assentamento Folhal, Município de Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A produção da roça tradicional ainda é observada, mas bem inferior quantitativamente das realidades anteriormente descritas, um produto que chama atenção para essa realidade é o arroz, que apesar de ser cultivado por 80% das famílias pesquisadas, não é suficiente para atender as necessidades alimentares, necessitando complementar essa quantidade com o arroz encontrado no armazém do assentamento.

Este fato é reflexo do processo de desorganização social, ou seja, substituição das atividades historicamente construídas àquelas modernas introduzidas pela ATER, pois, sem planejamento da produção, cada família desenvolve atividades dissociadas, impedido a reprodução de práticas de reciprocidade.

A produção de milho está diretamente associada a produção de frangos, pois este grão, é destinado basicamente a alimentação destes animais, mostrando uma mudança na matriz e direcionando a produção para o mercado externo.

Este fato faz com que as famílias do assentamento possam galgar algum nível de desenvolvimento econômico, mas, por outro lado, percebe-se uma importante desagregação social.

Dois famílias pesquisadas (20%) desenvolvem o cultivo do feijão. Confirma que em outras épocas era mais frequente o cultivo do grão, demonstrando a existência de conhecimento das técnicas de plantio da espécie, mas hoje não tão mais evidenciada. Estabeleceu-se, a cultura do consumo, fazendo com que a maior parte do produto consumido, venha dos mercadinhos e quitandas localizadas no assentamento.

Não diferente da realidade observada nos recortes anteriores, a produção de farinha destinada a alimentação das famílias do assentamento Folhal é significativa, fazendo com esta atividade seja de extrema importância para a segurança e soberania alimentar da sociedade local.

A quantidade consumida é muito significativa uma vez que, a ingestão da farinha é associada a diversos tipos de alimentos consumidos durante todo o dia. Inicialmente, ao amanhecer o café é tomado com farinha, nos intervalos as frutas como a manga são comidas com farinha, a juçara é tomada com farinha, no almoço qualquer prato que venha ser servido é consumido com uma quantidade significativa de farinha e, assim estendendo, por todo o cotidiano dessas famílias. Esta realidade também é observada nos dois recortes anteriores.

A manga, o caju e a juçara apesar de serem produtos sazonais, assumem uma importância fundamental na renda de autoconsumo das famílias do assentamento, pois são consumidas nos intervalos das refeições fazendo com que haja um complemento nutricional, melhorando a qualidade da dieta. As safras ocorrem em períodos diferentes do ano. Durante do ano no período de chuvas ou na falta delas, sempre está disponível um destes produtos para alimentar as famílias do assentado de Folhal.

Os suínos, ainda são criados de forma muito artesanal, provocando problemas sociais graves, como a invasão dos mesmos nas roças de mandioca dos vizinhos. Estes animais são produzidos, observando a lógica do consumo de proteína animal, por parte das famílias de assentados. Destes animais é consumida a carne fresca, alguns pedaços são salgados para serem adicionados ao feijão e outros transformados em tocinho que é consumido frito, normalmente, colocado no arroz ou no feijão.

Desta forma, a produção destinada ao autoconsumo das famílias do assentamento Folhal é bastante diversificada e assumem vários papéis. Fato este, que não é considerado pelas políticas de crédito agrícola e assistência técnica, destinadas a atender as necessidades das famílias de assentados.

Observou-se, que no assentamento Folhal, está sendo desenvolvido um projeto do PRONAF A, cujo objetivo principal, é a substituição da tecnologia tradicional de roça e queima por outra considerada moderna.

Questiona-se o método utilizado, principalmente observando o conhecimento das famílias sobre o processo de implantação, e, sobretudo a infraestrutura produtiva existente na comunidade que, sem dúvidas, não é capaz de atender as demandas apresentadas, pelas novas tecnologias, gerando impossibilidades de sucesso.

Uma dessas demandas é o aumento do número de capinas influenciadas pelo afloramento do banco de sementes, após o revolvimento inicial do solo durante as etapas iniciais do processo. Desta forma, criar um novo problema para as famílias de assentados e não proporcionar métodos para a solução dos problemas, não se configura, uma estratégia de desenvolvimento rural.

Tabela 4 – Produtos produzidos e consumidos no assentamento Folhal, município de Presidente Juscelino/MA

Famílias	Arroz (kg)	Milho (kg)	Feijão (kg)	Farinha (kg)	Manga (kg)	Caju (kg)	Juçara (L)	Suínos (kg)	Aves (kg)
Família 1		360		4.200	50	20	140		480
Família 2	3.600			4.500	450		100		
Família 3	6.000		1.650	3.000			210		
Família 4				1.500	20	20	140		480
Família 5	600	720		6.000	20	20	140		480
Família 6	240	45		1.800					1.200
Família 7	480	360	720	2.400			160		240
Família 8	1.200	900		6.000	5	5	56		
Família 9	2.700	720		2.250	50		200	600	480
Família 10	2.400	540		1.800	50	20	150		1.000

Fonte: Coleta de dados, 2015.

4.5 RENDA MONETÁRIA

A renda monetária é a obtida por meio de venda de produtos e mão de obra por parte das famílias de agricultores. Neste capítulo, avançaremos esta abordagem convencional, contabilizando outras fontes de entrada de recurso financeiros na Unidade Familiar de produção.

Recentemente, o Governo brasileiro, por meio de programas de redistribuição de renda, vem destinando quantitativos monetários mensais às famílias que mantêm seus filhos na escola. Esta política desenvolvida, também no meio rural, tem sido responsável pelo aumento da entrada de capital financeiro, e conseqüente elevação dos níveis de consumo das famílias de agricultores.

As rendas diversas constituem a entrada de capital financeiro, na unidade de produção, por outras fontes que não sejam a produção agrícola ou a venda de mão de obra.

Assim, com a elevação da renda, as famílias de agricultores têm tido acesso a bens duráveis de consumo, principalmente eletrodomésticos e motocicletas que possibilitam a diminuição da penosidade e elevam a qualidade de vida desta população.

Em se tratando de agricultores tradicionais, esta discussão induz a algumas reflexões

como, por exemplo, a diminuição dos recursos naturais, base de insumos da população tradicional, faz com que os programas de transferência de renda, sirvam para garantir a sobrevivência destes povos.

Esta leitura é muito distante de observações pontuais, e induzem a avaliações preconceituosas como, por exemplo, as que discorrem que os programas sociais, têm contribuído para a criação de uma geração de agricultores preguiçosos e acomodados aos fomentos federais.

As políticas de transferências de renda são necessárias às populações rurais, uma vez que, a base de recursos naturais diminuiu, e o acesso aos mercados não são suficientes para absorver a produção.

Dessa forma, as transferências monetárias por parte de políticas públicas, são necessárias para o complemento e manutenção da vida nas sociedades rurais, uma vez que, não existe uma efetiva preocupação com a preservação dos recursos naturais.

Este fato aponta para uma nova realidade, fundamentada no aumento da dependência das receitas monetária, em detrimento a dependência dos recursos naturais, ou seja, falência dos sistemas tradicionais de produção.

4.5.1 Área de Posse: Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA

Na comunidade de Boa Vista dos Pinhos, sete famílias pesquisadas recebem o valor de R\$ 298,00 (duzentos e noventa e oito reais) mensais do programa bolsa família, correspondendo a um total anual de 3.576,00, correspondendo a um valor significativo para estas famílias.

As transferências sociais não estão restritas ao programa Bolsa Família. A aposentadoria por idade, também é um elemento muito importante na formação da renda. As maiores rendas estão nas famílias de aposentados. Um aposentado recebe anualmente R\$ 9.384,00. A média de repasse efetuada, pelo programa Bolsa Família, corresponde a R\$ 3.552,00. Dentre as famílias pesquisadas, encontramos 2, ou seja, 32% da amostra recebem rendas de aposentadorias.

As atividades comunitárias e culturais organizativas e de lazer, também são consideradas rendas financeiras pelas famílias do povoado de Boa Vista dos Pinhos. Discutiremos este ponto, mais detalhadamente no próximo capítulo deste trabalho. Neste contexto específico, correspondem a rendas diversas e estão presentes na composição

monetária de seis entre oito famílias pesquisadas.

A venda da força de trabalho, também é importante na composição final da renda das famílias pesquisadas, pois está presente em seis das oito famílias pesquisadas, no caso específico da família quatro, esta renda corresponde a dois terços do total da renda, fazendo com que este valor venha ser aumentado sobremaneira.

Nem sempre a venda da força de trabalho corresponde a venda de diária, pois, existem trabalhos que são realizados em unidades de tempo inferiores ou superiores a uma diária e são cobrados por empreitada.

Tabela 5 – Venda de força de trabalho e renda não agrícolas

Famílias	Venda da força de trabalho(R\$)	Renda diversa (R\$)	Transferências sociais (R\$)	Total (R\$)
Família 1	256	5.086	4.480	9.822
Família 2		3.075	5.136	8.211
Família 3	800	8.800		9.600
Família 4	18.960		9.384	28.344
Família 5	280	3.000,00	9.384	12.664
Família 6	360	100	3.552	4.012
Família 7	400			400
Família 8		600		600

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4.5.2 Área Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA

No quilombo de Juçaral dos Pretos, não existe venda de diárias, o trabalho é desenvolvido nas unidades familiares próprias ou em unidades familiares de parentes, compadres ou parceiros, em um processo de troca de dias trabalhados. A organização local implementa uma dinâmica própria de troca de força de trabalho, baseados em princípios de reciprocidade.

Estas diárias são utilizadas, em períodos específicos, quando existe a necessidade de complementação, devido à quantidade superior de trabalho, em relação a existente no interior da unidade de produção.

Esse trabalho doado é retribuído no momento em que existe a necessidade de trabalho extra na roça, por quem doou. Assim existe a equalização das pendências, por isso é que chamam de troca de diárias, não existindo a necessidade de trocas monetárias.

A venda de diárias é efetuada para fora da comunidade, muitas vezes em atividades não relacionadas a práticas agrícolas, como serviços de marcenaria e construção civil. Estas receitas são responsáveis por percentual pouco significativo na formação da renda final,

chegando a corresponder a 18 % (dezoito por cento) do total final da renda monetária.

Nesta comunidade também são prementes as receitas oriundas das transferências de renda por meio da bolsa família, sendo que 9 (nove) das 10 (dez) famílias pesquisadas recebem a subvenção do Estado brasileiro. Os valores correspondem aos repassados nos outros dois recortes pesquisados. No contexto representado, quatro famílias recebem aposentadoria, tendo apenas um dos membros da família aposentado.

Tabela 6 – Venda de força de trabalho e renda não agrícolas

Famílias	Venda da força de trabalho não agrícola (R\$)	Renda diversa (R\$)	Transferências sociais (R\$)	Total (R\$)
Família 1	900		4.416	5.316
Família 2	300		2.400	2.700
Família 3	620		9.500	10.120
Família 4	40		9.500	9.540
Família 5			2.304	2.304
Família 6	320		1.200	1.520
Família 7	400		2.580	2.980
Família 8	200		9.500	9.700
Família 9	240			240
Família 10	400		9.500	9.900

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4.5.3 Assentamento de Reforma Agrária Folhal: Município de Presidente Juscelino/MA

O Assentamento Folhal é marcado por contradições, no que diz respeito à formação da renda. Estas contradições aparecem cotidianamente na relação, de manter ou esquecer a sua origem rural quilombola, ou se transformarem em agricultores familiares modernos.

Neste aspecto específico, notamos que a desarticulação social e a individualização das atividades produtivas, se manifestam muito fortemente, principalmente, por que os princípios de coesão social foram rompidos pela criação do assentamento.

As rendas não agrícolas correspondem a um significativo percentual da receita total, principalmente quando observado os dados percentuais acrescidos pelos programas de transferência de renda feitas, programa bolsa família e aposentadorias.

As trocas de diárias são cada vez menos frequentes, já existindo casos de vendas de dias trabalhados em roças dentro do próprio assentamento, principalmente para famílias que possuem membros empregados e aposentados rurais, configurando-se, como substituição das

atividades econômicas.

Este processo origina uma subcategoria social, dentre os assentados; aqueles assentados que compram a mão de obra de outros assentados para garantir a sua condição de assentados, perpetuando o processo de exclusão e diferenciação social pelo capital financeiro.

Nas atividades comuns, como as atividades comunitárias e atividades culturais, o processo de obtenção de renda está estagnado, as organizações promotoras da integração das famílias não tem mais a representatividade.

Em Folhal começa a surgir atividades econômicas ligadas a outros serviços como, por exemplo, a venda de produtos cosméticos e acessórios de beleza, neste estudo classificado como rendas diversas.

Tabela 7 – Venda de Força de Trabalho e Rendas não agrícolas obtidas por assentados de Reforma Agrária em Folhal, Presidente Juscelino/MA

Famílias	Venda da força de trabalho (R\$)	Renda diversa (R\$)	Transferências sociais (R\$)	Total (R\$)
Família 1			2.400	2.400
Família 2		300	11.912	12.212
Família 3			3.228	3.228
Família 4	8.678		2.220	10.898
Família 5	240		5.040	5.280
Família 6			3.872	3.872
Família 7			3.000	3.000
Família 8	160		3.720	3.880
Família 9	9.558		2.400	11.958
Família 10	400	300		700

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4.6 FORMAÇÃO DA RENDA FINAL

Para fins deste trabalho, consideramos renda final o somatório da renda da comercialização dos produtos, a renda dos produtos consumidos e a renda oriunda de atividades não agrícolas, para isso é considerada toda a discussão anterior a este capítulo.

Neste contexto, apresentamos esta leitura separada em recortes específicos por família e por último, uma leitura geral para entender como é formada a renda geral em cada contexto, considerando todas as especificidades encontradas durante a coleta de dados.

4.6.1 Renda Final em Área de Posseiros sem a Titulação da Terra

No primeiro recorte é observada uma considerável variação na renda das famílias pesquisadas, indo de R\$ 688,00 a R\$ 45.489,00 anuais, estando concentrada em uma faixa intermediária entre R\$ 20.000,00 e R\$ 30.000,00.

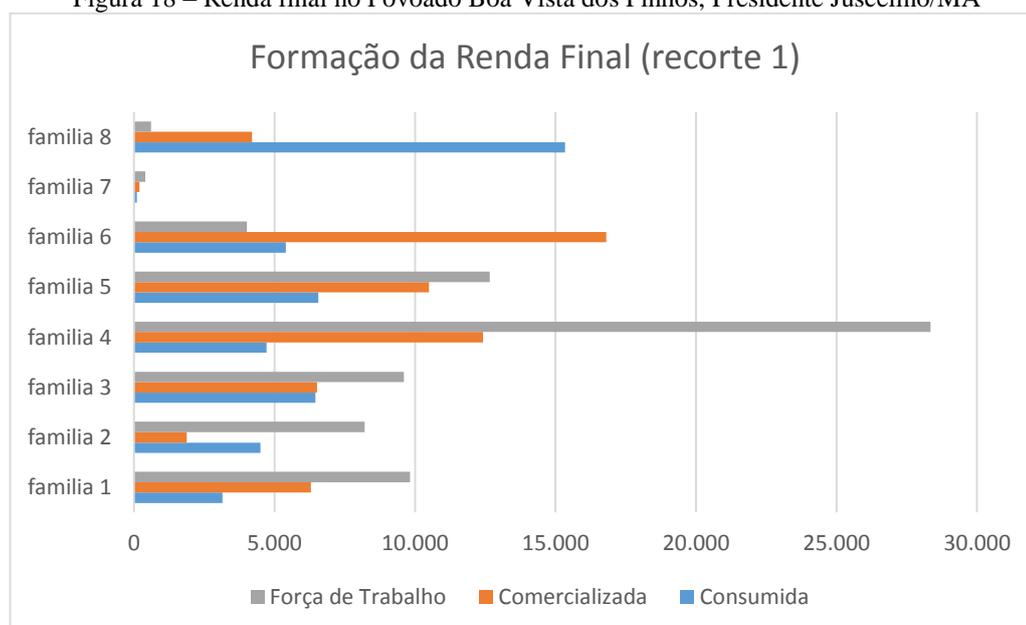
A maior parte da renda destas famílias advém das transferências sociais seguidas pela venda de produtos de origem agrícola, mais especificamente da farinha de mandioca, seguida pela renda de autoconsumo e por último a renda da venda da força de trabalho.

Tabela 8 – Renda final no povoado Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA

Famílias	Consumida (R\$)	Comercializada (R\$)	Força de Trabalho (R\$)	Total (R\$)
Família 1	3.150	6.300	9.822	19.272
Família 2	4.500	1.870	8.211	14.581
Família 3	6.457,70	6.510	9.600	22.567,70
Família 4	4.720	12.425	28.344	45.489
Família 5	6.562	10.500	12.664	29.726
Família 6	5.400	16.800	4.012	26.212
Família 7	96	192	400	688
Família 8	15.340	4.200	600	20.140

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 18 – Renda final no Povoado Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4.6.2 Renda Final Entre Famílias de Quilombolas, tendo a Área Reconhecida como Quilombo, mas não homologada a terra

No segundo recorte existe uma uniformidade bem maior na variação da renda final, de R\$ 10.830,00 a 24.260,00, ficando concentrada na faixa de R\$ 15.000,00, demonstrando uma pequena desigualdade.

A maior parte da renda produzida no Quilombo de Juçaral dos Pretos é destinada ao abastecimento das necessidades das famílias, seguida da renda originada da venda da força de trabalho e por último da renda obtida pela venda de produtos da agricultura e do beneficiamento da produção.

A maior renda é obtida junto à família, que mantém as atividades de venda de farinha muito ativas, não se restringindo apenas ao comércio do que é produzido mas, também desenvolvendo atividades de atravessador da produção agrícola.

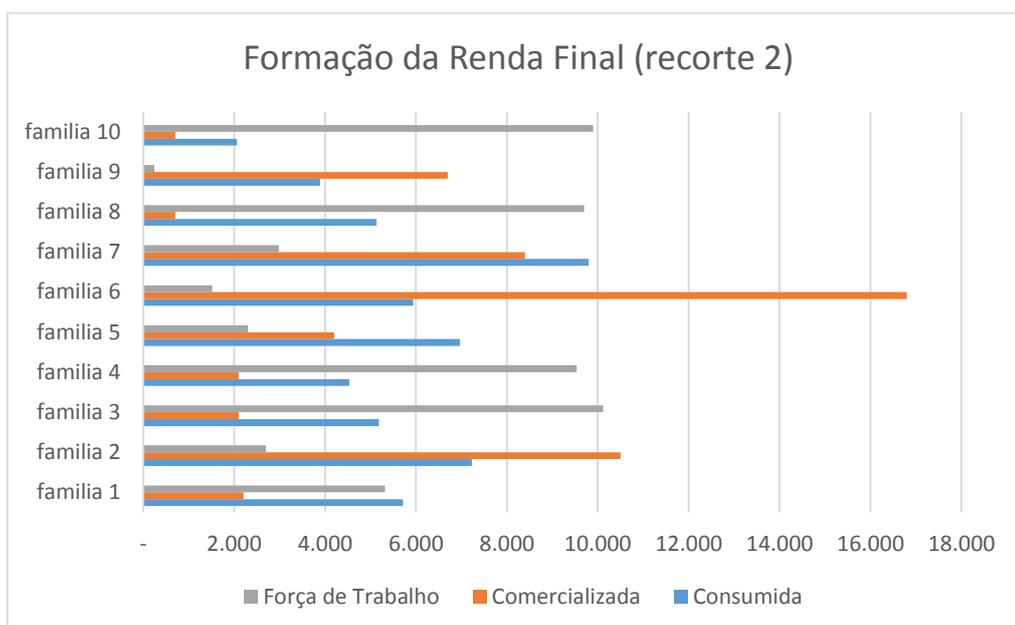
A menor renda também vem de famílias que desenvolvem atividades de comercialização de farinha, mas o diferencial está no fato de que não é observada a presença de atravessadores, neste caso, a farinha é comercializada na própria comunidade, para quem eventualmente tenha interesse em adquirir o produto, caracterizando um sistema incompleto e desorganizado do ponto de vista do desenvolvimento, pois não é estabelecido um fluxo constante de contato entre produtores e consumidores, visto aí a distância do local de produção para o local de maior demanda de consumo.

Tabela 9 – Renda final da comunidade de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA

Famílias	Consumida (R\$)	Comercializada (R\$)	Força de Trabalho (R\$)	Total (R\$)
Família 1	5.717,50	2.200	5.316	13.233,50
Família 2	7.230	10.500	2.700	20.430
Família 3	5.185	2.100	10.120	17.405
Família 4	4.530	2.100	9.540	16.170
Família 5	6.970	4.200	2.304	13.474
Família 6	5.940	16.800	1.520	24.260
Família 7	9.800	8.400	2.980	21.180
Família 8	5.135	700	9.700	15.535
Família 9	3.890	6.700	240	10.830
Família 10	2.060	700	9.900	12.660

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 19 – Renda final da comunidade de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA



4.6.3 Renda Final entre os assentados de Folhal, Presidente Juscelino/MA

No Assentamento Folhal, as atividades não agrícolas correspondem ao grande percentual da formação de renda final das famílias, seguida de atividades de autoconsumo e em terceiro lugar a renda é composta por produtos comercializados.

Observamos que a produção agrícola que gera receita é entendida como atividade secundária, desenvolvida em pequenas áreas e, muitas vezes, por meio da aquisição da força de trabalho das famílias que não possuem empregos ou aposentadorias.

As tradições e técnicas agrícolas deram espaço a outras práticas, que demandam pouca força de trabalho, fazendo com que diminua a importância destas atividades no cotidiano familiar.

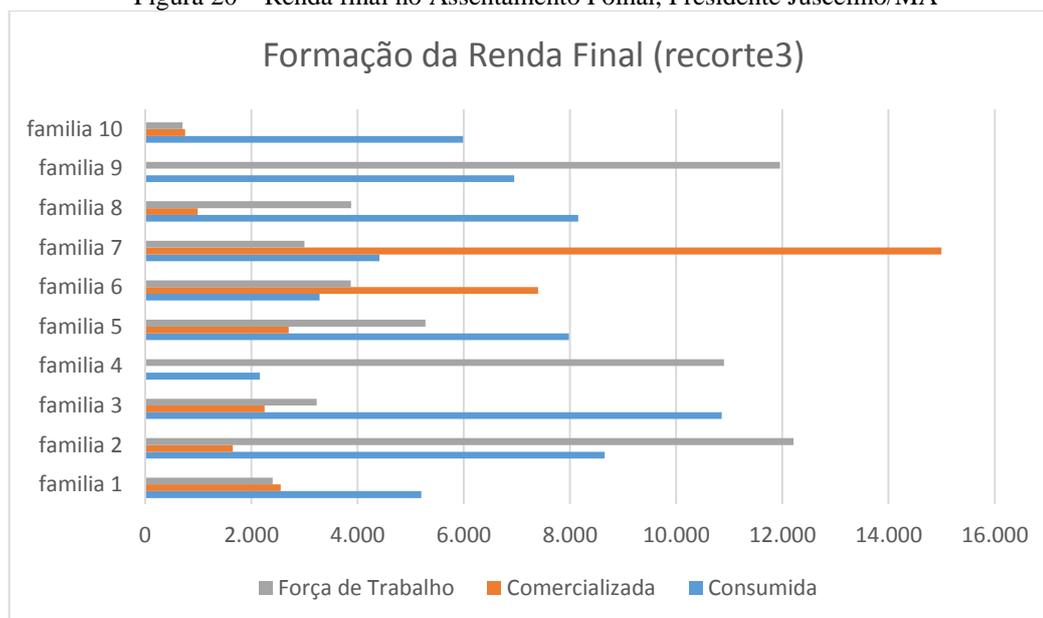
As principais atividades, que compõe a renda final, estão ligadas a empregos públicos e a aposentadorias rurais, atividades estas, desenvolvidas extra domínios físicos do assentamento.

Tabela 10 – Renda final no Assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA

Famílias	Consumida (R\$)	Comercializada (R\$)	Força de Trabalho (R\$)	Total (R\$)
Família 1	5.200	2.550	2.400	10.150
Família 2	8.650	1.650	12.212	22.512
Família 3	10.860	2.250	3.228	16.338
Família 4	2.160		10.898	13.058
Família 5	7.980	2.700	5.280	15.960
Família 6	3.285	7.400	3.872	14.557
Família 7	4.414	15.000	3.000	22.414
Família 8	8.156	986	3.880	13.022
Família 9	6.950		11.958	18.908
Família 10	5.985	750	700	7.435

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 20 – Renda final no Assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA



4.6.4 Comparação entre a Formação da Renda Final entre os Três Recortes Estudados

A representação gráfica a seguir, trata das rendas finais nos três recortes estudados. A partir destas análises, observa-se que existem profundas diferenças na conformação da renda dependendo da política de reordenamento agrário que foi implementada, ou seja, a terra como elemento principal no determinante das atividades econômicas.

A maior variação ocorre no recorte 1, representado por área onde ainda não foi

evidenciado um processo de reordenamento agrário. A falta de políticas públicas permite que regras próprias sejam criadas, fazendo com que, este processo desregulamentado, venha atender as aspirações de quem possui os meios de produção, ou seja, reprodução da lógica capitalista onde o principal veículo de desenvolvimento rural, é o dinheiro gerado pela produção de farinha.

Fica claro no recorte 1, que as famílias que optaram por processos de melhoria da qualidade dos produtos, como por exemplo, a produção de farinha de mandioca e o despulpamento elétrico da juçara, conseguiram melhores rendimentos financeiros, pois estes produtos possuem grande apelo de consumo pelos mercados consumidores.

Um fato que chama atenção é relativo as famílias que não possuem uma diversificação maior das atividades econômicas, o processo de geração de renda fica restrito exclusivamente as atividades agrícolas, formando baixos níveis de geração monetária.

Este fato é abordado com propriedade no recorte 2, pois, as atividades agrícolas são centrais no processo de geração de renda monetária pelas famílias de agricultores quilombolas.

Uma prática central no processo evidenciado no recorte 2, é que as práticas do extrativismo não estão vinculadas apenas as demandas externas, mas, sobretudo, as necessidades das famílias em manter a sua cultura alimentar.

Esta afirmativa pode ser validada quando são observadas espécies de frutos com menor interesse comercial, mas fundamentais na dieta dos quilombolas como a manga de foice e o caju, que são colhidos sazonalmente, em toda a área ocupada por estas famílias.

No recorte 2, ou seja, no quilombo de Juçaral dos Pretos existe uma pequena diferenciação no padrão da renda monetária, entre as famílias pesquisadas, fazendo com que as práticas sociais tenham capacidade de reprodução, visto que, as necessidades apresentadas pelas famílias de agricultores estão sendo atendidas pela economia desenvolvida internamente no quilombo.

Existem poucos excedentes agrícolas comercializados por falta de escala, e isto acarreta em uma pequena demanda produtiva. As maiores rendas mais são formadas dentro das famílias que possuem empregos ou aposentados.

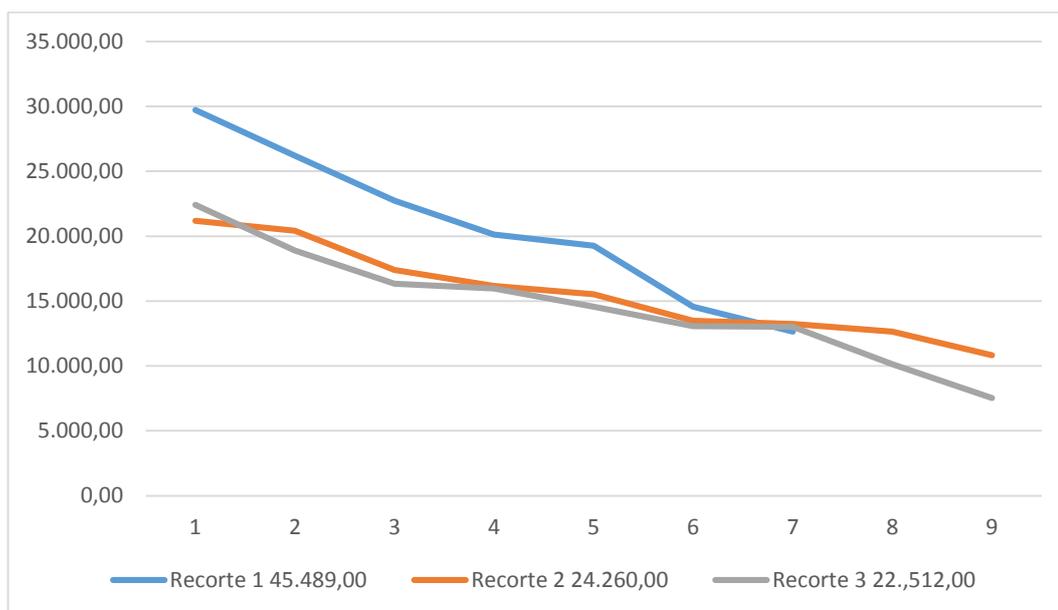
Dentre aqueles que praticam apenas agricultura como atividade econômica central, a renda é muito baixa, uma vez que, os produtos na maioria das vezes, não ganham status de mercadorias com valores monetários definidos.

Tabela 11 – Comparativo entre as receitas totais desenvolvidas nas três áreas da Pesquisa- todas localizadas no um município de Presidente Juscelino/MA

Recorte 1 (R\$)	Recorte 2 (R\$)	Recorte 3 (R\$)
4.489	24.260	22.512
29.726	21.180	22.414
26.212	20.430	18.908
22.726	17.405	16.338
20.140	16.170	15.960
19.272	15.535	14.557
14.581	13.476	13.058
12.660	13.233	13.022
	12.660	10.150
	10.830	7.535

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 21 – Comparativo das rendas finais entre os três recortes estudados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Ao analisarmos a figura acima, nota-se uma expressiva variação de renda no Recorte 1, principalmente por ser uma comunidade que já se relaciona com o mercado consumidor, utilizando processos tecnológicos modernos com potencial para aumentar a produtividade.

O importante é salientar que esta aproximação do mercado, se dá em função da insegurança jurídica dos posseiros de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA, no que diz respeito a posse e propriedade da terra.

Neste contexto percebe-se, uma tomada de decisão por parte das famílias, em acessar os mercados, configurando-se então como um fenômeno social, sendo este capaz de mudar as

rotinas produtivas desenvolvidas pelos posseiros.

Em Juçaral dos Pretos, comunidade quilombola localizada no município de Presidente Juscelino, existe uma geração de renda mais equitativa, havendo pouca diferença entre os estratos apresentados.

A presença, e conseqüente valorização dos recursos naturais, é muito mais forte principalmente, por estes fatores ambientais não possuírem papel de dinheiro dentro da economia local.

Outras funções econômicas emergem deste processo, aquelas observadas sem ter a necessidade de moeda, sendo estas, relações baseadas nos princípios da reciprocidade e compadrio.

O terceiro recorte, na nossa leitura, o mais complexo de todos, é relativo a desconstrução da realidade objetiva, um processo de reconstrução de uma nova identidade social, que foge dos preceitos historicamente construídos.

Processo observado quando os neo-assentados, abandonam o igarapé, como estratégia de fornecimento d'água, em detrimento ao uso de um açude que ainda não está construído, e que será responsável, segundo perspectivas, pelo abastecimento da água.

5 RENDA E TRADIÇÃO: UMA LEITURA EPISTEMOLÓGICA

Nas comunidades rurais, a relação entre produção agrícola, cultura e tradição das sociedades específicas, devem ser consideradas como elementos de caracterização social essencial ao desenvolvimento rural.

As formas de organização social, divisão do trabalho, padrão tecnológico, estruturação fundiária e estrutura econômica, possuem pouca relação com as forças externas (econômicas e de substituição de modelos autóctones) às unidades de produção familiar, assim sendo formatadas hipóteses de que as tradições construídas não dão mais conta de solucionar os problemas locais.

Estas caracterizadas, principalmente por sua conformação adaptada ao meio físico, e suas potencialidades e limitações ambientais, modeladoras das formas de vida, e utilização destes recursos evidenciados em uma capacidade produtiva, capaz de gerar condições de reestruturação ambiental do meio.

Este espaço físico, ao ser apropriado pelas sociedades em questão, é imediatamente transformado e desenvolvido técnicas e formas de utilização dos recursos, visando, principalmente, a satisfação das necessidades básicas como alimentação, vestuário, cultura e lazer.

Observa-se, que as questões referentes à moradia e educação, são colocadas em segundo plano, ganhando maior importância as questões referentes à produção e ao processo de geração de renda.

Desta forma, a relação entre ordenamento agrário, cultura e economia está presente no dia a dia das sociedades rurais, sendo associado ao conceito, de fato social, sejam elas tradicionais ou não.

Este conceito se refere a estes elementos por estarem presentes em todos os contextos vivenciados pelas comunidades rurais, em todos os aspectos do cotidiano, pois, a farinha, neste caso específico é a base da alimentação e da economia.

Este processo, atualmente em curso, sugere que, na maioria dos casos, que os padrões adotados culturalmente, venham a ser substituídos totalmente por processos que privilegiem funções outras às atividades econômicas, como por exemplo, aspectos meramente quantitativos.

Assim, restringindo todo o processo aos elementos de produção e produtividade destinados a inserção definitiva das sociedades em questão, no mercado consumidor comum,

havendo uma crescente necessidade em utilizar a terra e seus recursos.

Esta disputa, considerada cruel, é evidenciada cotidianamente no interior das sociedades rurais, pois o apelo ao consumo é uma realidade constante, e cada vez mais forte na realidade das famílias dos agricultores camponeses.

Desta maneira, é reconstruído o processo vivido historicamente, e que resultou nos indicadores de exclusão social observado nos países mais pobres, pois uma teoria que pode justificar tal fato é aquela que discute a expansão da fronteira do capital, e a necessidade de ampliação dos mercados consumidores locais.

Esta abordagem não considera em hipótese nenhuma, aquelas famílias que não dependem exclusivamente do meio físico e aquelas que não foram atendidas pelas políticas públicas adotadas, ou seja, o Estado ao implementar políticas de desenvolvimento rural não é capaz de observar as diferentes formas e necessidades de apelo apresentadas pelas sociedades.

Neste contexto, para evitar a reprodução desse modelo, existe a real necessidade de envolvimento direto das famílias de agricultores no processo de decisão, na formulação das políticas que irão ser adotadas nas comunidades tradicionais ou não, quebrando a lógica da representação de categorias específicas existentes no meio rural.

5.1 A TRADICIONALIDADE DA PRODUÇÃO OBSERVADA SOBRE A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Grande parte das atividades agrícolas tradicionais, praticadas nas regiões tropicais úmidas do planeta apresentam características comuns, recebendo a designação genérica de agricultura itinerante (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008) quer sejam indígenas, quilombolas ou outro grupo social específico, tendo como uma de suas principais características, a dependência do meio físico aos quais tais sociedades estão inseridas.

Para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, as sociedades tradicionais, abordam elementos ambientais representados pelo solo, pelas sementes, pelos frutos e legumes e pelos produtos que são originados da terra, sendo estes presentes na alimentação, religião, folguedos e outros momentos importantes na vida das comunidades camponesas.

Conklin (1961), citado por Pedroso Júnior, Murrieta e Adams, (2008), definiu a forma de produção de alimentos pelas comunidades tradicionais como sendo sistema agrícola contínuo, no qual clareiras são abertas para serem cultivadas por períodos mais curtos de tempo do que os destinados ao pousio. Por ser praticada em muitas áreas do globo e abrangem

uma série de técnicas. Outros termos são usados também para designá-la, como agricultura de coivara, de pousio ou de corte e queima.

Para que a atividade agrícola tradicional (essencial a sobrevivência das famílias de agricultores do município de Presidente Juscelino/MA) venha ser desenvolvida, são necessárias algumas condições que vão além da capacidade de trabalho, de domínio territorial e de disponibilização de capital monetário e infraestrutura produtiva, como por exemplo o nível de organização e articulação interna das sociedades camponesas.

E muitas dessas condições estão associadas a fatores estruturais, como relações sociais de parentesco e reciprocidade fundamentadas no princípio da confiança. Estas relações se referem a padrões tradicionais desenvolvidos e cultivados, com o objetivo real de formação de uma identidade local, responsável pela integridade cultural e fomentadoras do processo de organização local.

O ápice deste processo é observado nas festas, na religião e na forma em que as sociedades locais enfrentam seus problemas cotidianos, refletindo diretamente em práticas que remetem a ações colaborativas, sem, contudo, ter o objetivo explícito de geração de renda monetária. Nestas festas existe o envolvimento de todos da comunidade, onde cada pessoa assume uma função específica e o resultado final é compartilhado por todos.

Se formos observar, geralmente as festas comemorativas fazem referência à safra de grãos, os frutos, e também aos Santos de devoção dos agricultores que são cultuados com o objetivo de garantir uma boa colheita, fazer a chuva cair no período do plantio, permitir a realização de bons casamentos e muitos filhos e assim por diante, sempre observando os princípios e aproximação com a natureza, configurando uma relação muito forte entre ambiente, cultura, tradição e religiosidade, que é muito presente a vida dos agricultores.

Nesse contexto, as festas se configuram como eixo central do processo organizativo, uma vez, que todos os processos que as motivam estão relacionados à produção econômica e a geração de mão de trabalho para fomentar tais atividades. Assim festejos com grande mobilização social significa uma sociedade disposta a preservar seus hábitos culturais, enquanto festejos que não conseguem atrair a atenção da população local é sinal de profunda desestruturação social, fato observado claramente no contexto desta pesquisa. Um exemplo claro do que está sendo discutido são as festas que não acontecem mais no assentamento Folhal, fruto da desestruturação social e que cada vez estão mais presentes na realidade do quilombo de Juçaral dos Pretos.

5.2 FORMAS AUTÓCTONES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO PARA FINS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Durante a realização da pesquisa de campo foram identificados três principais momentos onde existe uma distribuição/divisão/troca de força de trabalho, na realização das atividades agrícolas. Estes fenômenos se apresentam na forma de troca de diárias para o desenvolvimento da atividade agrícola, trabalhos ambientais de limpeza e manutenção das áreas de produção, em momentos que existe uma maior necessidade de trabalho, recursos ambientais existentes na área onde estas populações habitam e no preparo e organização de ações para a realização de festas comemorativas.

5.2.1 A troca de diárias

A cooperação entre famílias de agricultores constitui uma prática onde são observados fenômenos pouco comuns em outras sociedades. Dentre estes fenômenos, a troca de dias de trabalho ou simplesmente troca de diárias, constitui no principal deles, estabelecendo como um relevante instrumento de unidade social, e preservação das práticas tradicionais.

A troca de diária constitui, em fornecer a mão de obra pessoal e de sua família, para outras famílias de agricultores, que naquele momento específico estejam necessitando de quantidades de trabalho adicional, além do disponível na unidade familiar de produção, pois, a estratégia de sobrevivência dos agricultores, é orientada por fatores alheios a sua capacidade de governança.

A necessidade de uma quantidade maior de mão de obra na unidade familiar de produção surge, principalmente, pelo curto o período do preparo da área de plantio das roças, geralmente, acontecendo depois das primeiras chuvas, o que possibilitará um bom desenvolvimento das plantas cultivadas.

Estas atividades dependem de fatores ambientais. Desta forma constitui em uma estratégia de sobrevivência, desenvolvida pelas famílias de agricultores, em consonância com as características locais.

Geralmente, nas comunidades pesquisadas, a troca de diárias ocorre no momento da broca (abertura da mata secundária) para a implantação do cultivo, na abertura do aceiro que se constitui em uma limpeza da vegetação da área de fronteira marginal, ao cultivo para impedir o avanço do fogo sobre a vegetação e entrada e outras roças e, por último na hora da

coivara, ou seja, a retirada de resto de raízes e galhos de arvores que não foram transformadas em cinza pelo fogo.

5.2.2 A organização das festas religiosos e festejos culturais

Outra modalidade de troca de diárias, frequente nas comunidades estudadas relaciona-se a troca, e até mesmo a doação, de diárias para a organização e realização de eventos culturais e religiosos, se configurando como um grande mutirão. Nestas ocasiões, existe também uma demanda muito grande de trabalho e só dessa forma (por meio da doação de diárias) é que estes momentos ocorrem.

A limpeza do terreiro, a reforma do barracão, a retirada do Mastro, a coleta de produtos alimentares (carnes cereais e frutas), a preparação e distribuição dos alimentos, a segurança, e posteriormente a limpeza do ambiente, após a realização da festa, são algumas atividades desenvolvidas pela comunidade com a finalidade de realização deste evento.

Dentro do contexto do estudo, observa-se que as festas e manifestações sociais, são de importância fundamental na manutenção da identidade das sociedades que as realizam, uma vez que, comemoram o fato de ser e de existir. Nestes momentos, é retratada a vida, a tradição e afirmados os meios de vida singular da sociedade proponente da festa, indicando a renovação do ciclo social desenvolvido. As principais festas são as festas religiosas muito comuns em Juçaral dos Pretos e Boa vista dos Pinhos e o tambor de Mina, tradição religiosa quilombola.

5.2.3 A limpeza e manutenção dos recursos naturais existentes

Este fenômeno remete a necessidade que as sociedades têm em preservar os mananciais, as jazidas naturais, as espécies endêmicas de importância econômica, dentre outras atividades.

Para a observação de tais elementos é necessário um importante trabalho para “dominar a natureza” e tornar a vida humana possível dentro de um contexto ambiental específico. Sendo assim, torna-se necessária a utilização da mão de obra de vizinhos e parentes, os quais respondem as necessidades apresentadas, com a certeza de que quando precisarem de mão de obra serão prontamente atendidos pelas famílias que receberam a “dádiva”.

Um exemplo específico do fato acima citado, é que alguns membros destas comunidades não praticam o extrativismo da juçara, mas cultivam mandioca para fazer farinha. Desta forma, a mão de obra dos agricultores de mandioca será utilizada na limpeza do juçaral, bem como a mão de obra do extrativista de juçara, será utilizada na capina da roça de mandioca.

A dádiva, fenômeno antropológico estudado por Mauss (1991), corresponde a um contrato, ao direito tácito de receber no momento necessário aquele trabalho “doador” para outros agricultores ou grupo de agricultores, que possuem necessidades similares e culturas muito próximas, fazendo com que haja um complemento entre os produtos trocados.

Para Mauss (1991), as dádivas estão presentes em muitas sociedades, principalmente as rurais e possuem claramente o objetivo de troca de “presentes”, em teoria voluntária, na verdade, obrigatoriamente dados e retribuídos, sendo assim um importante elemento de coesão social e mantenedor das formas tradicionais de vida destas sociedades.

Do ponto de vista da economia, Mauss (1991) observa que a dádiva é fundamental para a realização de tarefas maiores, que não poderiam ser desenvolvidas por apenas uma família de agricultor, pois a mão de obra disponível na unidade familiar não seria suficiente.

Para Mauss (1991), do ponto de vista da produção agrícola, a dádiva pode ser considerada um presente mesmo diante da obrigação de devolução, pois desse presente depende a sobrevivência do grupo doméstico.

Esta prática também pode ser observada em outros momentos nas comunidades rurais de Presidente Juscelino, por exemplo, no capítulo anterior foi quantificada a proporção dos produtos extrativos na renda das famílias pesquisadas, e o resultado foi bastante significativo. Diante deste quadro, verificou-se uma relação de grande envolvimento das sociedades pesquisadas, em práticas de limpeza dos igarapés e fontes onde nascem as juçareiras, e dos locais de produção de manga e caju.

A aproximação das famílias de camponeses junto aos mercados formais pode contribuir para certa perda da identidade cultural, enfraquecendo também a relação com meio ambiente. Assim, aparece a real necessidade de estratégias de mercados próprios para estes produtores, tendo como principal característica a diferenciação dos produtos oriundos de comunidades tradicionais juntos aqueles produzidos de forma comercial.

Mas, por outro lado estas relações socioambientais também podem ser fortalecidas, uma vez que, os produtos apresentados aos mercados carreguem consigo as características culturais próprias das comunidades de origem dos mesmos. Fato observado nesta pesquisa.

Mauss (2001) observa essa contradição e coloca a necessidade de considerar o fato de que se os produtos produzidos nas unidades familiares são fruto de um sistema social autóctone. Estes possuem características peculiares daquela sociedade, muitas vezes, não se traduzindo em demanda de consumo, como consequência direta da produção de excedentes, que posteriormente serão destinados aos mercados, podendo não ser absorvidos pelo processo de consumo, havendo uma diferença latente entre produtos comerciais e produtos de identidade.

Desta distinção podemos derivar a diferenciação entre produto e mercadorias. As mercadorias são produzidas com a finalidade de satisfazer as necessidades alimentares e econômicas, com a comercialização do excedente gerando renda monetária. As mercadorias, de acordo com o contexto onde estão inseridas, promovem mais do que a soberania alimentar, uma vez que são utilizadas para manter a unidade social, preservar aspectos de identidade e as tradições que são responsáveis pela cultura.

As mercadorias são concebidas com a finalidade de satisfação de quem a produz, embora possuam um grande potencial para serem utilizados como produto. Este fato é evidenciado em alguns produtos específicos como queijo de minas e a própria farinha mandioca produzida em Boa Vista dos Pinhos, a cultura das festas de Juçaral dos Pretos, dentre outros.

Neste contexto, Kopytoff (2008) considera que além dos aspectos sociais, surge a diferença entre produtos e mercadorias por seu valor econômico. O autor afirma que o atributo de produto ou mercadoria é dado localmente, por quem produz, observando principalmente a importância dele para aquela sociedade e satisfação de suas necessidades mais urgentes. Mesmo assim, não assumindo os valores de mercado, possuindo um custo de comercialização mais elevado.

Figura 22 – Agricultores do Quilombo Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA, em momento de planejamento das atividades para o ano agrícola 2016/2017



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 23 – Família quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino, MA, evidenciando a divisão de tarefas dentro da unidade de produção e troca de diárias



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

5.3 PRODUTOS DE IDENTIDADE: VALOR E PRODUÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO MEIO RURAL

Mauss (2001) observa que manter a produção com características identitárias, próprias de cada sociedade rural específica, é um direito dos grupamentos rurais, cabendo a eles decidir de que forma irão conceber seus produtos. Com relação à técnica de produção utilizada no processo produtivo, também é uma decisão de cada grupamento social específico,

mas, na maioria das vezes, esse direito é usado pelos amantes das reformas tecnológicas, como argumento para uma classificação preconceituosa destas comunidades rurais tradicionais.

Neste contexto, o termo tradicional é confundido com termo ineficiente, ou mesmo atrasado. Esquecer os métodos tradicionais, substituindo por formas que garantam a geração de escala produtiva para serem encaminhadas aos mercados, seria a única forma, daquelas sociedades rurais alçarem algum nível de “desenvolvimento” econômico, desconstruindo a estrutura social existente secularmente, com a finalidade de ampliação da oferta de alimentos iguais aos alimentos produzidos comercialmente.

Gehlen (2004) observa que a competitividade e profissionalização dos agricultores tradicionais não superam as desigualdades sociais no meio rural, muito pelo contrário, o autor afirma que atrelar a produção agrícola apenas a demanda dos mercados, é potencializar alguns responsáveis pelo aumento da vulnerabilidade destes segmentos sociais.

Quebrar os vínculos sociais baseados na cultura da reciprocidade, é fazer com que aumente as chances de fracasso econômico e, conseqüentemente, eleve as possibilidades de abandono da atividade agrícola; fato que potencializa a saída destas famílias para outros contextos distintos do agrícola ou até mesmo rural.

A discussão dos meios de vida sustentáveis (ELLIS, 1998, 2000) traz argumentos substanciais, que fortalecem as estratégias orientadas a preservação dos agricultores tradicionais. A aproximação aos mercados (formais, institucionais e ou alternativos) é fundamental, mas, esta aproximação deve ser minuciosamente planejada, para que não haja prejuízo às organizações sociais, e as formas autóctones de produção desenvolvidas pelas sociedades rurais.

Perondi e Schneider (2012) abordam que os modelos exógenos, interferem na dinâmica interna das sociedades rurais, com o objetivo de substituição das formas e modos de produção, que caracterizam os meios de vida e não possuem capacidade de gerar desenvolvimento.

Após meio século de intervenções no meio rural, com o foco no desenvolvimento, estudiosos e formuladores de políticas chegaram a um quase consenso em torno da ideia de que a promoção de mudanças sociais e econômicas constitui-se um desafio que requer muito mais do que substituir ou ofertar novos fatores de produção, seguindo um conjunto de recomendações que haviam sido experimentadas pelas nações que se julgavam em estágio mais avançado de desenvolvimento. Em alguns casos, esse ideário preconizava a existência de

um processo em que o ponto de chegada ao estágio mais avançado requereria a passagem por determinadas etapas ou fases, como se houvesse uma espécie de roteiro geral e invariável a ser seguido e trilhado pelos retardatários. A consequência política dessa concepção de desenvolvimento materializava-se em propostas de intervenção e de planejamento em que coube ao Estado e às organizações multilaterais elaborar ações e induzi-las de forma exógena em regiões ou países “subdesenvolvidos”. (PERONDI; SCHNEIDER, 2012). Embora recente, a abordagem dos meios de vida sustentáveis, vem sendo frequentemente utilizadas por instituições internacionais de desenvolvimento rural.

Reciprocidade é uma dádiva, é um ato de construção social, não havendo a real necessidade de devolução, por mais que seja esperada, já o entendimento do intercâmbio é um processo de troca, onde existe a mútua devolução da dádiva, com a preocupação de satisfazer uma necessidade imediata.

Na intenção de entender o processo vivido pelas populações tradicionais, de sobreviverem às pressões políticas e sociais, falta ainda nesta discussão, outras funções do processo de reciprocidade como as de devolver e receber as doações.

Em uma perspectiva muito próxima a esta discussão, Sabourin (2009) aborda aspectos relacionados a reciprocidade no meio rural, onde fundamenta a sua argumentação por meio da adoção de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, e como estas são recebidas e influenciam (positivamente ou não) nas realidades específicas das sociedades tradicionais.

Para Sabourin (2009), as capacidades e os projetos dos indivíduos, das suas sociedades e organizações podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e ao mesmo tempo, complementares: por um lado a produção de valores materiais destinadas ao intercâmbio para o lucro individual e, por outro, a geração de valores éticos associados à produção de valores materiais de uso, destinados ao consumo, a redistribuição ou a reciprocidade generalizada, como é o caso dos mercados tradicionais estudados por Polanyi.

Nesta lógica, do ponto de vista quantitativo, no contexto específico desta pesquisa, existem alguns produtos que possuem uma escala maior de produção, que podem estar relacionados ao fato de que têm a dupla função de produto para a geração de valores éticos e de mercadoria para atender as demandas dos mercados consumidores.

Um exemplo disso é encontrado no referencial empírico desta pesquisa, pois, a farinha e a juçara são produzidos para atender as necessidades das famílias, incluindo o fortalecimento das relações sociais internas, por meio de práticas de reciprocidade e também atender uma forte demanda do mercado consumidor.

Neste estudo nota-se o fato, de que quanto maior for a prática da reciprocidade e a preservação dos valores culturais, menor será a suscetibilidade das sociedades rurais, a invasão de novas técnicas e formas diferenciadas de utilização do meio natural. Fato notado ao observarmos os dados do quilombo de Juçaral dos Pretos em contraposição ao assentamento Folhal.

O principal produto gerado neste contexto é a farinha de mandioca pois, as comunidades rurais de Presidente Juscelino, ao perceberem a sua importância no contexto econômico e cultural, elegeram a farinha como o símbolo de troca e reciprocidade. É através da produção da farinha que estes valores são construídos e constituídos, e por meio dela é mantida (ou não) a unidade social e os valores culturais.

Outro produto que apresenta importância fundamental para as sociedades pesquisadas é a juçara, pois, observando o contexto ambiental e o ecossistema onde é coletado, este produto configura a síntese das práticas de preservação do meio ambiente.

Dessa forma, as sociedades rurais utilizam a juçara como instrumento de coesão e preservação de hábitos e cultura local, e fortalecimento da relação construída entre homem e natureza.

Ao mesmo tempo em que estes dois produtos são importantes para a preservação da cultura e conseqüente manutenção da identidade, por meio das práticas de reciprocidade, existe um apelo muito forte por parte dos mercados para que este produto seja disponibilizado para a venda. Este fato instiga a reação das comunidades locais a se manifestarem sobre o destino final dos excedentes produtivos, constituindo como principal eixo da análise, assim vinculando, como instrumento de divisão de opiniões internas, sobre aumentar a produção para atender ao mercado e abrir mão de instrumentos característicos de seus meios de vida peculiares.

Esta discussão está presente no cotidiano das comunidades rurais pesquisadas, pois o fato de gerar renda pela produção é algo perseguido por significativa parcela das sociedades camponesas, mas também é elemento de preocupação de outros membros das mesmas comunidades, pois aumento de produção implica em adoção de mecanismos diferenciados de produção ou simplesmente transferência tecnológica.

O ponto de partida é a renda, para a literatura é subdividida em renda de autoconsumo e renda monetária, mas, diante dos argumentos apresentados acima é possível identificar um outro elemento que é fundamental para o desenvolvimento rural: a renda destinada a coesão social, interpretada como fomentadora da unidade e cultura.

Esta renda é evidenciada no momento em que a força de trabalho é utilizada de forma coletiva, para fins comuns como as atividades de limpeza de brejos e igarapés, local também onde a mandioca é depositada para fermentar, para posteriormente ser transformada em farinha. Ocorre uma fusão das dimensões social e ambiental no mesmo contexto, estratégia desenvolvida localmente pelas sociedades de Boa Vista dos Pinhos e Juçaral dos Pretos, não sendo observada na comunidade de Folhal, em função principalmente, do esfacelamento total da relação homem natureza, em razão da inserção drástica do capitalismo no momento em que projetos produtivos modernizantes são instaurados.

Este processo é observado quando existe a substituição total dos sistemas de produção tradicionais em função de sistemas simples com capacidade imediata de dar respostas econômicas.

Este entendimento é partilhado pelos camponeses entrevistados, os quais afirmam que “sem o brejo nenhum deles poderia sobreviver”, pois, para os camponeses entrevistados nele brota a vida e a vida é sustentada pela juçara com farinha, e por isso, todos que ali moram devem respeitar e trabalhar para manter o brejo vivo.

Esta opinião não é partilhada pelos “assentados” de Folhal, embora pertencentes à mesma gleba de terra de Juçaral dos Pretos. As famílias de Folhal possuem opinião contrária no sentido da sobrevivência, pois acreditam que o que vai sustenta-los são empregos formais e financiamentos públicos, que promovem o milagre tecnológico proporcionado pelo campo agrícola mecanizado, que vem sendo implantado no assentamento com recursos do PRONAF.

Esta realidade surge em substituição às atividades agrícolas, que cada vez, tem menos importância no cotidiano das famílias assentadas em Folhal, uma vez que, a natureza viva, fonte de recursos para a sobrevivência das sociedades rurais, agora é vista apenas como um quadro no passado.

Na realização de festas e manifestações religiosas também há a doação de diárias da comunidade, pois nestes eventos, por meio da participação da ampla maioria dos membros das sociedades locais. O planejamento das atividades futuras e o destino das sociedades são discutidos e traçada uma linha de desenvolvimento, visto que é um momento de reunião social e que oportuniza reflexões sobre o cotidiano comum a todos os presentes.

Este evento deve ser contabilizado como renda, do ponto de vista da economia, pois se trata de um tempo onde outras atividades poderiam ser desenvolvidas e gerarem renda, mas, é utilizado com fins de gerar condições para que a festa aconteça.

Este complexo desenrolar de diferentes atividades foi descrito e estudado por Mauss

(1924), onde, observa-se uma das contribuições centrais de Mauss para a Sociologia demonstrando, que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social. Mauss chegou a esta compreensão a partir da análise das modalidades de trocas nas “sociedades arcaicas”, e da verificação do fato de que essas modalidades não são apenas coisas do passado. Entendeu que a lógica mercantil moderna não substitui as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos, e constatou que tais formas continuam presentes nas sociedades modernas. Semelhantes modalidades de trocas aparecem, para ele, como um fato social que se revela a partir de duas compreensões do total: totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais. Totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos, pelos membros das comunidades, não é apenas material, mas também e, sobretudo simbólica.

Desta maneira, o hábito de tomar juçara com farinha pode ser considerado fato social total (MAUSS, 1924), pois conceitualmente significa dizer, que todas as etapas da vida cotidiana destas sociedades passam pelo hábito/cultura de tomar juçara com farinha, representando o dia-a-dia, a saída pro mato, a lida na roça, a relação com o meio físico, a dependência absoluta dos recursos naturais, as relações sociais que são construídas, ou seja, a vida vista linearmente pelas comunidades rurais de Presidente Juscelino/MA. Fatores que não são abordados e respeitados pelas políticas de desenvolvimento rural, implementadas no Assentamento Folhal por meio dos projetos produtivos.

Esta estratégia, implementada no Assentamento Folhal, foi utilizada como elemento indutor do processo de desenvolvimento, mas, de forma alguma respeitou qualquer prática cotidiana destas famílias, pois, o que foi implementado foi um pacote fechado de técnicas genéricas. Este processo foi evidenciado no Brasil da década de 40, onde o Sul e Sudeste passaram pelo processo de modernização, descrito por Graziano da Silva como “modernização dolorosa”, cujas consequências são notadas em profundos desequilíbrios ambientais, e uma profunda segregação e desrespeito as práticas tradicionais das sociedades rurais de então.

Figura 24 – Projeto produtivo mecanizado financiado com recurso do PRONAF no Assentamento Folhal



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Segundo relatos dos agricultores, os técnicos que são responsáveis pela instalação do projeto produtivo financiado com recursos do PRONAF, designaram a madeira extraída da área para ser vendida, e com isso, pagar a primeira parcela do financiamento agrícola a que foram submetidos.

Dessa forma, é observado que os princípios fundantes das teorias sobre desenvolvimento, não foram observados, pois, possivelmente, a atividade econômica não dará suporte ao pagamento das parcelas do financiamento agrícola. Desse modo, os agricultores que se submeterem a venda de madeira, da área desmatada para realizar o pagamento das parcelas do crédito rural, destinado ao fortalecimento das atividades familiares.

Observa-se, que surgiu uma nova lógica econômica, baseada na quebra das relações historicamente construídas, entre as sociedades rurais e a natureza viva, principal causa da incredulidade com relação a uma proposta de desenvolvimento mais harmônica.

Figura 25 – Madeira extraída do local onde foi aberta a área para a instalação do campo agrícola mecanizado



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

5.4 GERAÇÃO DE RENDA POR MEIO DO TRABALHO NÃO AGRÍCOLA

Outro contexto se apresenta, quando observamos as atividades desenvolvidas pelos camponeses com relação a utilização do trabalho para geração de renda. Dentro das especificidades de cada contexto, é apresentada uma realidade diferente, as quais apresentaremos a seguir.

Em Boa Vista dos Pinhos, dentre as famílias pesquisadas, as atividades não agrícolas ainda são pouco desenvolvidas, restringindo-se a apenas uma família que possui assalariamento e outra que vende a força de trabalho, fora da unidade familiar de produção.

De acordo com os dados levantados, as atividades culturais que possuem impacto na geração de renda, estão presentes na realidade da metade das famílias, dado significativo para a análise.

Durante as festa de santo no quilombo de Juçaral dos Pretos, além dos aspectos de organização e fortalecimento da identidade cultural, também existe um potencial muito grande de geração de renda por meio de produtos e até serviços prestados, configurando, dessa forma, como alternativa para estas sociedades, além de demonstrarem, para outras sociedades, aspectos relacionados ao seu meio de vida.

Os empregos formais ainda não fazem parte das demandas apresentadas pelos agricultores de Boa Vista dos Pinhos, durante a realização da pesquisa foi encontrado apenas uma funcionária pública que exerce a função de professora na comunidade (Tabela 12).

Na Tabela 12, serão abordados temas referentes a distintas formas de obtenção de renda diferentes das tradicionalmente estudadas, pelas pesquisas econômicas. Neste sentido, um contexto econômico diferenciado é formatado, fazendo surgir uma nova leitura.

Os agricultores de Boa Vista dos Pinhos, apesar de posseiros, não têm a sua renda baseada na venda da mão de obra por meio de diárias e empreitas, pois desenvolvem atividades econômicas baseada na produção de farinha, que é o carro chefe de sua produção (Tabela 12).

A limpeza das fontes de água do Juçaral e a conservação das áreas de reservas florestais também são responsabilidade dos agricultores. Para estas atividades são investidas montas significativas de mão de obra (Tabela 12).

Para a realização da festa, também existe o envolvimento da população, pois alguns doam diárias para a efetivação do processo, e conseguem com isso assumir postos capazes de gerar subsídios econômicos, como vendedores autônomos de mercadorias diversas, e/ou

postos de trabalho como seguranças, serventes e ligados a limpeza do evento, caracterizado como postos de trabalho, gerados por atividades culturais (Tabela 12).

Na Tabela 12, apresentam-se duas novas formas de obtenção de renda: as atividades comunitárias e as atividades culturais.

As atividades comunitárias possuem um grande potencial para a geração de renda coletiva, pois são responsáveis por viabilizar serviços fundamentais para o desenvolvimento de atividades econômicas. Um exemplo disso é a limpeza do Igarapé, onde é colocada a juçara para fermentar (pubar).

As atividades culturais, também são responsáveis por gerar serviços com potencial econômico como festejos religiosos, torneios de futebol e visitas a outras comunidades. Estes eventos permitem o surgimento de pequenos negócios que permitem a geração de renda.

Tabela 12 – Venda da força de trabalho e rendas não agrícolas no Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA

Família	Emprego (R\$)	Diarista (R\$)	Empreitadas (R\$)	Atividades comunitárias (R\$)	Atividades culturais (R\$)	Total (R\$)
Família 1				256		256
Família 2						
Família 3		400		400		800
Família 4	18.000			600	360	18.960
Família 5					280	280
Família 6					360	360
Família 7						
Família 8					400	400

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em Juçaral dos Pretos, as atividades não agrícolas de geração de renda, estão restritas a venda da força de trabalho, por meio de diárias para algumas fazendas da região, onde, nestes momentos específicos, a forma de manejar o solo expressa a identidade quilombola.

Assim, existe uma valorização da mão de obra originária do quilombo de Juçaral, pois, segundo eles, o rendimento final do trabalho é significativamente maior.

A questão das festas e manifestações religiosas, estão muito presentes na realidade da sociedade de Juçaral dos Pretos, pois, nesta localidade existem três festas religiosas durante o ano, e estas possuem influência em toda a região, trazendo pessoas de outras localidades do município necessitando de uma grande quantidade de trabalho adicional, para garantir a sua realização, desta forma manifestando seu potencial de geração de renda.

Diante do exposto, as festas que expressam a preservação da cultura local, são responsáveis por importante percentual da renda gerada por esta sociedade. Neste contexto

exatamente a metade das famílias pesquisadas, geram renda a partir das atividades ligadas a festas tradicionais (Tabela 13).

As atividades comunitárias estão associadas a limpeza conservação dos recursos naturais e também a produção das festas, por isso que 70% das famílias pesquisadas desenvolvem atividades relacionadas a estas atividades específicas (Tabela 13).

Tabela 13 – Venda da força de trabalho e rendas não agrícolas na Comunidade Quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA

Família	Emprego (R\$)	Diarista (R\$)	Empreitadas (R\$)	Atividades comunitárias (R\$)	Atividades culturais (R\$)	Total (R\$)
Família 1		900				900
Família 2		300				300
Família 3		180		320	120	620
Família 4				40		40
Família 5						
Família 6				200	120	320
Família 7				200	200	400
Família 8				200		200
Família 9		900	560	120	120	240
Família 10				200	200	400

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

5.5 AS MUDANÇAS NO AMBIENTE FÍSICO E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE GERAÇÃO DE RENDA

As mudanças observadas, não foram apenas nas relações sociais, como dito anteriormente. A rapidez das mudanças, também alterou a forma como os assentados de Folhal observam a necessidade de preservar os recursos hídricos, uma vez que o brejo não possuía a mesma importância de antes na vida destas pessoas.

Figura 26 – Reservatório Construído para armazenar água para o consumo das famílias no assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O processo de observação participante revela que em Juçaral dos Pretos a relação com os recursos naturais é mais harmônica, pois a sociedade local conhece a dimensão da importância do meio físico para a sua sobrevivência; principalmente observando seu nível de dependência, sendo que no brejo as roupas são lavadas, os animais são banhados, a higiene pessoal das famílias é realizada, constituindo em um local onde se manifesta a tradicionalidade da referida sociedade.

A ida ao brejo é realizada diariamente pelas famílias de quilombolas de Juçaral, e durante este evento é observada também, a necessidade de limpeza e conservação do mesmo, tarefa que é dividida e executada por todos os membros desta sociedade.

Especificamente, observando o aspecto econômico, a renda depende da preservação do brejo, pois, nele é realizada a fermentação da mandioca para ser transformada em farinha, a base da economia local, e este recurso natural, constitui em um elemento fundamental para a preservação do meio de vida destas famílias, o qual não interessa ser abandonado e sim preservado e repassado as gerações futuras. (Figura 27)

Figura 27 – Igarapé existente na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos responsável pelas necessidades básicas das famílias



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em Boa Vista dos Pinhós, esta relação com o meio físico, também é muito forte, pois, a atividade de extrativismo da juçara é um dos pilares da economia local junto com a farinha que é fermentada no Igarapé, existindo investimento de mão de obra coletiva em sua preservação.

Esta comunidade encara a questão ambiental como fundamental, pois dela depende diretamente sua economia, não se referenciando pelo aspecto cultural. O aspecto romântico foi abandonado, sendo substituído pela oportunidade oferecida pelos mercados em adquirir farinha de mandioca e juçara das comunidades de agricultores de Presidente Juscelino.

O acesso a programas sociais do Governo Federal pode ser visto como positivo, pois, satisfaz necessidades de acesso a alguns bens de consumo, e a pressão sobre os recursos naturais diminui sensivelmente.

5.6 FORMAÇÃO DA RENDA NÃO AGRÍCOLA

O Processo de geração de renda nas sociedades rurais geralmente é entendido pela venda e pelo consumo da produção de alimentos e ou de produtos primários não alimentares.

Em se tratado de pequena produção, a partir das discussões feitas pelos movimentos sociais, especificamente aqueles ligados a questão da segurança alimentar o papel do campesinato no processo de produção capitalista assume um novo significado, o de produção de alimentos.

A produção industrial não precisa mais de excesso de mão-de-obra ociosa que estava no campo e, mas, necessita de alimentos que são produzidos por estes agricultores e por sua

família que geralmente possuem boa qualidade e satisfazem as necessidades alimentares dos das cidades, em outras palavras a discussão fundante da teoria marxista passa agora a ter um novo significado epistemológico.

Dessa forma existe também a necessidade de manter vivos os meios de vida e as tradições das sociedades rurais para que estas não venham a se deteriorar.

O que está sendo discutido é algo muito novo, do ponto de vista acadêmico e teórico também, pois, as formas de vida, as tradições culturais e as condições ambientais são fundamentais no processo de geração de renda e para a formação de renda propriamente dita.

A renda das sociedades rurais não é mais unicamente obtida pela produção e venda dos alimentos das roças, mas dos tambores dos quilombos, das tradições católicas e sincréticas que possuem um potencial muito grande de geração de renda, constituindo-se em algo que as famílias de camponeses já perceberam e foi observado neste trabalho portanto.

5.6.1 Transferências Sociais

As transferências sociais se constituem hoje em um elemento significativo, na elevação da renda das sociedades rurais. Um ponto observado é como esta renda interfere na manutenção dos aspectos culturais e fortalecimento da relação com o território, e seus recursos naturais.

Na Comunidade Boa Vista dos Pinhos 40% das famílias, recebem subvenções econômicas dos programas de transferência de renda, e este fato diferencia significativamente, constituindo em um elemento principal da renda destas famílias.

A renda total anual das famílias desta comunidade é de 178.676,00, perfazendo uma média per capita de 22.334,50 por família. Observando apenas as famílias que recebem benefícios sociais essa média se eleva 27.056,00. Se excluirmos as famílias que não recebem bolsa família, essa renda decresce para 3.200,00, ou seja, a renda obtida por meio de programas sociais é consideravelmente relevante.

Neste contexto do estudo, nota-se a presença de duas famílias que possuem renda muito baixa, estatisticamente, considerado um viés, mas refletem a realidade vivida pelas famílias de Boa Vista dos Pinhos. Cabe considerar que estas famílias, possuem fortes fontes de preservação da identidade cultural, o que não significa que as mesmas sejam portadoras de condições de pobreza extrema.

Este fato demonstra o isolamento social e a falta de políticas eficientes de

desenvolvimento rural voltada para a produção, beneficiamento e comercialização da produção. O Estado não compreende a produção e comercialização agrícola como capazes de gerar renda e desenvolvimento.

Assim, os investimentos em pesquisa, e extensão rural são desnecessários, sendo privilegiada por políticas de transferência de renda e de substituição tecnológicas e de produtos.

A identidade cultural, indiscutivelmente, neste sentido é um elemento de fortalecimento do desenvolvimento. No contexto de transferência de renda, fortalece o processo, uma vez que, dá acesso as famílias de agricultores aos meios de produção necessários ao desenvolvimento.

Tabela 14 – Benefícios e transferências sociais pagos pelo Governo Federal aos agricultores da comunidade de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA

	Aposentadoria (R\$)	Bolsa Família (R\$)	Cesta Básica (R\$)	Seguro Defesa (R\$)	Outras (R\$)	Total (R\$)
Família 1		1.352		3.128		4.480
Família 2		5.136				5.136
Família 3						
Família 4				9.384	Pensão	9.384
Família 5	18.768			9.384	Pensão	9.384
Família 6		3.552				3.552
Família 7						
Família 8						

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em Juçaral dos Pretos, os programas sociais também contribuem fortemente na formação da renda final, sendo responsáveis por mais de um terço do total da receita das famílias de quilombolas, mas não interferem no processo de alteração da estrutura social e cultural, fato que merece uma leitura própria e profunda desta realidade.

Na maioria das famílias pesquisadas, esse incremento na renda serviu para melhorar algumas infraestruturas necessárias para condição de vida. Observou-se alteração na estrutura das moradias, deixando de ser de taipa e reconstruídas com alvenaria.

Outro fato que chama a atenção é o fortalecimento e maior participação das comunidades nas festas e movimentos religiosos. Verificou-se um aumento na frequência dos membros da sociedade de Juçaral dos Pretos. Possivelmente, este fato pode ser entendido, como uma apreensão dos quilombolas de que estas festas possuem um potencial com relação a geração de renda.

No assentamento Folhal, os programas sociais assumem uma conotação completamente diferente, por estarem as Famílias de agricultores desta área, vivendo um

processo de desconstrução da identidade cultural.

Tabela 15 – Benefícios e transferências sociais pagos pelo governo Federal aos quilombolas de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA

Famílias	Aposentadoria (R\$)	Bolsa família (R\$)	Cesta básica (R\$)	Outras (R\$)	Total (R\$)
Família 1		4.416			4.416
Família 2		2.400			2.400
Família 3	9.500				9.500
Família 4	9.500				9.500
Família 5		2.304			2.304
Família 6		1.200			1.200
Família 7		2.580			2.580
Família 8	9.500				9.500
Família 9					
Família 10	9.500				9.500

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os dados da Tabela 14 demonstram que 90% das famílias pesquisadas, acessam os programas sociais do governo e tem neles a maior parte de sua renda monetária. A agricultura não tem muita importância, existindo também um novo fenômeno se estruturando. Este fenômeno se refere aos empregos formais que começam a surgir nesta sociedade (Tabela 15).

Este fato é observado mais intensamente no assentamento Folhal, onde a relação homem/natureza está completamente fragilizada, seguida pela comunidade de Boa Vista dos Pinhos e pouco frequente no Quilombo de Juçaral dos Pretos.

Dessa forma, hoje, baseando-se no enfraquecimento da produção agrícola e da relação homem natureza o elemento decisivo e mais importante do ponto de vista quantitativo é a renda monetária, onde o que vale é a obtenção do capital monetário. A natureza é vista apenas como uma estratégia de geração de dinheiro.

Tabela 16 – Benefícios e transferências sociais pagos pelo governo Federal aos Assentados de Folhal, Presidente Juscelino/MA

Família	Aposentadoria (R\$)	Bolsa família (R\$)	Cesta básica (R\$)	Outras (R\$)	Total (R\$)
Família 1		2.400			2.400
Família 2	8.768	3.144			11.912
Família 3		3.228			3.228
Família 4		2.220			2.220
Família 5		5.040			5.040
Família 6		3.872			3.872
Família 7		3.000			3.000
Família 8		3.720			3.720
Família 9		2.400			2.400
Família 10					

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

5.7 OUTRAS FORMAS DE OBTENÇÃO DE RENDA

As sociedades rurais têm atraído o olhar de muitas outras sociedades, este fato tem instigado a curiosidade de pesquisadores, que procuram entender os motivos e as consequências dessa aproximação. Uma possível razão para tal fenômeno remete as diferenças culturais que estruturam e diferenciam as distintas sociedades, a atração pelo diferente sempre foi fomentador de processos de cristalização das diferenças sociais.

Este fato também foi observado neste levantamento de formação de renda, para isso foram levantados, além da renda agrícola, outros elementos como a venda de serviços, turismo e beneficiamento da produção, fatores influenciadores na formação final da renda.

Nota-se, que a diversificação das atividades econômicas para a obtenção de renda tem influenciado na diminuição da pressão sobre os recursos naturais, pois, onde existem outras modalidades de trabalho, a pressão sobre a terra e as águas é menor. Este fato é observado em Boa Vista dos Pinhos e no quilombo de Juçaral dos Pretos, pois nestes locais, a terra e seus recursos são tidos como uma caderneta de poupança para o futuro.

Em Boa Vista dos Pinhos, esta relação é representada por duas famílias que obtém renda a partir da prática de fretes, e esta atividade é responsável por influenciar muitas outras, dentre elas a venda direta da produção agrícola na feira agroecológica, realizada na sede do município de Presidente Juscelino.

No mais, a agregação de valor aos produtos primários, como a transformação de mandioca em farinha e o despulpamento e embalagem da juçara, tem sido responsável por uma representativa elevação na renda monetária.

Outras atividades como turismo rural, a venda e a produção de artesanato ainda são insuficientes para influenciar a renda desta comunidade. Um fato constante no cotidiano desta sociedade, são as visitas de grupos de pessoas que, aos finais de semana e feriados frequentam os mananciais da comunidade. Fato este, que despertou nas famílias locais, para uma forma de gerar renda com esta atividade.

Em Juçaral dos Pretos, as rendas não agrícolas não são percebidas, mesmo tendo uma importância fundamental para a manutenção da identidade cultural. Porém, nesta sociedade, ocorre uma menor dependência do capital monetário, pois a maioria das necessidades é atendida por meio da reprodução do meio de vida tradicional e suas condicionantes, na qual a dependência dos mercados, para adquirir produtos, é prática pouco utilizada, garantindo uma maior independência.

Tabela 17 – Rendas não agrícolas diversas obtidas pelos Agricultores do Povoado de Boa Vista dos Pinhos, Presidente Juscelino/MA

	Agroindústria (R\$)	Turismo (R\$)	Venda direta/feira (R\$)	Fretes (R\$)	Extrativismo (R\$)	Aluguéis (R\$)	Total (R\$)
Família 1	1.190		320		3.576		5.086
Família 2	2.560				515		3.075
Família 3	7.440				1.360		8.800
Família 4							
Família 5					3.000		3.000
Família 6				100			100
Família 7							
Família 8			600				600
Família 9							
Família 10							

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Um exemplo prático desta realidade é a produção de vassouras com fibras de Juçaral para a limpeza das casas e quintais das famílias quilombolas. Desta forma, não existe a necessidade de geração de capital financeiro para a aquisição deste produto.

Quantitativamente, a atividade não agrícola que apresenta maior peso na formação da renda das famílias de Juçaral dos pretos é o extrativismo da juçara, que é praticado por todas as famílias desta comunidade. As frutas características da vegetação local como manga e caju também são amplamente exploradas pelos quilombolas, mas estas não são comercializadas e sim utilizadas nas relações de reciprocidade, fortalecendo as relações sociais e, sobretudo manifestando o respeito aos recursos naturais existentes na respectiva área.

Figura 28 – Palhas de Palmeiras secando para serem transformadas em vassouras na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Tabela 18 – Rendas não agrícolas diversas observadas na comunidade quilombola de Juçaral dos Pretos, Presidente Juscelino/MA

Famílias	Agroindústria (R\$)	Turismo (R\$)	Venda direta/feira (R\$)	Fretes (R\$)	Extrativismo (R\$)	Aluguéis (R\$)	Total (R\$)
Família 1					300		300
Família 2					380		380
Família 3					270		270
Família 4					320		320
Família 5					260		260
Família 6					240		240
Família 7					360		360
Família 8					280		280
Família 9					280		280
Família 10					240		240

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

No Assentamento Folhal, a diversificação da renda tem pouca importância. A maior parte da renda é formada pelas transferências sociais e as rendas geradas por empregos formais, fato observado à partir da desconstrução da relação homem/natureza culminando com a destruição dos padrões culturais estabelecidos.

Desta forma, diferente dos outros casos, a renda é utilizada para fortalecer as relações de consumo externas as unidades de produção familiar, sendo obtida individualmente, desconstruindo a cultura e tradição da reciprocidade e da troca no interior da comunidade.

Um fato que traduz esta afirmativa é a extinção das festas locais, as reuniões de planejamento das atividades comunitárias e a entrada de igrejas evangélicas pentecostais, onde as responsabilidades do destino da sociedade são transferidas para Deus, único responsável pelo destino das famílias do assentamento.

Tabela 19 – Rendas não agrícolas diversas observadas na comunidade no Assentamento Folhal, Presidente Juscelino/MA

Família	Agroindústria (R\$)	Turismo (R\$)	Venda direta (R\$)	Fretes (R\$)	Extrativismo (R\$)	Aluguéis (R\$)	Total (R\$)
Família 1							
Família 2					300		300
Família 3							
Família 4							
Família 5							
Família 6							
Família 7							
Família 8							
Família 9							
Família 10					300		300

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

5.8 A REALIDADE OBSERVADA

O processo de transformação dos padrões tecnológicos, sem dúvida, é observado dentro das comunidades pesquisadas, mas, este não está atrelado ao conhecimento e inserção das famílias de agricultores nos mercados, decisão intimamente ligada às necessidades das famílias de agricultores.

Este fato está presente na comunidade de Boa Vista dos Pinhos, que por não terem segurança com relação à titularidade da terra, buscam na produção e aumento da produtividade uma forma de manterem o vínculo com o rural, mantendo as suas características de camponeses.

As transformações sociais também são reflexos da diminuição da oferta de recursos e serviços ambientais disponíveis, sendo estes substituídos por alternativas encontradas e assumidas de forma endógena, pelas sociedades rurais onde o processo acontece.

Apenas no recorte 3, especificamente no processo de transformação de quilombo em assentamento observou-se, além da quebra de identidade, a pouca preocupação com a questão ambiental que faz com que esta possa trazer problemas graves a estas famílias.

Nos dois primeiros recortes, todas as observações feitas incidem sobre a lógica da preservação dos meios de vida observados, levando a diferentes resultados, porém privilegiando práticas de continuidade das especificidades culturais, onde as tradições são elementos centrais nos contextos.

No terceiro recorte, a descontinuidade se observou pela introdução de uma nova lógica organizativa, que privilegia o individualismo e a dependência das famílias de políticas de transferência de renda e de geração de trabalho, tornando-os mais vulneráveis.

O conceito da formação tradicional da renda se refere às especificidades culturais que são evidenciados no contexto das atividades econômicas, cujo objetivo é a formação da renda no interior das comunidades rurais. Este conceito é abstrato merecendo uma abordagem mais aprofundada na forma como se entrelaçam a relação sociedade, natureza e cultura, tendo nas relações de troca um elemento fundamental para o seu entendimento.

Desta maneira, a leitura deste conceito obrigatoriamente deve ser construída diferenciando as especificidades. Em cada uma das realidades pesquisadas, existem diferenças e estas dependem, sobretudo, do nível de organização local e das relações sociais construídas, desenvolvidas e praticadas por cada sociedade específica.

As formas autóctones de se relacionar com o meio são essenciais para a maneira

utilizada na obtenção da renda monetária, partindo do local para o regional e assim sucessivamente, e não do global para o local, fazendo com que as especificidades de cada sociedade pudessem ser contempladas pelas políticas públicas.

As práticas de reciprocidade se constituem em um elemento muito forte para a promoção do desenvolvimento rural, pois, onde estas são observadas, a relação homem natureza é forte, tendo nesta um elemento decisivo na formação da renda final, uma vez que o nível de dependência dos recursos naturais ainda é bastante significativo.

As potencialidades ambientais também devem ser utilizadas de forma diferente em cada realidade, as formas de observar o meio e como este pode influenciar o desenvolvimento, não é visto de maneira uniforme, por isso, cada grupo específico possui uma leitura e percepção diferente da forma como este potencial pode ser utilizado.

O aspecto cultural também tem grande importância para o desenvolvimento das atividades econômicas. Onde este aspecto é observado, na forma de divisão de tarefas, troca de favores entre parentes, compadres e parceiros, há o fortalecimento do processo de planejamento das atividades locais, fazendo com estas possam ter resultados positivos para a geração de renda. Consequentemente, influenciando conjuntamente a vida da sociedade.

A diversificação das atividades econômicas neste contexto é muito importante para a preservação das culturas e tradições, pois existe uma relação de proximidade muito grande entre homem e natureza e esta relação é fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas como o extrativismo da juçara e o beneficiamento da farinha, atividades que se constituem como base da economia local.

As transferências sociais também têm papel importante no contexto estudado, uma vez que, exercem diferentes funções dependendo diretamente do nível organizativo, das relações de reciprocidade observadas e da importância do elemento cultural para cada comunidade específica.

No quilombo, onde a tradicionalidade tem uma importância muito grande, as transferências sociais servem para garantir a infraestrutura social necessária a uma melhor qualidade de vida das famílias, melhorando as casas de moradia. Na área de ocupação e posse, onde as relações comerciais assumem grande importância, a renda monetária adquire o papel de infraestrutura produtiva destinada à agregação de valor aos produtos tradicionais, e no assentamento onde as relações sociais e culturais encontram-se em colapso, a renda adquire o papel de fortalecimento das relações de consumo e individualização da sociedade local.

A diversificação da produção e a agregação de valor a produtos tradicionais como

juçara e farinha possui um grande potencial no processo de geração de renda monetária, uma vez que, fortalece as relações de reciprocidade e permite a manifestação de fenômenos sociais como a reciprocidade, permitindo também uma integração maior das sociedades onde isto é evidenciado.

Nas sociedades em que o processo de perda de identidade é constante não se observaram as práticas de reciprocidade e compadrio, caminhando para a individualização e perda cultural, fato este, que remete às práticas meramente economicistas.

Um fato que sugere esta análise é a política de financiamento por meio do PRONAF no assentamento Folhal. Originalmente pensada para fomento das atividades produtivas tem servido, sobretudo, para a desestruturação das relações sociais existentes na comunidade, se preocupando apenas com o aspecto de elevação da renda monetária, afeta a coesão social e organizacional, aumentando a fragilidade da referida sociedade.

As atividades comunitárias de preservação ambiental e práticas culturais são importantes para a formação da renda final, pois, potencializa o fator de produção trabalho, permitindo também, que o processo de preservação da identidade cultural seja preservado.

Desta forma, a conjugação dos elementos produtivos, indentitários e culturais são decisivos para o processo de obtenção de renda, pois, estes fatores quando evidenciados permitem o fortalecimento das relações com o meio físico e também transferem para as sociedades a decisão final sobre o modelo de desenvolvimento rural a ser adotado.

Esta conjugação fornece os elementos necessários, para que sejam alcançadas alternativas produtivas, e também favorecem processos de preservação da identidade cultural e fortalece a relação com o meio físico, desencadeando um ciclo virtuoso de desenvolvimento rural junto às comunidades onde isto é evidenciado.

O difusionismo tecnológico apoiado pela necessidade de aumento de produtividade faz com que todo o processo construído durante anos pelas sociedades locais venha ser erodido.

Isso acontece em nome principalmente do acesso aos mercados que não são acessados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada dos colonizadores as terras onde hoje se localiza o Brasil aconteceu por motivos conjunturais, com o surgimento do modelo capitalista durante a Idade Média havia a necessidade de encontrar fonte de matérias-primas para que fosse negociada em mercados que por ventura oferecem abertura, essa é a gênese do processo de formação da colônia portuguesa.

Nesse mesmo contexto, a mão de obra inicialmente utilizada foi a indígena, que originalmente eram detentores da posse das áreas ocupadas. Até meados do século de 1630, o modelo de escravidão indígena prevaleceu sendo posteriormente substituído pela importação do trabalho escravo de populações africanas, para servirem na lavoura de cana-de-açúcar e posteriormente algodão, até final do século de 1880, que, bem antes disso já promoviam rebeliões com fugas constantes para o interior do território maranhense formando núcleos de povoamento e resistência conhecidos como quilombos. Esse processo foi responsável pelo fato de 2/3 da população maranhense ser formada por população negra, segundo o último levantamento realizado pelo IBGE no ano de 2010.

Com a necessidade de barateamento dos “custos de produção” e criação de um mercado consumidor para produtos ingleses resultado do início da Revolução Industrial, houve a necessidade da abolição formal da escravidão, criando assim, um novo processo de exploração da mão de obra de índios, negros e seus descendentes.

Durante todo esse processo, inicialmente provocado pelas fugas de escravos e depois pela busca de local para desenvolvimento da economia agrícola, foram formadas diversas insurgências ocasionando fluxos migratórios em direção ao interior do continente, assim, se constituindo em um dos principais vetores de colonização do estado do Maranhão.

A farinha de mandioca, base da alimentação indígena era até então desconhecida pelas recém-chegadas populações africanas, visto que, em seu continente inexistia a planta que dava origem a farinha, então, o contato com os indígenas originou o conhecimento do consumo alimentar da farinha que se tornou hábito e posteriormente cultura alimentar dessa grande massa de pessoas que habitavam o interior do continente maranhense.

Esta prática até hoje é observada, até mesmo junto às famílias que habitam a capital, São Luís, trazem consigo o hábito de consumir diariamente a farinha de mandioca, mesmo sendo cobrado um preço bem mais alto que o preço pago próximos as áreas de produção (feita pelos atravessadores que tem a função de revender o produtos), fato que proporciona um

menor desenvolvimento desta atividade dentro dos centros rurais agrícolas produtores de farinha de mandioca.

A atividade de produção de farinha, até os dias de hoje, se constitui em um forte componente da renda monetária, e da renda de autoconsumo da população rural do estado do Maranhão, para isso, necessita da utilização de recursos naturais (solo, água e cinza das queimadas) e também de segurança fundiária para a sua produção, além, de uma infraestrutura física própria e higienicamente adequada para garantir a execução do processo de beneficiamento da mandioca e consequente produção de farinha.

Existe em torno da farinha uma estrutura formal de mercado montada para o abastecimento das mesas dos maranhenses, onde o elo mais fraco são as sociedades camponesas produtoras de farinha de mandioca, pois o seu consumo é feito praticamente com todo o tipo de alimentos, indo desde o café da manhã, e por todo o resto do dia, consumindo com as frutas, carnes, leite e ovos.

Por isso, durante a formação histórica dos sistemas agrários existentes na região estudada a farinha de mandioca, historicamente sempre teve presente por meio do cultivo da mandioca que é plantada e beneficiada em larga, escala por toda aquela região observando hábitos culturais específicos de cada grupamento social produtor. Um exemplo disso é a farinha de Carema, no município de Santa Rita, localizado bem próximo da região da pesquisa. Esta farinha possui uma tradição por ser de boa palatabilidade sendo muito consumida por significativa parcela da população, chamando a atenção dos consumidores por seu aspecto visual agradável aos olhos.

Em cada rincão, por mais longínquo que seja, a tradição de comer farinha é mantida para ser consumida *in natura* ou em outros pratos quentes ou frios, nas refeições ou no lanche da tarde sendo sem dúvidas o mais importante elemento da segurança alimentar da população maranhense.

Partindo dessa observação é notada a importância das sociedades camponesas para a sociedade maranhense, pois, essa é responsável pela totalidade da produção de farinha e, deixando também espaço para a importação do produto advindos do Pará e do Paraná que já tiveram o seu mecanismo tecnológico transformado e com isso conseguem indicadores de produtividade mais elevados.

A farinha também é utilizada como instrumento de coesão social, sendo responsável pelo fomento de práticas de reciprocidade, de compadrio e de proximidade entre as distintas sociedades sendo elas mantenedoras da integridade social interna das sociedades rurais

baseadas, sobretudo em padrões de respeito e reconhecimento.

Por meio do consumo da farinha, a cultura econômica é repassada entre as gerações, e o seu beneficiamento e consumo se constitui em um testemunho vivo das práticas evidenciadas pelos antepassados e promove práticas sociais que permitem que a geração atual possa também experimentar e compreender o verdadeiro sentido de viver em sociedade.

Assim estas novas gerações encontram sentido para atitudes apresentadas culturalmente dentro do contexto social interno de cada comunidade, comumente rechaçados pela sociedade em geral e considerado ultrapassados pela sociedade exterior provocando primeiramente o desinteresse dos jovens em permanecer no meio rural, promovendo assim o êxodo rural.

Por mais que incorporem na dinâmica interna das comunidades rurais do município de Presidente Juscelino outras atividades agrícolas com finalidade mercantis, o processo econômico gerado pelo plantio e beneficiamento de mandioca, e principalmente a comercialização ou consumo da farinha não vai deixar de influenciar as realidades em questão, afinal, a questão que envolve todo o processo de produção e consumo da farinha de mandioca abrange outras dimensões da vida e do desenvolvimento das comunidades rurais, não apenas os aspectos econômicos.

Estas sociedades ainda não estão totalmente inseridas em uma economia de mercado, portanto existindo outros destinos aos produtos advindos das roças, da casa de farinha e das matas, configurando outras formas de geração de renda que não seja necessariamente de forma monetária, fato pouco explorado em pesquisas anteriores e que merece maior atenção por parte dos programas de pós-graduação e universidades.

Nos três contextos estudados são apresentados ainda outros eventos que possuem um potencial bem significativo para o abastecimento de produtos e de serviços básicos ou especializados sem que haja a real necessidade da incorporação dos elementos monetários propriamente ditos, mas estes fatores ainda não despertaram o desejo das sociedades camponesas em explorá-los, fato que pode ser motivado pelo completo desconhecimento desta demanda por parte dos mercados consumidores.

Nesta perspectiva, o trabalho em questão percebe que as outras atividades agrícolas (ou não agrícolas) desenvolvidas no meio rural, não podem desconsiderar o plantio da mandioca, a produção e o consumo da farinha, pois, fazem parte da cultura daquelas famílias de agricultores e da maioria da população do estado do Maranhão, sendo as novas atividades a serem implementadas complemento das já praticadas, criando assim alternativas produtivas

que gerem renda e garantam a permanência dos meios de vida evidenciados.

Havendo assim a necessidade da diversificação produtiva, da incorporação de outras espécies vegetais e animais, utilização de técnicas que sejam responsáveis pelos melhores rendimentos do trabalho desprendido pelas famílias de agricultores, mas, sem esquecer que estas comunidades rurais possuem racionalidades próprias, diferentes das sociedades urbanas, não tornando o meio rural apenas um local de (re)produção de alimentos para o abastecimento dos centros urbanos tendo como preço a ser pago a sua erosão cultural e conseqüente desestruturação social.

A não transformação das comunidades rurais em extensões das periferias urbanas, segundo este trabalho, depende da valorização das práticas produtivas locais e manutenção das características culturais relacionadas aos princípios morais de reciprocidade independente do processo de geração de renda monetária que também é fundamental para o sucesso das estratégias de desenvolvimento rural baseados, sobretudo, nos princípios endógenos construídos culturalmente.

Programas e projetos que estimulem a transformação dos padrões culturais locais estão fadados ao fracasso, uma vez que não são reconhecidos pelas famílias de camponeses, servindo apenas como experiências novas, não se transformando em referenciais produtivos que podem ser replicados posteriormente, portanto trazendo perturbação social e psicológica às famílias de camponeses, pois, é atribuído diretamente a estas famílias o fracasso destas iniciativas produtivas.

Comumente, este fato é entendido pelos camponeses apenas como “um projeto”, algo que vem de fora e deve ser seguido a risca como uma receita de bolo, que é concebido apenas para fins de investimento político do dinheiro público, não tendo o objetivo de mitigar os problemas apresentados por estas sociedades.

Os mesmos camponeses afirmam que “quando esse projeto acabar e não der certo (eles já possuem esta certeza) eles trazem outros”, mas nunca estas famílias camponesas beneficiadas por estas ditas políticas abandonam a sua roça no toco e as suas práticas extrativistas, que é a sua verdadeira segurança.

Particularmente dentre as comunidades estudadas, os agricultores de Boa Vista dos Pinhos fizeram uma aposta na melhoria da tecnologia utilizada para a produção de farinha, o que foi responsável por um produto de excelente qualidade, apreciado por todas as pessoas do município e até mesmo fora dele.

Este processo produtivo, ou seja, as roças de toco, uma iniciativa da própria

comunidade, é responsável pela produção de farinha praticamente o ano inteiro, se constituindo no principal responsável pela geração de renda monetária daquela localidade e também a principal forma de vinculação daquelas comunidades a algumas estruturas de mercado.

Assim, foi estabelecido um pacto social entre produtores e consumidores que conseguem por meio de negociação estabelecem valores monetários para as aquisições do produto, formando assim um preço médio satisfatório cobrindo.

Os custos de produção são cobertos e ainda permitindo a geração de uma margem satisfatória de lucro para os produtores, atendendo também as demandas das sociedades consumidoras para as distintas partes, assim mais um diferencial positivo em comparação a economia de mercado formal.

Para que isso aconteça foi estabelecido uma dinâmica interno de troca de dias de trabalho entre os agricultores o que é responsável pela manutenção das roças e geração de matéria prima nas distintas unidades familiares de produção, proporcionando a produção contínua de matéria prima, sem contudo comprometer a qualidade do solo onde está sendo desenvolvido este cultivo.

O fato acima exposto é responsável por não haver interrupção do processo de produção de farinha por praticamente todo o calendário agrícola, assim, se configurando como um elemento de geração de renda monetária sem ter como insumo principal o capital financeiro e sim mecanismos de organização social.

Dessa forma, esta tecnologia social é responsável pelo desenvolvimento de forma coletiva do trabalho, havendo reciprocidade no pagamento do mesmo, divisão equitativa da produção e geração comum de rendimentos financeiros, trazendo também como resultado não aferido uma maior coesão social.

Uma escala produtiva é criada, não com interesse de formação de estruturas monopolistas de comércio, mas, principalmente para garantir o abastecimento do comércio local (que ainda possui a participação de atravessadores) e principalmente o consumo interno das famílias de agricultores.

Mesmo as famílias que abandonaram o cultivo de outras espécies vegetais, influenciadas por questões ambientais edafoclimáticas ou mesmo aquelas que diversificaram a produção com a inclusão de pequenos animais, frutas e hortaliças continuam a produzir, consumir e comercializar farinha de mandioca, pois, “quem tem farinha tem dinheiro a qualquer hora”, assim pensam os agricultores de Boa Vista dos Pinhos.

É percebido uma forma de resistência a dominação plena da cultura capitalista sobre a cultura camponesa. Principalmente quando é observado o destino final de boa parte dos produtos produzidos nas roças e produtos do extrativismo, bem diferente das apresentadas usualmente.

Parte significativa destes produtos é doada e não vendida como forma de garantir o processo de coesão social por meio de práticas de reciprocidades, garantindo a continuidade e a proximidade do compadrio e das relações de parentesco, fugindo completamente da lógica formal imposta pela sociedade de mercado, fazendo prevalecer outros valores sociais e, sobretudo fortalecer os laços sociais.

Estas relações de troca e ou de venda também são observadas em outros produtos da roça, por exemplo, na comunidade praticamente não existe o comércio de cheiro verde, maxixe, quiabo e abóbora, até mesmo parte da juçara que possui valor comercial já conhecido pelos agricultores é doada como forma de agradecimento e cordialidade.

A entrada do capital monetário nestas comunidades é fato relativamente recente, só sendo possível a sua disseminação por meio de benefícios sociais como aposentadorias, seguro defeso e até mesmo o bolsa família, havendo poucas pessoas que exercem funções de servidores públicos. O capital monetário predominante advém da venda da farinha de mandioca e da juçara durante o período da safra.

Durante a observação participante foi diagnosticado a realidade da alimentação servida na escola, onde foi constatado que apenas uma agricultora entregou produtos ao PNAE por um período muito curto de tempo.

A discussão da diferenciação das políticas públicas é necessária neste momento, pois, dentre o rol de políticas públicas existentes a abertura dos mercados institucionais seria um aliado importante para a continuidade do processo de organização e estruturação interna da sociedade local, incluindo definitivamente a sociedade de Boa Vista dos Pinhos em uma estrutura de mercado local, curto e com resultados socialmente justos.

As outras políticas destinadas ao desenvolvimento rural ainda não foram iniciadas no povoado de Boa Vista dos Pinhos, nem mesmo a política de reordenamento agrário, onde a comunidade está localizada, pois esta comunidade está em uma terra de herdeiros, sem nenhum tipo de segurança jurídica, o que causa insegurança, mas ao mesmo tempo fortalece o processo de organização e estruturação interna.

Nesta perspectiva, a tradição de produzir farinha se impõe frente às outras práticas, este fato pode ser observado no Quilombo de Juçaral dos Pretos que, mesmo possuindo uma

tradição muito forte no extrativismo vegetal da juçara, e da manga, buscam outra fonte de alimentação, a farinha que também se constitui em uma fonte de renda para estas famílias de quilombolas.

A questão da farinha em Juçaral dos Pretos possui outra conotação, esta se apresenta de forma complementar as outras atividades agrícolas de produção e de criação de pequenos e médios animais como galinhas, patos e porcos.

Em Juçaral dos Pretos, o processo de doação das terras ocupadas pela comunidade de remanescentes de escravos feita pelo antigo proprietário trouxe mais segurança àquelas famílias que não tem tanta necessidade de buscar mercados agrícolas para os seus produtos visando a geração de renda financeira.

As tradições culturais são mantidas sem pressão de mercados e das outras sociedades externas, a vida passa mais devagar em Juçaral dos Pretos, que descobriu como obter renda monetária preservando os seus hábitos e tradições culturais, mantendo a sua integridade cultural e social, assim não descaracterizando o seu modo de vida tradicional.

As pressões ambientais são menores, pois a demanda produtiva é voltada apenas para o abastecimento interno de produtos agrícolas destinados a alimentação das famílias de quilombolas, incluindo aí a preservação, conservação e manutenção coletiva dos mananciais hídricos existentes na localidade.

A monetarização da economia local é muito insipiente, boa parte dos utensílios utilizados cotidianamente na comunidade são produzidos localmente, diminuindo a necessidade da troca de dinheiro por mercadorias. Estas mercadorias vão desde vassouras, baldes e recipientes de armazenamento de produtos agrícolas(cabaças e cofus).

A principal fonte de geração de renda de Juçaral dos Pretos é a venda do seu potencial cultural, isto observado na frequência e no prestígio das outras comunidades a suas festas e eventos religiosos. Percebendo isso, a comunidade ampliou o número de eventos e faz com que cada vez mais aumente a presença de pessoas em suas festas.

É latente a ausência do Estado na comunidade de Juçaral dos Pretos, pois as infraestruturas sociais e produtivas são inexistentes, as habitações e banheiros são improvisados, a escola, a casa de farinha e as outras estruturas produtivas também são feitas de taipa pela comunidade, fator que inibe o processo de desenvolvimento.

Em Folhal, a venda da farinha é praticamente a única atividade agrícola que resiste ao processo de desestruturação social desencadeado pela transformação do quilombo em assentamento de reforma agrária estadual.

A implantação da referida política pública foi responsável pela quebra da organização e do sentimento de coletividade. As famílias de “assentados” ainda mantêm na produção de farinha uma interessante forma de obtenção de renda monetária, mas os vínculos produtivos são cada vez menores.

As questões culturais foram abandonadas, o processo de tomada de decisão passou a ser individual, deixando a questão coletiva de lado e houve uma profunda mudança no processo econômico, onde as famílias buscam empregos formais na zona urbana ou colocações em cargos públicos para garantir uma renda mensal.

A relação com o meio físico deixou de existir, passou a ter uma conotação utilitarista, muito distante daquela observada nas outras comunidades pesquisadas, perdendo importância à preservação do meio físico chegando ao ponto da comunidade deixar desaparecer a sua fonte de abastecimento de água para o consumo para beber e satisfazer as suas outras necessidades básicas.

Estas mudanças são fruto de um processo de assistência técnica contratado pela associação de produtores. Neste contrato estava previsto a instalação de um campo agrícola mecanizado com vistas ao aumento da produtividade agrícola. Projeto que nem chegou a ser concluído, restando apenas a dívida para as famílias de agricultores.

No contexto em discussão as atividades de troca, doação e reciprocidade deixaram de ser praticadas, o pouco que é produzido vem sendo vendido para a obtenção de renda monetária que não é suficiente para o atendimento das necessidades básicas das famílias de agricultores.

Alguns agricultores passaram a desenvolver atividades de comercialização com os produtos das comunidades vizinhas para a sede do município, ou seja, deixaram de serem agricultores e agora fazem a função de atravessadores de produtos agrícolas.

Algumas infraestruturas sociais foram construídas como, por exemplo, as casas de alvenaria, um poço artesiano e um salão para eventos comunitários. As casas de alvenaria possuem condição de habitação, mas não possuem infraestrutura sanitária. O poço artesiano não funciona, pois a bomba de captação e distribuição de água está queimada e o barracão comunitário é muito pouco utilizado, já que praticamente não existe mais reuniões, pois as decisões deixaram de ser coletivas.

Uma conclusão a respeito do quadro acima exposto é que as políticas públicas devem atender as necessidades das sociedades onde estão sendo aplicadas. Não pode existir um processo generalista de adoção de políticas públicas quer seja no meio rural ou no meio

urbano, pois, cada realidade social e cultural se diferenciam merecendo atendimento específico conforme as necessidades apresentadas.

Assim, políticas de reordenamento agrário devem acontecer de forma a compreender o contexto e a cultura de cada realidade objetiva, levar em consideração as atividades exercidas pelas famílias de agricultores e atender os problemas específicos de cada realidade, não se tornando causadoras de mais impedimentos aos processos de desenvolvimento social e econômico.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. D. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 641).
- ALMEIDA, A. W. B. **Os movimentos indígenas e a autoconsciência cultural: Terra das Línguas: Lei Municipal de Oficialização de Línguas Indígenas**. São Gabriel da Cachoeira, AM: PPGSCA, UFAM, Fundação Ford, 2007.
- _____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- ALMEIDA, J. **Maranhão: terra de Guaxenduba**. São Paulo: Popular, 2014.
- _____. **Os Jesuítas na capitania de Icatú**. Imperatriz, MA: Ética, 2015.
- ANDRADE, M. C. **Ensaio sobre a realidade Maranhense**. São Luís: IPEL, 1974.
- ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO - ACONERUQ. **Comunidades Quilombolas do Estado do Maranhão**. São Luís, 2005. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_ma.html>. Acesso em: 20 maio 2016.
- BARBOSA, F. B. C. Contribuições da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e São Paulo. **Cadernos de Ciência e tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 587-611, 2005.
- BARROS, Solange Aparecida Barbosa de Moraes; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de; BUZATO, Luiz Fernando Taques Fonseca. Reflexões acerca das consequências do contato entre índios e não índios no Brasil: o caso dos índios da cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. **Memórias**, [S.l.], n. 18, p.115-155, 2012.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, set./dez. 1997.
- BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 out. 1985.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 30 ago. 2012.
- _____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, supl., p. 49, 30 nov. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em: 16 dez. 2015.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território lençóis Maranhenses**. São Luís, 2010.

BURLANDY, Luciene. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, nov./dez. p. 1441-1451, 2007.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado: a conquista do Maranhão do Sul**. São Luís: SIOGE, 1992.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr./set. 2008.

CARVALHO, C. J. **Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão [1760-1910]**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1982.

CHAMBERS, R. **Rural development: Putting the last first**. Harlow: Prentice Hall, 1983.

CHAMBOULEYRON, R. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 26, n. 52, dez. 2006.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1981

CLAVAL, P. **L'á géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

CONKLIN, H. C. The study of shifting cultivation. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 27-61, 1961.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

CUÉLLAR, J. P. de. **Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**. Campinas: Papirus, 1997.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

DAMASCENO JUNIOR, J. B. **Impacto dos mercados institucionais na agricultura familiar no município de Zé Doca, Maranhão**. dez. 2010. 62 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, dez. 2010. Disponível em: <www.agroecologia.uema.br/wp-content/plugins/download.../download.php?id=544>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Relatório do Banco de Dados do Macrozoneamento Econômico Ecológico do Estado do Maranhão**. Campinas, SP, 2001.

FERNANDES, Gonçalo. As Gramáticas do Português de Fernão de Oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672), **Confluência**, [S.l.], n. 33-34, p. 127-141, 2008.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 2008.

FIABANI, A. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Revista Digital Estudos Históricos**, Uruguai, n. 2, p. 1-18, 2009.

FROEHLICH, J. M.; ALVES, H. F. I. Novas identidades, novos territórios: Mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano 14, p. 65-90, jan./dez. 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - FUNASA. **Boletins informativos**. Brasília: 1996. Disponível em: < www.funasa.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002.

GAIOSO, R. J. DE S. **Compendio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**: suas produções e progressos que tem tido até ao presente, entraves que a vão deteriorando, e meios que tem lembrado para devanecelos... Paris: na Officina de P.-N. Rougeron, 1818. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

GARCIA JUNIOR, A. R. **O sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero; Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

_____. **Terra de trabalho**: Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, abr./jun. 2004.

GIMÉNEZ, G. Território, cultura e identidades: la región sociocultural. In: BARBERO, J. M.; ROCHE, F. L.; ROBLEDO, A. (Ed.). **Cultura y Región**. Bogotá: Ces, Universidad Nacional, Ministério de Cultura, 2000.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, [S.l.], v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/economia/agropecuaria/censoagro/2006>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

_____. **Censo Demográfico 2010**: Sinopse do Censo e Resultados Preliminares do Universo. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Séries históricas estatísticas**. Rio de Janeiro, 1970-1995. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Enciclopédia dos municípios Maranhenses**: Microrregião Geográfica de Rosário. São Luís, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Portaria INCRA nº 372, de 3 dezembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 dez. 2009. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=217031>>. Acesso em: 20 maio 2016.

JARA, Carlos J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**: um processo em construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura; Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 1998.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

LACROIX, M. L. **O mito da fundação francesa de São Luís**. São Luís: EDUFMA, 2002.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. (Org.). **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

LEON, J. Origin, evolution and early dispersal of root and tuber crops. In: COCK, L.; MACLINTYRE, R.; GRAHAM, M. (Eds.). **Proceedings of the Fourth Symposium of The International Society Tropical Root Crops**. Cali, Colômbia: CIAT, 1977.

LIMA, Deborah; POZZOBON. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p.45-76, 2005.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. 20p. (Série Antropologia, 322).

LONG, N.; PLOEG, J. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHENEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

- MACEDO, E. T. O. **Maranhão e suas Riquezas**. São Paulo: Sciciliano, 2001.
- MAIA, J. M. E. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MARANHÃO. Gerência de Planejamento Desenvolvimento Econômico. Laboratório de Geoprocessamento. **Atlas do Maranhão**. São Luís: UEMA, 2000.
- MARANHÃO. Gerência de Planejamento Desenvolvimento Econômico. Laboratório de Geoprocessamento. **Atlas do Maranhão**. São Luís: UEMA, 2010.
- MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. São Luís: Fon-Fon e Seleta, 1970.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARX, K.; LOYD, D. E.; KURT, H. G. **Writings of the young Marx on philosophy and society**. Indiana, EUA: Hackett Publishing, 1997.
- MAUSS, M. **Dynamique des systèmes agraires**. Paris: Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur, 1991. (Rapport de Synthèse).
- MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2009.
- MEIRELES, M. M. **História do Maranhão**. 3 ed. São Paulo: Sciciliano, 2001.
- MIELITZ NETO, C. G. A. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- MIGUEL, L. A.; MAZOYER, M.; ROUDART, L. Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários. In: MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. P. 11-38. (Série EAD/UFRGS).
- NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.
- NEVES, D. P. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 220-241, 1985.
- NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Catia. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, [S.l.], v. 5, n. 61, p. 28, 2011.
- NORDER, L. A. **A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos**. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 6, p. 40-58, 1998.

NORDER, L. A. Políticas agrárias e diversidade socioambiental. **Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 10, n. 2, p. 317-337, maio/ago. 2014.

NÚCLEO DE GEOPROCESSAMENTO (NUGEO). **Atlas do Maranhão**. São Luís: Gerplan; Uema, 2002.

NUNES, Felipe Oliveira; SPINELLI, Amia Carina; CASTRO, Marina Siqueira de. Criação e Manejo Sustentável de abelhas sem ferrão no Território Indígena Pankararé (TIP). **Revista Brasileira de Agroecologia**, Raso da Catarina, BA, v. 4, n. 2, 2009.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Debates econômicos, Processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. (Orgs.). **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PEDROSO JÚNIOR, N. N; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 3 n. 2, ago. 2008.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

POLANIY, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em:<<http://dx.doi.org/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

RICARDO, D. **Principles of economics and taxation**. London: J. Murray. 1817.

RITTER, Carlos. Reflexões epistemológicas sobre os “territórios de identidade”. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 95-109, jun. 2011.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ROUDART, L.; MAZOYER, M. **Histórias das agriculturas do mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp, 2001.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro : Garamond, 2009.

_____. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, [S.l.], v. 23, n. 66, p.131-138, 2008.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S.l.], v. 18, n. 20, p. 41-49, 1999.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultura. São Paulo: Peiropolis, 2005.

SANTOS, I. P. **Caracterização dos fatores produtivos agrícolas do município de Presidente Juscelino- Ma**. [S.l.: s.n], 2015

SANTOS, M. Relações espaço temporais no Mundo Subdesenvolvido. **Seleção de Textos**, São Paulo, n. 1, p. 16-23, 1976.

SCHNEIDER, S. (Org.). **Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2013 (Serie Estudos Rurais)

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004.

SCHNEIDER, S. A. et al. Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHUBERT, J.; DILL, D. E. Participação política e o empoderamento das comunidades remanescentes de quilombo no Maranhão: a experiência da comissão de articulação das comunidades quilombolas do município de Icatu. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982.

STADEN, H. **Dois viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre: L & PM, 2007.

STAVENHAGEN, R.. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista: Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. **Textos**, São Paulo, n. 1, p. 17-23, 1976.

THORNTHWAITE, C. W. An Approach Toward a Rational Classification of Climate. **Geographical Review**, [S.l.], v. 38, n. 1, p. 55-94, jan. 1948.

TRIBUZI, J. P. G. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

TROVÃO, J. R. **Evolução político-administrativa do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2010. Disponível em: <<http://acervo.novacartografiasocial.com.br/738738/111>>. Acesso em: 10 out. 2015.

TROVÃO, J. R. **O Processo de ocupação do Território Maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VON UEXKULL, T. **Psychosomatische Medizin**. 4. ed. Munchen, Alemanha: Urban e Schwarzenberg, 1990.

WANDERLEY, M. N. R. **Um saber necessário**: Os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

A) USO DO SOLO

(hectares):

A.1) Cultivos principais (integralizar na SAU)

Reflorestamento	
Pastagem Nativa	
Horta	
Mandioca	
Milho	
Macacheira	
Feijão	
Pomar	
Abóbora	
Cultivos consorciado	
Pousio	
Pastagem permanente	
A .2) Cultivos em sucessão	
Feijão	
Pousio	
outros	
SAU (hectares)	0
Mato/ florestas	
Açudes/ mananciais	
Sem uso atual	
Benfeitorias	
Inaproveitável	
Superfície Total	0

Determinar quais as espécies vegetais que compõe as áreas de cultivo consorciado

B) PRODUTO BRUTO (PB)**B.1) PRODUÇÃO TOTAL COMERCIALIZADA E ESTOCADA NA UPA**

Atividades	Quantidade	Unidades	Preço Unitário	R\$ Total
Milho		Sacos		0,0
Feijão		Sacos		0,0
Hortigranjeiros		Kg		0,0
Arroz		Sacos		0,0
Farinha				0,0
Bovinos				0,0
Suínos				0,0
Leite		Kg		0,0
Ovos		Kg		0,0
Queijo		Lts		0,0
Bezerros		Dz		0,0
vacas descarte		Kg		0,0
touro descarte				0,0
vacas descarte				0,0
touro descarte				0,0
PB animal comerc.				0,0
PB vegetal comerc.				0,0
TOTAL PB COMERCIALIZADA				0,0

B.2) AUTOCONSUMO DA FAMÍLIA DO PROPRIETÁRIO

Atividades	Quantidade	Unidades	Preço Unitário	R\$ Total
Arroz		Sacos		0,0
Milho		Sacos		0,0
Feijão		Sacos		0,0
Farinha		Kg		0,0
Manga		Kg		0,0
Cajú		Kg		0,0
Juçara				0,0
Bovinos der.		cabeças		0,0
Suínos e der.		Leitão		0,0
Aves		Kg		0,0
Leite		Lts		0,0
Ovos		Dz		0,0
Queijo		Kg		0,0
novilha 3 anos				0,0
outros produtos				
PB animal autoc.				0,0
PB vegetal autoc.				0,0
TOTAL PB AUTOCONSUMO				0,0

B.3) RECAPITULATIVO DO PRODUTO BRUTO TOTAL

PRODUTO	
COMERCIALIZADO	0,0
AUTOCONSUMO FAMILIA	0,0
PB Animal	0,0
PB Vegetal	0,0
PB TOTAL	0,0

C) CÁLCULO DO CONSUMO INTERMEDIÁRIO

C.1) Consumo Intermediário CULTIVOS (Insumos externos, serviços de terceiros)

Tipo	Quantidade	Valor Unitário		Valor Total
semente milho hibrido				0,00
NPK				0,00
TOTAL				0,00

C. 2) Consumo Intermediário CRIAÇÕES ANIMAIS (Insumos externos, serviços de terceiros)

Tipo	Quantidade	Valor Unitário		Valor Total
sal mineral				0,0
Vacinas				0,0
tratamento antiparasitarios				0,0
assistencia técnica				0,0
inseminação				0,0
custos diversos				0,0
TOTAL				0

C.3) Consumo Intermediário em MANUTENÇÃO (Instalações/ Benfeitorias, Máquinas/ Equipamentos)

C.3.1) Instalações/ Benfeitorias			Valor Atual Total	Valor Manutenção (entre 1,0 e 10%)
Item	Número ou área	Valor Atual unid. ou m2		

Cerca			0	0,0
Banheiro			0	0,0
casas de moradia			0	0,0
Galpão			0	0,0
sem equipamentos			0	0,0
Sub-Total				0,0

C.3.2) Máquinas/ Equipamentos			Valor Atual Total	Valor Manutenção
Item	Número	Valor Atual da unidade		(entre 1,0 e 10%)
equipamento manual			0	0,0
Trator			0	0,0
Outros				
Subtotal				0,0
TOTAL GERAL				0,0

C.4) RECAPITULATIVO CONSUMO INTERMEDIÁRIO

TOTAL - Tabela Síntese

Tipo	TOTAL
C. 1) Consumo Intermediário – CULTIVOS	0,0
C. 2) Consumo Intermediário – CRIAÇÕES	0
C. 3) Consumo Intermediário - MANUTENÇÃO	0,0
TOTAL do CI	0

D. CÁLCULO DA DEPRECIÇÃO

D.1 Depreciação Instalações e Benfeitorias

Tipo	Área Construída ou número	Valor Atual do m ² ou unidade	Valor Atual Total	Duração em Anos (vida residual)	Depreciação Anual
cerca	0	0	0	1	0,0

banheiro	0	0	0	1	0,0
mangueira	0	0	0	1	0,0
casas de moradia	0	0	0	1	0,0
galpão	0	0	0	1	0,0
sem equipamentos	0	0	0	1	0,0
TOTAL			0,0		0,0

D.2 Depreciação Máquinas, Equipamentos, Animais de Trabalho e Animais Reprodutores Adquiridos fora da UPA

Tipo	Quantidade	Valor Unitário Atual	Valor Atual Total	Duração em Anos (vida residual)	Depreciação Anual
------	------------	----------------------	-------------------	---------------------------------	-------------------

D.2 .1) Animais de Trabalho e Animais Reprodutores Adquiridos

cavalos			0,0	1	0,0
touros			0,0	1	0,0
			0,0	1	0,0

D.2 .2) Máquinas e Equipamentos

equipamento manual	0	0	0,0	1	0,0
Outros	0	0	0,0	1	0,0
TOTAL			0,0		0,0

D.3 RECAPITULATIVO DAS DEPRECIÇÕES - Tabela síntese

Depreciação das Instalações	0,0
Depreciação das Máquinas, Equipamentos, Animais de Trabalho e Reprodutores Adquiridos	0,0
DEPRECIÇÃO TOTAL	0,0
VALOR TOTAL DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS/INSTALAÇÕES	0,0

**E. INVENTÁRIO DE TODOS OS ANIMAIS DO PLANTEL
(REPRODUTORES, EM PRODUÇÃO, REPOSIÇÃO)**

Categoria Animal	NÚMERO	VALOR UNIDADE	VALOR
vacas de cria			0,0
touros reprodutores			0,0
novilhas 1 ano			0,0
novilhas 2 ano			0,0
novilhas 3 anos			0,0
TOTAL	0		0,0

F. CÁLCULO DA DIVISÃO DO VALOR AGREGADO (DVA)

ITENS				VALOR
ITR	Área	Valor/ Fator		
Area Própria	0			0,0
Area Terceiros	0			0,0
FUNRURAL				
Faturamento Prod. Animal	0			0,0
Faturamento Prod. Vegetal	0			0,0
Despesas Financeiras	Valor	Taxa de juros		
				0,0
Salário/diarista	Dias trabalho/ meses	Valor unitário		
Peão				0,0
Salário/empregado fixo	Meses trabalho	Valor unitário		
13º salario				0,0
férias				0,0
Contribuições sociais				0,0
Contribuições culturais				0,0
				0,0
Arrendamento/Pago	Área	Valor unitário		
Imposto de Renda (IR)				
Outros (especificar)				
TOTAL DVA				0,0

G) VENDA DA FORÇA DE TRABALHO e RENDAS OUTRAS RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS

Venda Força Trab.	Unidade	Valor unitário	DURAÇÃO	TOTAL
emprego				0,0
diarista				0,0
empreitadas				0,0
atividades comunitárias				0,0
atividades culturais				0,0
Rendas Não Agrícolas				
agroindustria				
turismo				
venda direta/ feira				
fretes				
extrativismo				
aluguéis				0,0
arrendamento recebido				
outras				
Benefícios e Transferências				
aposentadoria				0,0
bolsa família				
cesta básica				
outras				
TOTAL				0,0

H) FORÇA DE TRABALHO UTILIZADA NA UPA

Tipo	até 13 anos	14 a 17	18 a 59 anos	mais de 60	TOTAL em UTH	TOTAL Horas de trabalho
	Horas de trabalho por dia					
H.1) FAMILIAR						
proprietário					0	0
esposa					0	0
filho 1					0	0
TOTAL FAMILIAR					0	0
H.2) CONTRATADA						
capataz					0	0
TOTAL CONTRATADO					0	
TOTAL DE MÃO DE OBRA					0	0

01: Qual o percentual da produção é consumida?

02: Quais são os produtos que são consumidos pela família e as respectivas quantidades?

03: Qual o percentual da produção é consumida?

4: Quais os produtos que são comercializados pela família e as respectivas quantidades?

05: Existem outros destinos para os produtos produzidos pela família, quais ??

06: Quais são os produtos que não são consumidos e nem comercializados e qual seu destino final?

07: Você e sua família recebem produtos de outras famílias?

08: Em quais ocasiões?

09: Você doa diárias de trabalho em prol da comunidade?

10: Em quais eventos você doa diárias de trabalho?